

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 684  
5 de Fevereiro de 1987  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



31 de Janeiro de 1987

Jornada de Luta convocada pela CGTP-IN

## ... é que a luta de facto continua!



## Perguntas que exigem resposta

**A**s grandiosas manifestações, concentrações e acções populares de vários tipos no dia 31 de Janeiro em 16 dos mais importantes centros populacionais do País (com excepção do Porto e Faro que marcaram para o próximo dia 21 a sua participação na Jornada Nacional de Luta) constituíram uma terminante resposta de massas à política antipopular do Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD e uma nova e concludente afirmação do papel primacial do movimento operário e popular no amadurecimento das condições para uma decidida viragem na política nacional.

As potentes acções que no dia 31 envolveram centenas de milhares de homens, mulheres e jovens trabalhadores das fábricas, dos campos, do mar, dos escritórios e repartições e inúmeros portugueses das mais diferenciadas profissões constituem um importante barómetro da situação política portuguesa no momento presente e alargam as possibilidades de viabilização de uma alternativa democrática ao Governo actual e à sua desastrosa política.

Acções de uma tal envergadura não poderiam obviamente ser desencadeadas por «decreto» como pretendem inculcar os círculos reaccionários. Obedecem visivelmente a determinantes objectivas e exigem condições de natureza organizativa, de consciencialização e de disposição de luta dos trabalhadores sem as quais seriam inconcebíveis.

É por de mais evidente a impossibilidade de mobilizar para uma batalha social de tão fortes incidências políticas um tão elevado número de participantes ao simples apelo de uma qualquer organização, ainda mesmo com o prestígio e a força unitária de massas de uma CGTP-IN.

Para que uma tal expressão tenha sido alcançada é preciso que os problemas, as reivindicações e aspirações populares tenham tocado fundo a sensibilidade das massas, tenham gerado uma elevada disposição de luta, uma notável consciência política acerca da natureza e da acção da equipa governante e se tenha atingido um grau indisfarçável da degradação da imagem do Governo.

O exame ponderado e atento da política de direita governante e dos seus efeitos económicos e sociais na vida dos cidadãos, que está na base do profundo descontentamento popular, mostra que todos os pressupostos e factores objectivos e subjectivos estavam presentes e foram observados nas importantes movimentações de sábado.

O êxito desde já obtido pela Jornada Nacional de Luta representa uma inequívoca vitória do movimento sindical unitário, mostrou de novo a autoridade e a profunda ligação aos trabalhadores da sua prestigiosa central sindical — a CGTP-IN — e revelou mais uma vez a notável maturidade política do nosso movimento operário.

**O** povo português está agora em melhores condições de responder a duas cruciantes perguntas:

1.º) O Governo Cavaco Silva/PSD é um governo forte ou um governo fraco?

2.º) Em que se apoia a sua falsa imagem de força e quais os factores da sua congénita fraqueza?

É uma falsa força a do Governo Cavaco/PSD.

Como o medroso que assobia na escuridão, o Governo minoritário de direita mascara o medo de ser demitido e de perder o controlo do executivo e das importantes posições que detém na direcção da economia e do aparelho de Estado com a sua arrogância no poder; com a desestabilização institucional e política; com a demagogia; com as tentativas, algumas vezes com êxito, de meter uma cunha divisionista entre os partidos da oposição democrática maioritária visando minar a sua convergência e impedir que evolua para uma verdadeira alternativa susceptível de levar à sua demissão e substituição no quadro actual das instituições.

Por outro lado, aproveitando excepcionais recursos financeiros oriundos de uma conjuntura externa transitória favorável e não os utilizando como era seu dever patriótico no fomento da nossa economia, no reforço do aparelho produtivo, no alívio da nossa dependência externa, na atenuação dos desequilíbrios e graves carências e problemas sociais (e mesmo na solução total ou parcial de alguns casos como os dos salários em atraso, da Saúde, da habitação, do ensino) o Governo amealhou no seu «saco azul» e à revelia do Orçamento e da fiscalização da AR uma verba que se calcula superior a 200 milhões de contos com a qual está desde já a traficar com demagogia no balcão eleitoralista, tentando dar «escolas» e distribuir migalhas lá onde vastos sectores carenciados da população reclamam autênticas medidas sociais e financeiras que lhes garantam condições materiais dignas (como os reformados, por exemplo), tentando desde já «comprar» o voto dos eleitores menos esclarecidos na eventualidade de eleições antecipadas que tentará provocar (embora não tendo poder para tal) quando parecer mais favorável aos planos hegemónicos da direita.

Com esse objectivo o Governo Cavaco/PSD desenvolve uma vasta campanha de intoxicação da opinião pública manipulando a comunicação social estatizada de maior audiência como a TV e a Rádio, mobilizando a imprensa e toda a máquina de propaganda da direita, mentindo descaradamente ao povo, transformando em vitórias algumas autênticas derrotas da sua política externa.

É uma imagem de «força» roída de contradições e artífícios, uma edificação insegura sobre um terreno movediço, uma falsa imagem sob a qual o Governo Cavaco/PSD tenta ocultar a sua real fraqueza.

**O**s planos de sobrevivência e de hegemonia do Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD assentam numa base interna social, política e Insti-

tucionalmente insegura e instável e numa base externa profundamente deteriorada pela nova fase de agravamento da crise geral do sistema capitalista para cujas «engrenagens» Portugal foi atirado de maneira mais ameaçadora e perigosa com a adesão à CEE.

O apoio do imperialismo comprado com a crescente submissão de Portugal aos interesses estratégicos do Pentágono e da NATO com o envolvimento do País em operações de provocação e corrupção internacionais comandadas pela CIA, como o escândalo da venda e trânsito de armas para o Irão e a ajuda aos «contras» da Nicarágua, são pagos com a crescente dependência económica às multinacionais dos Estados Unidos e da Europa capitalista, ao preço da independência nacional e da paz dos portugueses.

Pelas mãos do Governo minoritário Cavaco/PSD e dos governos de direita, nos quais o PSD tem preponderado nos últimos oito anos, Portugal tornou-se um país em vias de colonização política, económica e cultural. É no quadro desta política antipopular e antinacional que o Governo investe cada vez com maior fúria contra as conquistas económicas, sociais, políticas e culturais do 25 de Abril.

Ao arrepio da Constituição — que certos círculos pretendem numa próxima revisão afeiçoar completamente aos interesses dos monopólios e da reacção que já negociam nos bastidores — o Governo Cavaco/PSD intensifica a ofensiva de reprivatização das empresas e serviços públicos do sector nacionalizado, de destruição da Reforma Agrária, de supressão dos direitos, liberdades e garantias elementares dos trabalhadores e do povo em geral, viola abertamente a legalidade democrática, reforça mecanismos e acções repressivas que atingem as liberdades dos cidadãos.

**O** Governo encomenda «sondagens» em apoio da sua campanha de mistificação da opinião pública.

Cada novo insucesso das pretensões do Governo no seio da CEE, cada nova manifestação de crise económica e financeira no poço de contradições e de crise que é a Comunidade Europeia, são alçados por Cavaco e os cavaquistas em «vantagens» para Portugal!

Baixa o dólar? Revaloriza-se o marco, a libra e a peseta? Os Estados Unidos obrigam a CEE a uma curvatura de espinha? Pois tudo isso na propaganda oficial «joga» a «favor» de Portugal e da «sábia» política do Governo!

Cavaco Silva foi agora à Bélgica, país a quem cabe neste momento a presidência da CEE, meter uma «cunha», pedinchar favores e ajuda para os seus planos de monopolização da economia portuguesa, mas a dócil comunicação social manipulada pelos círculos governantes apresenta a visita e as conversações de Cavaco como diligências e «conselhos» aos chefes da CEE para encontrarem saída para a insanável crise que mina a Comunidade.

# Resumo

28

Quarta-feira

A CGTP-IN desafia o Governo a penalizar as empresas que não pagam salários, e não as que concedam aumentos superiores ao tecto que o executivo PSD/Cavaco pretende impôr. Os deputados do PS decidem manter o seu voto favorável à lei da rádio, apesar do veto presidencial. O PR empossa o general Silva Cardoso no cargo de presidente do Supremo Tribunal Militar. Estudantes de Letras de Lisboa, Porto e Coimbra paralisam contra o processo de reestruturação proposto pelo Ministério e conselhos científicos. A Concelhia de Coimbra do PCP considera «errada, inoportuna e injusta» a decisão camarária de aumentar os preços dos transportes na cidade. O Procurador-Geral da República ordena que «se proceda a inquérito disciplinar dos factos» relacionados com o caso de corrupção na PJ do Porto, «devendo a investigação alargar-se a outros factos ou situações imputáveis aos mesmos ou a outros agentes». Repelem-se as eleições para o cargo de bastonário da Ordem dos Médicos, com a vitória de Machado Macedo. Comentando o discurso de Reagan sobre «O estado da União» o «Washington Post» afirma que «entrámos no crepúsculo» da sua presidência. É anunciada a libertação, ontem, de Sam Hall, espão norte-americano detido na Nicarágua em 12 de Dezembro. Ivan Vaslin, ministro da Aviação da URSS, afirma que a queda do avião de Samora Machel foi provocada por um falso sinal de rádio. É inaugurada na SNBA, em Lisboa, uma exposição fotográfica sobre a luta da URSS pela paz.

29

Quinta-feira

AR inicia debate sobre gestão hospitalar e saúde com críticas à ministra Beleza da parte de toda a oposição democrática. Carlos Costa afirma, em conferência de imprensa do PCP sobre regionalização, que não há «nenhuma razão para protelar o processo», dependendo tudo da vontade política dos partidos. O Governo decide criar um «quadro permanente de praças no âmbito do reequipamento e actualização das Forças Armadas». O grupo parlamentar do PS anuncia que voltará a reunir-se «para deliberação final, antes da votação em plenário» da lei da rádio. Uma centena de autarcas do concelho de Almada visita a Assembleia da República. É anunciado oficialmente em Bruxelas um acordo entre a CEE e os EUA que põe fim ao conflito devido ao alargamento do Mercado Comum; as concessões feitas pela Comunidade Europeia aos Estados Unidos permitem a Portugal poupar 6 milhões de dólares. Os 200 militares rebeldes filipinos chefiados por Oscar Canlas abandonam a estação televisiva «Canal 7»; Corazón Aquino promete que os revoltosos serão julgados.

30

Sexta-feira

O Tribunal Judicial de Coimbra suspende a falência da Termec, depois de a administração e os credores terem aceite uma proposta de viabilização apresentada pelos trabalhadores. Ficam salários por pa-

gar em mais cinco empresas de Lisboa: UTIC, Precix, Cometna, Cabos Avila e Gazina; a Sitenor, empresa têxtil de Matosinhos, diz que não pagará até Março. O Conselho de Imprensa divulga um parecer sobre o projecto governamental de apoios à comunicação social, afirmando que «não corrige de forma satisfatória alguns dos principais defeitos do regime vigente». Mineiros da Borralha exigem em Montalegre a reabertura das minas, paralisadas há mais de um ano. Inicia-se o I Congresso da União dos Sindicatos de Leiria. Luís Monterroso, presidente em exercício da Associação Nacional de Municípios, critica a «burocracia asfixiante» que levou a que em 1986, de 10 milhões de contos do FEDER, apenas 2 milhões tenham chegado às autarquias. A Associação do Comércio Automóvel de Portugal chama a atenção para que a nova tributação do imposto sobre a venda de automóveis (IVVA) só vai reduzir os preços dos carros com mais de 1700 cc, favorecendo sobretudo uma das marcas. O ministro da Defesa de Israel deslocou-se recentemente à África do Sul para tratar de fornecimento de armas e tecnologia militar a Pretória, segundo o jornal soviético «Krássnaia Zvezdá». Prosseguem os protestos dos trabalhadores agrícolas da Estremadura espanhola contra a alteração do regime de atribuição do subsídio de desemprego, com cortes de estradas em quase uma centena de pontos. A Frente Democrática Nacional anuncia o abandono das negociações com o Governo filipino, pois as mortes durante a manifestação de camponeses mostraram «a futilidade de prosseguir neste momento conversações de paz». A Polícia sueca reconhece ser falsa a «pista curda» do assassinato de Olof Palme. Entra em vigor uma proibição governamental à circulação de automóveis particulares em Bucareste. Inicia-se a segunda legislatura da Assembleia do Povo da RP de Angola. «Manitas de Plata», que se chama Ricardo Ballester, é considerado o «Rei do Flamengo», chega a Portugal para tocar em Lisboa e no Porto.

31

Sábado

A CGTP-IN promove uma jornada nacional de luta pelo emprego, pelo salário, por vida melhor, por outro Governo e outra política. Blanqui Teixeira afirma no Porto que «os interesses nacionais e do nosso povo exigem que sejam ultrapassadas as hesitações e ambiguidades do PS e do PSD». Centenas de pessoas comemoram na Cova da Piedade o Dia do Sargento. Realiza-se hoje e amanhã um plenário de militantes da OR do Porto da JCP, com a participação de Ângelo Veloso. Em Mariveles, a 80 km de Manila, são mortas duas pessoas e feridas 12, após soldados abrirem fogo contra uma manifestação. Um comunicado do ministro angolano da Defesa denuncia a permanência de tropas sul-africanas na província do Cunene. Stefka Kostadinova, da Bulgária, fixa novo recorde mundial feminino do salto em altura em pista coberta: 2,04 metros.

1

Domingo

Carlos Brito manifesta a opinião de que a criação da Região Administrativa do Algarve pode tornar-se realidade em 1987,

ao falar no encerramento das II Jornadas Algarvias promovidas pelo PCP no fim-de-semana. Ramalho Eanes afirma que «a opinião pública não deseja eleições antecipadas» e que «o Governo terá, pois, que negociar com os partidos da oposição». A CGTP-IN exige a alteração do regime de crédito à habitação, pois o que se está a passar nesta área «contradiz tudo o que o Governo tem apregoado». O défice comercial português nos primeiros dez meses de 1986 baixou 11,5%, em escudos, relativamente a igual período de 1985, mas subiu, em dólares, 1,8%. O Encontro de Vitivinicultores do Ribatejo ao sul do Tejo propõe a criação de uma associação do sector. No Afeganistão entregaram-se nos últimos dias 2500 membros de grupos contra-revolucionários armados, respondendo ao apelo do Governo para a reconciliação nacional. O «New York Times» revela que a CIA usou uma base aérea abandonada no Zaire para passar armas à UNITA no ano passado. George Shultz afirma que os EUA devem estar prontos para uma acção militar no Líbano a pretexto de tentarem libertar os reféns ali detidos. Três atentados bombistas e rumores de novas conspirações acompanham nas Filipinas o início do referendo constitucional. O ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Genscher, recomenda ao Ocidente que «leve Gorbachov a sério» e não perca esta oportunidade de criar um clima de paz na Europa. Realizam-se eleições parlamentares na Albânia.

2

Segunda-feira

Enfermeiros da Zona Sul e Açores exigem que a ministra da Saúde faça publicar até dia 15 as decisões do Governo de resposta às reivindicações da classe. Raul Castro demite-se da Comissão Política e da vice-presidência do MDP/CDE por discordância com a orientação política deste partido. A Casa Branca anuncia que não entregará à comissão que investiga o Irangate documentos de Reagan que poderiam ser decisivos para o inquérito. Robert Gates substitui William Casey no cargo de director da CIA. Previsões apontam para 75 a 80 por cento de votos «sim» no referendo constitucional das Filipinas. Inundações na Geórgia matam 28 pessoas e desalojam mais de 6 mil. «O ano da morte de Ricardo Reis», de José Saramago, é galardoado com o prémio italiano Ginzanne Cavour.

3

Terça-feira

AR reprova decreto-lei do Governo sobre gestão hospitalar. Ferrovieiros protestam frente ao Ministério dos Transportes contra a situação social na CP. O ministro Valente de Oliveira afirma num pequeno-almoço com jornalistas que «a regionalização não é um processo imperioso». A Lusa noticia como possível a compra por Portugal de canhões antiaéreos norte-americanos no valor de 2,5 milhões de dólares, armas que «contribuirão para a política externa e objectivos da segurança nacional dos Estados Unidos». EUA efectuem no Nevada o seu primeiro ensaio nuclear de 1987. Recomeçam em Genebra os trabalhos da Conferência das Nações Unidas sobre desarmamento.

Cavaco e os cavaquistas alardeiam a «boa» política do Governo, a sua «solicitude» pelas classes e sectores sociais mais carenciados, a recuperação da economia e da «confiança dos investidores». Entretanto, o desemprego continua a aumentar; os preços a subirem; o trabalho não pago, precário e infantil a alastrar; a saúde pública, a assistência hospitalar e o ensino público a deteriorarem-se cada vez mais; o investimento caiu em 1986 em 42% em relação a 1985; a especulação bolsista atinge já índices superiores aos de 1973, com a particularidade «inovadora» da invasão de especuladores da alta finança internacional que vêm comprar na «baixa» e vender na «alta», sem qualquer correspondência com os índices reais da produção e produtividade e a melhoria financeira das empresas portuguesas.

O agravamento de facto da situação nacional e a temporização com a política antipopular, antidemocrática e antipatriótica do Governo minoritário de direita põe de maneira acrescida diante das suas responsabilidades os partidos da oposição democrática maioritária de quem depende a solução institucional e política da questão de uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual.

A nova derrota parlamentar de anteontem do Governo Cavaco Silva e do seu partido na questão da gestão hospitalar reafirma as possibilidades de uma convergência mais vasta que resolva o problema-chave e imediato da política portuguesa na hora actual: a demissão do Governo minoritário de direita e a sua substituição por um governo democrático.

A vontade popular manifestada nas grandiosas manifestações de sábado e as novas decisões da CGTP-IN de intensificar a luta de massas dos trabalhadores contra os projectos governativos de condicionar aos interesses do patronato a contratação colectiva de trabalho; de impor o aumento dos horários de trabalho violando direitos históricos conquistados pela classe operária; de agravar as condições do mercado do trabalho «flexibilizando» os despedimentos, tornando ainda mais gravosas as disposições do «lay-off»; de criar agências privadas de contratação de mão-de-obra destituída de quaisquer garantias sociais; de impor um novo pacote laboral profundamente desfavorável aos trabalhadores — são factores e incentivos populares determinantes que favorecem os esforços da oposição democrática maioritária para um audacioso passo em frente na sua convergência pontual em direcção a uma verdadeira alternativa democrática.

A resposta do povo trabalhador às duas perguntas que atrás formulamos é clara. Está agora nas mãos dos partidos da oposição democrática dar-lhes a resposta concludente que o povo português exige.

**Avante!**  
Profetanos de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa. CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Janeiro: 30 100

# Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII

N.º 684

5 de Fevereiro de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## **Trabalhadores exigem: Emprego, salário, vida melhor com nova política e novo governo!**

### **• Grande adesão à jornada de 31 de Janeiro**

A jornada nacional de luta e protesto promovida pelo movimento sindical unitário no dia 31 de Janeiro teve uma forte adesão em todo o País. Por iniciativa da CGTP-IN e das organizações sindicais de 11 distritos, realizaram-se no passado sábado concentrações, manifestações e comícios em Aveiro, Beja, Braga, Covilhã, Tortosendo, Coimbra, Figueira da Foz, Évora, Leiria, Lisboa, Campo Maior, Avis, Coruche e Trancoso. No dia 29 efectuou-se um plenário nas minas da Borralha com desfile para Montalegre e no dia 30 tiveram lugar outras acções em diversas empresas do distrito de Vila Real.

No âmbito desta jornada nacional da CGTP-IN, estão convocadas manifestações de rua no Porto e em Faro para o dia 21 de Fevereiro.

A Comissão Executiva da CGTP-IN reuniu na segunda e na terça-feira para fazer o balanço da jornada nacional de 31 de

Janeiro e promoveu, ao fim da tarde de anteontem, uma conferência de imprensa em que apresentou as conclusões. Armando Teixeira da Silva, Florival Lança, Kalidás Barreto e Manuel Lopes responderam a perguntas dos jornalistas sobre diversos aspectos da vida laboral e da situação económica do País.

«As 16 manifestações realizadas por todo o País no dia 31 de Janeiro para reclamar o emprego, o salário e uma vida melhor, com nova política e novo Governo — afirma a Central num documento distribuído à imprensa — trouxeram à rua centenas de milhar de trabalhadores e confirmaram que, de facto, a crise é tão profunda que não há demagogia governamental nem manipulação da comunicação social que a consigam esconder.»

Tendo em conta o «grande significado» da jornada de 31 de

Janeiro, a Comissão Executiva da Inter marcou para dia 9, segunda-feira, uma reunião do seu Conselho Nacional onde irão ser discutidos os passos a dar para a intensificação da luta «pela resolução dos problemas do emprego e do trabalho precário, contra o ressurgimento da imoral exploração do trabalho infantil, pela derrota do “pacote laboral” projectado pelo Governo, contra o tecto salarial e por uma política de rendimentos mais justa».

A Comissão Executiva da CGTP-IN considera ainda que «desta importante jornada nacional de luta deve as forças democráticas em maioria na AR tirar as devidas lições no sentido de não retardarem por mais tempo, nem regatearem esforços para acelerarem o seu entendimento e a viabilização de uma alternativa democrática a esta política e a este Governo».

VIII SONETOS de ARY DOS SANTOS

um texto de  
Manuel Gusmão  
e um desenho de  
Rogério Ribeiro



## Do Marquês de Pombal ao a luta encheu Lisboa

### Ao nível das maiores iniciativas de massas realizadas na capital

## Um protesto e um recado

Há com certeza várias maneiras de apreciar a acção de um Governo. Há decerto vários modos de o elogiar e de o criticar. Há certamente vários lugares para o fazer. Nos jornais, por exemplo. Na Assembleia da República. Ou na rua.

Por muito que incomode certa gente, a rua é local privilegiado para essa apreciação, para tal crítica. E é muitas vezes aí, em avenidas e praças do País, que se mede a popularidade de um governo, o apoio que merece, o repúdio que concita. E se os sucessivos governos de direita sentissem nas ruas do Portugal de Abril o calor do aplauso, não se incomodariam a tentar retirar a importância à rua, não se zangariam com ela, não haveriam de mostrar tanto desvelo em sondagens que, manipuladas a gosto, tentam mostrar ao País aquilo que ele não é. Nem as Câmaras governadas pela direita se mostrariam tão zelosamente «asseadas», como a de Lisboa se pretende, preferindo o lixo no chão a uma palavra crítica riscada na parede por mão popular.

O Governo de Cavaco Silva acabou por ter, no País, mais uma prova amarga de quanto os trabalhadores o detestam. Mais do que isso, de quanto os trabalhadores estão dispostos a continuar a luta para que chegue cedo a hora da despedida para este executivo que perdura, minoritário, sustentado apenas pela morosidade que alguns partidos democráticos têm mostrado em admitir que existe uma alternativa a esta política de desastre.

Se se pretendesse tirar o retrato a essa política, não retocado nem alindado nas cores, bastaria ter descido, em 31 de Janeiro, uma das muitas ruas que em Portugal se encheram de gente e ouvir de milhares de bocas as palavras de ordem. Raramente um retrato terá saído tão negro.

Raramente esta abundância de invectivas com a qual o protesto vibrou, traçando a negro as consequências de um ano e tal de cavaquismo.

Raramente os trabalhadores tiveram tanto para dizer. E disseram.

Centradas mais do que nunca sobre o trabalho e o emprego — duas componentes de uma mesma realidade onde mais se nota a degradação a que a política de Cavaco tem conduzido o País — as palavras de ordem foram um vigoroso protesto contra os despedimentos, contra os salários em atraso, contra as falências fabricadas ou permitidas, contra a falta de criação de novos postos de trabalho para a juventude, contra a exploração vergonhosa do trabalho infantil, contra as tentativas governamentais de impor tectos salariais, contra o trabalho precário e a chamada flexibilidade laboral. Mas não se ficaram por aqui os manifestantes.

Sublinharam o seu apego às nacionalizações, conquista de Abril que, na senda de anteriores executivos, este Governo pretende desmantelar e entregar ao capital privado. Protestaram contra a política de Saúde, uma área onde nada nem ninguém é poupado — dos médicos aos enfermeiros, aos utentes, aos estabelecimentos onde a situação é catastrófica. Manifestaram a certeza na vitória da Reforma Agrária, contra a qual o ministro Barreto desferiu golpes sobre golpes, prossequindo e aprofundando o desmantelamento das UCP's e semeando o latifúndio.

Mostraram que a demagogia de Cavaco e companhia os não engana; que a chamada baixa da inflação é uma batota; que o telexgovernamentalizado não mostra Portugal. Que Portugal estava ali, entre os muitos milhares, de Norte a Sul, para que se fizesse ouvir o seu protesto.

Disseram que existe solução, que a luta continua. No muito que disseram, protestaram. E enviaram um recado a quem, mau entendedor, meia palavra não basta.

■ LM

A manifestação de sábado, 31 de Janeiro, fez pulsar o coração de Lisboa, do Marquês de Pombal ao Rossio, a um ritmo semelhante ao das maiores iniciativas de massas que o movimento sindical unitário aqui efectuou.

A concentração dos trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal iniciou-se, como previsto, cerca das 14 e 30. Pouco depois partia a manifestação pela Liberdade fora.

À frente — os dirigentes das uniões sindicais e da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional. Vinha a seguir uma multidão de homens e mulheres com o seu protesto, expresso das mais diversas formas. E vinha a confiança de saber o sabor dos frutos que a luta dá.

Enquanto a juventude cantava «Cavaquinho/já te tenho dito/que não é bonito/andares-me a enganar», seguido do recado «Chora agora/Cavaquinho chora/que te vais embora/p'ra não, mais voltar», ouviam-se fortes aplausos a marcar mais adiante a passagem dos sobreviventes do Tarrafal que mais uma vez disseram «presente».

Quem estava, ao longo da Avenida, a «ver» a manif. passar, não eram simples espectadores: muitas vezes — e muitas

vozes — juntavam-se aos manifestantes, acompanhando sobretudo palavras de ordem como «Não à demagogia de Cavaco e companhia!», «Não vê Portugal quem vê o telexgovernado», «A luta continua, Cavaco para a rua!» ou apenas «CGTP — unidade sindical». E pouco depois lançavam os pés ao caminho, direitos ao Rossio, com um amigo que tinha a certeza de ir ali encontrar.

Passava pela Avenida, tal como em mais 15 praças e ruas do Portugal de Abril, a liberdade duramente conquistada e dia a dia defendida. A liberdade de dizer que «Tirar trabalho a alguém nunca é governar bem», de exigir «40 horas semanais, nada mais, nada mais!», de afirmar a confiança — temperada na luta dura — em que «Barreto vai perder e a Reforma Agrária vai vencer!».

Pelo coração de Lisboa passavam dois distritos que são o coração do país: com os seus problemas, com a maior riqueza que é a gente de trabalho, com a confiança em que ter salário e emprego certo, ter uma vida melhor, ter um Governo e uma política diferente de orientação que há dez anos trava o desenvolvimento nacional são objectivos mais que justos e ao alcance do povo que fez Abril.



## «Os problemas dos trabalhadores

No Rossio, para onde convergiram os manifestantes dos distritos de Lisboa e Setúbal, realizou-se um comício em que interviu, entre outros, **Manuel Carvalho da Silva**, coordenador da Comissão Executiva da CGTP-IN. Transcrevemos alguns extractos dessa intervenção, importante para o esclarecimento das posições da Central relativamente à realidade nacional e à luta dos trabalhadores

### A situação do País e a política do Governo

(...)

«A situação com que o país se defronta caracteriza-se, no essencial, pelos seguintes quatro aspectos, todos eles profundamente interligados:

1. Degradação da situação social que atinge, em particular, os trabalhadores e as suas famílias;
2. Intensificação da exploração dos trabalhadores;
3. Agravamento dos problemas estruturais da economia e da sociedade;
4. Maior dependência económica face às multinacionais e maior dependência política face ao imperialismo.»

«A lógica da política económica seguida pelo actual Governo e pela prática patronal tem assentado, quase exclusivamente, na intensificação da exploração de quem trabalha.

Daí que a CGTP-IN conclua que os problemas são graves e que a actual política nos apre-

senta um futuro cada vez mais comprometido.»

«É perante a realidade concreta desta política e para dar resposta aos problemas que ela gera e que, no fundamental, continuam sem solução, que nos encontramos em luta.»

### A luta dos trabalhadores

«Estamos em luta porque cresce o desemprego e aumenta a precariedade do emprego. Mais de 40% da população activa ou está desempregada, ou tem emprego precário.»

«Estamos em luta para combater o ressurgir da imoral exploração de mão-de-obra infantil, que é, porventura, o sintoma mais grave e dramático do agravamento dos aspectos estruturais da vida social do País.»

(...)

«Estamos em luta contra a continuação do escândalo dos salários em atraso.» (...)

«Estamos em luta contra as

tentativas do patronato e do Governo de imposição de um tecto salarial e pela liberdade de negociação da contratação colectiva (...), em defesa do sector empresarial do Estado e da Reforma Agrária, pela viabilização das empresas, quer do sector público, quer do privado.» (...)

«Estamos também em luta para prevenir o futuro, lutando contra a prática crescente da ilegalidade, contra o alastramento da corrupção, contra os atentados à dignidade do Homem, que são práticas alarmantes da actual política e condicionam a evolução da sociedade.

Estamos ainda em luta para prevenir o futuro lutando pelo cumprimento da Constituição da República e pela democracia que ela consagra, de forma a permitir aos portugueses o exercício pleno dos seus direitos políticos, sociais e culturais.» (...)

«Lutamos hoje, a nível nacional, participando nestas grandes manifestações, e lutamos todos os dias, apresentando propostas a nível das empresas e a nível nacional, reivindicando, negociando, exigindo a intervenção dos organismos oficiais, contactando e sensibilizando os órgãos do poder, as forças sociais e políticas.» (...)

### Vitórias importantes

«Contrariamente ao que dizem os "profetas da desgraça", tem sido com a luta que os trabalhadores têm conseguido defender os seus interesses:

— as actualizações salariais relativas ao ano passado cresceram em média 17%, quando o Governo tinha estabelecido, em momentos diversos, limites de 10, 12 e 15%;

— verificou-se o pagamento dos salários em atraso em muitas empresas e a aprovação pela AR de uma lei importante sobre a matéria;

— defenderam-se importantes subsectores e empresas do sector empresarial do Estado, parcelas importantes da Reforma Agrária (...);

— impediram-se milhares de despedimentos;

— baixaram os impostos sobre os rendimentos do trabalho;

— foram travadas as tentativas do Governo de legislar em matéria de trabalho lesivas dos trabalhadores;

— foi conseguida a redução progressiva do horário de trabalho para 40 horas semanais em numerosas empresas e sectores de actividade;

— já este ano foram obtidos aumentos salariais de valor médio superior a 13%, quando o Governo fixou o seu limite em 9% (...).

«Pese embora a complexidade da situação actual, determinada

Nacional

# Rossio



## não se compadeecem com hesitações» • Intervenção de Carvalho da Silva, em nome do Conselho Nacional da CGTP

pela degradação do mercado de trabalho, a CGTP-IN continua a ser o pólo aglutinador da unidade dos trabalhadores e um ponto de convergência democrática privilegiado na sociedade portuguesa.» (...)

### A luta vai continuar

«Os resultados obtidos (...) são a garantia de que trilhamos o caminho certo e são também um incentivo importante para intervirmos com toda a determinação e entusiasmo na resolução das questões que, neste momento, assumem particular relevo.

Em primeiro lugar, importa concentrar esforços em todos os problemas que se prendem com a questão do emprego, levantando uma oposição firme às tentativas de despedimentos e defendendo com vigor a criação de novos postos de trabalho. Por outro lado, combatendo todas as formas de emprego precário, exigindo o cumprimento das disposições legais, o sancionamento e punição severa das formas de trabalho ilegais.

Em segundo lugar, empenhando-nos na campanha de denúncia e combate à exploração de mão-de-obra infantil (...).

Em terceiro lugar, lutando com determinação pela revisão dos contratos colectivos de traba-

lho, por actualizações salariais justas, que tenham em vista a melhoria efectiva do poder de compra das famílias trabalhadoras e uma mais justa distribuição do rendimento nacional e contra as tentativas de imposição de tectos salariais.

Em quarto lugar, contra o novo «pacote laboral» do Governo, de que são conhecidos projectos que respeitam às questões da duração e horários de trabalho, contratação colectiva, "lay off" e agências de colocação de trabalhadores.» (...)

«A fundamentação inscrita nos preâmbulos e o conteúdo de todo o articulado demonstram a

existência da crise e a sua gravidade, confirmam que o Governo e o grande patronato querem resolver a crise à custa da intensificação da exploração.

O conjunto desta legislação tem um conteúdo de classé bem determinado, que não se adequa às relações laborais em democracia e não constitui em contributo nem se enquadra numa verdadeira política de desenvolvimento e de progresso social.» (...)

«Não basta constatar os males da acção do Governo. É necessário que todas as forças da oposição democrática passem da sua justa crítica a actos que

possam corresponder aos anseios do seu eleitorado, ou seja, criar condições de convergência e unidade que viabilizem uma alternativa política democrática. (...) Os problemas com que os trabalhadores se debatem são de tal ordem que não se compadecem com hesitações ou demoras. (...)

«Exigimos uma política democrática executada por um novo governo que respeite a legalidade e a Constituição, que aproveite as condições e as potencialidades nacionais para que Portugal possa ser um país desenvolvido, com progresso e justiça social.»

## O novo «pacote laboral»

«São conhecidos projectos que respeitam às questões da duração e horário de trabalho, contratação colectiva, "lay off" e agências de colocação de trabalhadores.

Quanto às agências de colocação, o Governo pretende dar cobertura legal às numerosas formas selvagens de engajamento de mão-de-obra, favorecendo os lucros obtidos à custa dos salários dos trabalhadores.

No que se refere ao "lay off", o Governo pretende retirar a possibilidade de negociação e estimular a acção de despedimento dos trabalhadores.

Relativamente à lei da contratação colectiva, o Governo pretende favorecer escandalosamente o patronato, podendo este recusar-se a

negociar sem que haja intervenção administrativa, e deixar sem regulamentação largas camadas de trabalhadores.

Relativamente à duração e horários de trabalho, o Governo pretende alargar o período de trabalho para 10 horas por dia e 50 horas por semana, acabar com a protecção da mulher relativamente ao trabalho nocturno, acabar com a regra do descanso semanal ao domingo, eliminar, quase em absoluto, o pagamento das horas extraordinárias e o direito ao descanso compensatório e restringir o direito de negociação colectiva.»

(Da intervenção de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva da CGTP-IN, no comício em Lisboa)



A frente na manifestação membros dos organismos dirigentes da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional



## Nacional

## Braga

# «A vida está pior queremos um governo melhor!»

• **Democratas de diversos quadrantes apoiaram a manifestação**

Milhares de trabalhadores do distrito desfilaram, no dia 31 de Janeiro, pelas ruas da cidade de Braga, respondendo ao apelo da União dos Sindicatos de Braga e da CGTP-IN.

«Reformado sim, Mendigo Não», «Trabalho infantil é vergonha de Abril», «A vida está pior, queremos governo melhor» e «Não se pode trabalhar sem receber» foram algumas das palavras de ordem mais entoadas pela multidão, combativa e aguerrida durante toda a manifestação.

De realçar o quadro/alegoria montado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Braga que representava o furar do tecto sa-

larial e ainda o encerramento da manifestação, composto por um cordão de jovens e adolescentes ligados entre si por correntes e que um personagem (simbolizando o capital) procurava puxar e controlar, numa alegoria à exploração do trabalho infantil e juvenil.

A tomada de posição pública de apoio à manifestação e aos seus objectivos, de um grupo de democratas, foi saudada durante a concentração inicial. De

salientar que se tratava de um grupo de **41 democratas ligados a diferentes quadrantes políticos** — PCP, MDP, PS, PRD, gente ligada à candidatura da engenheira Pintasilgo e independentes — alguns deles autarcas influentes — presidentes de câmaras, de juntas de freguesia, membros de assembleias municipais e vereadores — e deputados à Assembleia da República, entre outros. Muitos deles integraram-se na manifestação.

Em nome da comissão organizadora da jornada de luta, **Alfredo Cardoso**, membro da comissão executiva do conselho distri-

tal da USB, caracterizou em alguns traços a situação sociolaboral do distrito, à luz das conclusões do I Congresso da USB, recentemente realizado.

O distrito de Braga é, em todo o País o de maior concentração capitalista e tem a média salarial mais baixa, tem 43 mil desempregados, dos quais 27 mil são jovens, tem 7 mil trabalhadores com salários em atraso. Estes alguns dados que levaram Alfredo Cardoso a afirmar que se justifica a determinação para «prosseguir e aumentar a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho», a que os manifestantes responderam numa só voz: «A vida está pior, queremos um governo melhor».

**Armando Teixeira da Silva**, em nome da CGTP-IN, evocou a data histórica de 31 de Janeiro e destacou a luta vitoriosa contra os tectos salariais impostos pelo Governo, patronato e UGT e, ainda, a luta que se está a travar pelas 40 horas de trabalho semanal. Também reformados e jovens intervieram a colocar os seus problemas.

Os manifestantes aprovaram **duas moções**. Uma colocando o seu voto de desconfiança ao actual Governo e manifestando a sua determinação e unidade para prosseguirem e aumentarem a luta pelo progresso e paz na região e no País. Outra, apelando aos partidos políticos, que na Assembleia da República aprovaram a Lei da Rádio, para que confirmem a sua votação anterior, já que aquele diploma «garante o pluralismo e a liberdade de informação».



## Viseu

## Contra as ilegalidades por vida melhor

A Câmara Municipal destruiu as faixas que anunciavam na cidade a acção do movimento sindical unitário, mas a manifestação realizada no sábado em Viseu foi uma firme resposta aos que, tanto naquela cidade da Beira, como em qualquer outro lugar, tentem impedir o exercício pleno das liberdades conquistadas.

E porque a situação está cada vez mais agravada e porque é necessário dar novos rumos ao país e à situação dos trabalhadores portugueses, mais de duas mil pessoas desfilaram entre o Largo da Feira e o Rossio da cidade, onde, em concentração, aprovaram um documento em que se afirma que **os trabalhadores do distrito de Viseu declaram guerra à ilegalidade, exigem e confirmam a sua vontade de lutar**. O desemprego (mais de 22 mil, dos quais só 2800 recebem subsídio), o encerramento de empresas, o trabalho clandestino, a exploração de mão-de-obra infantil, os

abusos na contratação a prazo, a repressão, as discriminações e os problemas da juventude e dos reformados são algumas das questões que, como foi sublinhado em Viseu, exigem a unidade e a luta determinada de todo o povo trabalhador.

A declaração aprovada no Rossio de Viseu chama também a atenção para a necessidade de um verdadeiro desenvolvimento regional, com a elaboração de planos credíveis que tenham em conta a melhoria das condições de vida das populações do distrito.

## Aveiro

## Trabalho infantil é explorado desde 1981

Milhares de pessoas concentraram-se no Largo da Estação de Aveiro, por volta das 15 horas do dia 31 e desfilaram pela Av. Dr. Lourenço Peixinho.

No desfile podiam-se ver delegações de dezenas de empresas do distrito — da Oliva, do Centro Vidreiro, da Handy, da Toyota, da Portucel/Cacia, da Campino, da Sicor, da Cetap, Quimigal, Cavan, Rabor, Vista Alegre, B-Silque — e de várias delegações de sindicatos: metalúrgicos de Aveiro, corticeiros do Norte, calçado, celulose e gráfica.

No início da concentração/manifestação, discursou **Joaquim Almeida e Silva**, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN

e coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN, que depois de fazer referência ao 31 de Janeiro, falou dos aspectos mais gravosos da situação do País e que são, entre outros, o **constante aumento do desemprego**, como o demonstra o aumento de 8,7% do número de desempregados registados nos centros de emprego de Janeiro a Setembro de 1986. Em Aveiro, esse aumento foi de 12,6%.

Joaquim Almeida da Silva referiu igualmente a **exploração de mão-de-obra infantil**, citando o facto de só no distrito de Aveiro existirem já em 1981, segundo o INE, 4914 trabalhadores por conta de outrem, pertencentes ao escalão etário

dos 12 aos 14 anos, e o não aproveitamento das potencialidades nacionais, de que é exemplo, a nível distrital, o congelamento do projecto do Baixo Vouga.

No final da manifestação foi aprovada por aclamação, uma moção onde, depois de vários considerandos sobre a situação sócio-económica do País, os trabalhadores presentes decidiram **reclamar das forças políticas democráticas que assumam as suas responsabilidades** perante os trabalhadores e o povo, intensificando os esforços e o empenhamento político necessário na procura de uma alternativa à presente situação que evite mais sacrifícios desnecessários ao povo, à democracia e ao País.

Os participantes na acção manifestaram a disposição firme de **reforçar e intensificar a luta** como factor insubstituível para a resolução dos seus problemas concretos, para a travagem da política do Governo e como contributo de extrema importância para uma alternativa política que, no respeito pela Constituição, garanta o desenvolvimento económico e o progresso social.



Em Leiria a manifestação realizou-se após o encerramento dos trabalhos do I Congresso da União dos Sindicatos do distrito, juntando-se aos 250 delegados do Congresso muitos mais trabalhadores. Um dos problemas principais é neste momento o desemprego, com 15 mil pessoas sem trabalho, agravado pela praga dos contratos a prazo e outras formas de emprego precário



A Reforma Agrária deu, em muito, o tom à concentração realizada na Praça do Giraldo, em Évora, no âmbito da jornada nacional de 31 de Janeiro. A ela se referiu, nomeadamente, **Joaquim António**, que fez uma intervenção em nome do Secretariado das UCP's e Cooperativas do distrito, na qual alertou para «reservas e divergências do PRD e do PS» que «estão a pôr em perigo a aprovação rápida do texto final» do projecto-lei em discussão na Assembleia da República e que visa pôr termo às ilegalidades do MAP.

Em Lisboa (na foto) os trabalhadores das UCP's e cooperativas do distrito de Setúbal integraram-se na manifestação que desceu a Avenida da Liberdade e foram calorosamente recebidos.

Trabalhadores

**Três desfiles no Porto dia 21**



# Grande manifestação integrada na jornada nacional

Integrada na jornada nacional de luta da CGTP-IN, vai realizar-se no Porto, no dia 21 de Fevereiro, uma manifestação com 3 desfiles que partem, às 14.30, do Campo 24 de Agosto, Praça da Igreja de Cedofeita e da Praceta 25 de Abril, em Gaia, convergindo para a Praça da Liberdade.

Considerada, a par com a realização do segundo Congresso da União dos Sindicatos do Porto (6/7 Fevereiro), um acontecimento de inegável relevo para a vida e a luta dos trabalhadores e da população do distrito, a manifestação conta já com o apoio expresso de várias estruturas e realizações, como plenários das Comissões de Trabalhadores do distrito do Porto, assembleias de delegados sindicais, de comissões sindicais e plenários de dezenas de empresas e ainda do Encontro de Trabalhadores de Supermercados.

Nos seus objectivos — pelo direito ao trabalho e ao salário, por melhores condições de vida, pelo cumprimento da legalidade democrática, por uma nova política e um novo Governo — estão contidas as principais preocupações e anseios dos trabalhadores, bem como a concretização das exigências da luta que,

nos locais de trabalho e na rua, tem vindo a intensificar-se de dia para dia.

## Congresso da USP

«É possível e é urgente alterar a grave situação do desemprego, do trabalho precário e dos salários em atraso», lê-se no anteprojecto de teses em discussão para o II Congresso da União dos Sindicatos do Porto, distrito com 100 mil desempregados. O Congresso da USP está marcado para o próximo fim-de-semana e dele constam os grandes objectivos que hoje se colocam aos trabalhadores e ao movimento sindical.

O documento a levar ao congresso preconiza como «imprescindível» uma «política de desenvolvimento que tenha como

objectivo prioritário o emprego, que consolide e alargue os postos de trabalho, que aponte os investimentos para os sectores geradores de emprego e que tenha em conta a importância do sector público».

Lê-se ainda no anteprojecto da USP:

«Só uma política global de rendimentos que faça crescer a parte dos salários no rendimento nacional e que inclua uma correcta política de preços, assegu-

rando um nível mínimo a todas as famílias, independentemente da sua posição no processo produtivo, pode permitir uma melhoria das condições de vida».

As teses em discussão pronunciam-se ainda, entre outros assuntos, sobre a redução do horário de trabalho semanal, as políticas de Saúde e de Ensino, a Segurança Social, o Orçamento do Estado, a defesa do regime democrático e das conquistas de Abril.

## Feruni

A Feruni é uma fundição da Trofa (Santo Tirso), que emprega 500 trabalhadores. Produz essencialmente para exportação (80 por cento) e facturou cerca de um milhão de contos em 1986. Mas os salários em atraso já vêm de 1981.

Ultimamente a luta agudizou-se. Os trabalhadores fizeram 10 dias de greve para receberem o mês de Novembro. Durante uma semana fizeram duas horas de greve em todos os turnos. Por

fim, em 30 de Janeiro, não deixaram sair a produção da fábrica até que lhes fosse pago o mês de Dezembro.

A administração aparece agora com uma proposta concreta de pagamento dos salários e retroactivos atrasados, que irá ser analisada pelos trabalhadores em plenário, na próxima segunda-feira. Os trabalhadores sabem que foi graças à sua luta que o conseguiram e recorrerão à luta sempre que as promessas não forem cumpridas.

## Bragança

# Reivindicações rurais

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Bragança acaba de distribuir pelos jornais uma **Carta Reivindicativa** em cinco pontos de interesse iminente para grande parte dos trabalhadores do sector. Dada a sua actualidade e o seu alcance, transcrevemos na íntegra o texto daquele documento, aprovado em Mirandela pelo Encontro dos Trabalhadores da Apanha da Azeitona. Destaque-se que a **Carta** faz um apelo à luta pela sua aplicação e prevê a constituição de comissões de aldeia ou de freguesia, a fim de mobilizar os trabalhadores. Siga a **Carta**.

1.º — **Jeira para apanha da azeitona:** Nenhum trabalhador deve aceitar uma jeira abaixo de 1800 escudos (para homem e mulher em conjunto); ninguém deve aceitar trabalhar sem saber quanto vai ganhar e sem estar combinada a data em que vai receber; exigir que, no acto de pagamento da jeira, o patrão nos entregue cópia do respectivo recibo; se for preciso dar horas extraordinárias, estas têm que ser pagas com mais 50 por cento.

2.º — **Pelo cumprimento do Contrato Colectivo:** Exigir o cumprimento e extensão integral do Contrato Colectivo de Trabalho em vigor no concelho de Vila Real; exigir a actuação da Inspeção do Trabalho, pelo cumprimento da lei, nomeadamente a legislação sobre acidentes de trabalho.

3.º — **Contra o trabalho incerto, contra o desemprego:** O desemprego continua a aumentar no distrito de Bragança. As razões desta situação são co-

nhecidas. Entre outras: a instabilidade do emprego, a oposição do patronato ao cumprimento da legislação sobre Segurança Social, as terras abandonadas ou subaproveitadas. Sentimos o desemprego já de muitas maneiras: quando não temos trabalho, quando as condições climáticas não o permitem, quando só arranjamos jeira alguns dias por semana ou por mês.

Face a esta situação, o Encontro decide:

Intensificar a luta contra o desemprego; não permitir que nenhum trabalhador seja despedido, ou prejudicado por causa da legislação sobre a Segurança Social; exigir o direito ao subsídio de desemprego para todos os trabalhadores; exigir que o Governo não permita que haja terras abandonadas ou subaproveitadas.

4.º — **Pelo reforço da organização sindical, o Encontro considera necessário:** Sindicatizar um maior número de traba-

lhadores agrícolas; eleger delegados sindicais em todas as aldeias, empresas e casas agrícolas; trabalhar para que todos os trabalhadores agrícolas paguem as suas quotas; promover a realização de reuniões alargadas de trabalhadores agrícolas para discussão e aprofundamento das nossas reivindicações; promover um maior apoio jurídico a todos os trabalhadores, de forma a que haja uma resposta atempada aos problemas que surgem; lutar para que sejam garantidos e respeitados os direitos sindicais dos nossos dirigentes e delegados; trabalhar para a criação de delegados do Sindicato.

5.º — **Outras questões:** Lutar decididamente pela aplicação desta Carta Reivindicativa; criar comissões de aldeia ou freguesia, onde for possível, para esclarecer e mobilizar os trabalhadores para a luta pela satisfação das nossas reivindicações; manter o Sindicato informado dos acontecimentos; não aceitar uma jeira inferior ao reivindicado, nem aceitar trabalhar sem saber quanto se vai ganhar.

A **Carta Reivindicativa** termina alertando: «Se tiveres problemas, contacta o Sindicato». «Temos de nos unir e lutar para as jeiras subirem/Juntos vamos conseguir».

## No dia 11

# Concentração das escolas

Na próxima quarta-feira, dia 11, concentram-se em frente à residência oficial do chefe do Governo os trabalhadores dos estabelecimentos de ensino não superior. Marcada para as 16 horas, a concentração destina-se a protestar contra a demora na aprovação e publicação oficial do diploma que deve enquadrar o regime jurídico daqueles trabalhadores.

O diploma, negociado há ano e meio, deveria ter entrado em vigor há um mês, mas a sua aplicação prática ainda depende da aprovação em Conselho de Ministros.

O departamento de informação da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública recorda que «o novo regime jurídico dos trabalhadores dos estabelecimentos de ensino não superior consagra muitas das reivindicações daqueles trabalhadores, designadamente a redução do horário de trabalho do pessoal auxiliar operário para quarenta horas (actualmente 45), a revalorização da carreira de contínuo, que dará lugar à de auxiliar de acção educativa, a criação de novas carreiras e categorias e, ainda, uma melhor definição das funções».



## Trabalhadores

## Congresso em Leiria

# Degradação progressiva do aparelho produtivo

Concluído com uma manifestação integrada na jornada nacional de luta do passado sábado, o I Congresso da União dos Sindicatos de Leiria refere nas suas conclusões a necessidade de adoptar «medidas de emergência para evitar a degradação progressiva do aparelho produtivo no distrito de Leiria, nomeadamente nos sectores vidreiro da cristalaria, têxtil e pescas». Os 228 delegados ao Congresso da USLEI aprovaram uma plataforma reivindicativa, em 20 pontos, votaram um programa de acção para os próximos três anos, e elegeram o novo Conselho Distrital daquela organização intermédia da CGTP-IN.

Na plataforma reivindicativa são contemplados alguns dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores da região. Num relatório apresentado por Horácio de Matos, repudiam-se os resultados dos sucessivos e diferentes governos de direita, que só não têm sido piores devido à luta desenvolvida, designadamente contra uma larga parte do patronato do distrito de Leiria que, segundo o relatório, é um dos mais prevaricadores do País. No relatório apresentado ao Congresso por aquele dirigente da União, referem-se mais de 60 empresas encerradas, perto de 15 mil desempregados e mais de 800 mil contos de salários em atraso devidos a 6700 trabalhadores.

No relatório é apontada ainda uma situação que é forçoso alterar. Trata-se da violação sistemática, constante e premeditada das liberdades e direitos sindicais nos locais de trabalho.

Na plataforma reivindicativa aprovada pelo Congresso, exige-se a garantia do direito ao trabalho, o pagamento dos salários

e o respeito pelo exercício das liberdades e direitos sindicais, pois «grande parte do patronato opõe-se, por todos os meios, à existência de estruturas sindicais nas empresas».

Os 228 delegados, que representavam mais de 24 mil sindicalizados, aprovaram no Congresso da USLEI a necessidade de adoptar «uma política global de desenvolvimento económico regional e nacional».

Os trabalhos, que se prolongaram por dois dias (sexta e sábado), decorreram sob o lema «Pela resolução dos problemas dos trabalhadores — Pelo reforço da organização e da CGTP-IN».

Foi eleito um Conselho Distrital de 27 membros efectivos e 6 suplentes. Segundo os novos estatutos, por sua vez aprovados no Congresso, esse Conselho substitui o Secretariado. O novo órgão dirigente disporá de uma Comissão Executiva.

Manuel Cruz disse no Congresso, ao falar em nome dos

novos dirigentes, que sobre eles pesam fortes responsabilidades, mas também tarefas facilitadas pela confiança que lhes foi atribuída pelo órgão máximo da União.

Maria do Carmo Tavares, que representou a CGTP no Congresso, criticou duramente a política do Governo Cavaco Silva. Aquela dirigente, membro da Comissão Executiva da Central, su-

blinou a necessidade de demissão do Governo, dando lugar a nova política que liberte os trabalhadores das injustiças sociais e da incerteza quanto ao futuro que os antige duramente.

O representante da CGT francesa, Jean-Pierre Page, dirigiu uma comunicação ao Congresso. Na sua intervenção salientou as principais linhas de acção do movimento sindical internacional,



Boa participação

## Conselho distrital

O I Congresso da União dos Sindicatos de Leiria elegeu os seguintes elementos para o seu Conselho Distrital: Abílio da Silva Jordão, António Caetano Rodrigues, António Luís Santos, António Manuel da Luz, Armindo de Sousa Lopes, Cristina Maria Morgado, Fernando Marrazes, Francisco Moreira da Silva, Gertrudes Maria Vitorino, Gualter Manuel de Jesus, Henrique de Jesus Barreto, Horácio do Nascimento Matos, José Herculano Paour, José Manuel Oliveira, José Mateus, Manuel Martins da Cruz, Manuel Pinheiro Luís, Maria do Carmo Machado, Maria Etelvina Lopes Ribeiro, Maria de Fátima Oliveira, Maria da Glória Bento, Maria Isabel Canha, Raul de Jesus Ferreira, Saul Feteira Fragata, Vasco João Nunes, Virgílio Manuel dos Santos, Vítor Manuel Pereira, Daniel Gomes Pereira, Durval Ferreira Pedroso, Fernando Caseiro Vendeirinho, José Manuel Pinto, Maria Laurinda Moreira e Rui Manuel Filipe.

os problemas gerais dos trabalhadores e, em especial, dos trabalhadores dos países da CEE.

Da delegação francesa faziam parte também Ronald Duprat e Claude Oubri, secretários da

União Departamental do Vale do Mame.

## União dos Sindicatos de Viseu contra atentados a liberdade de expressão

Com data de sábado, a União dos Sindicatos de Viseu protestou publicamente contra a «Câmara de Viseu», que mandou arrancar todas as faixas que anunciavam a manifestação dos trabalhadores do distrito, integrada na jornada nacional promovida pela CGTP.

A USV, que «irá proceder criminalmente contra a Câmara», informa que as faixas arrancadas do Rossio «denunciavam as situações de ilegalidade laboral existentes no distrito».

Depois de considerar que a própria Câmara tem «telhados de vidro» quanto a essas ilegalidades, a União sindical de Viseu desafiou a edilidade para um debate público e classifica a atitude camarária como um atentado à liberdade de expressão.

# Em Coimbra Trabalhadores intervêm e evitam falência da Termec

Depois de receber uma proposta apresentada pelos trabalhadores, o Tribunal Judicial de Coimbra suspendeu o processo de falência da Termec.

A proposta é o argumento principal do recurso que os trabalhadores interpuseram contra a falência daquela empresa de metalomecânica que ultimamente dispunha de 250 postos de trabalho e devia de salários em atraso mais de 50 mil contos.

José Ferreira, da CT da Termec, disse que o plano apresentado contra a falência, declarada em 7 de Janeiro findo, tem o acordo da administração e dos credores.

Aquele membro da Comissão de Trabalhadores, que é também

dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, declarou que a decisão do Tribunal suscita «boas perspectivas para a recuperação da empresa», através de «uma gestão controlada», com «objectivos bem determinados».

Actualmente a Termec está praticamente parada. Embora de viabilidade reconhecida — fábrica caldeiras e aparelhos para a indústria têxtil — as dívidas e o

processo de falência levaram-na à paralisação.

Recorde-se que já antes de Abril de 1974 a Termec-Equipamentos Térmicos de Coimbra devia à banca 20 mil contos. Ao longo dos anos a dívida aumentou. Em 20 de Outubro de 1986, uma reunião de credores aprovava uma proposta de concordata, prevenindo a adesão dos trabalhadores.

Mas os trabalhadores não aceitaram essa proposta por a administração continuar a defender o não pagamento de indemnizações. Em 7 de Janeiro findo foi declarada a falência da Termec, com 62 trabalhadores suspensos ao abrigo da lei dos salários em atraso.

## Pela reabertura das minas da Borralha

Na passada quinta-feira, 150 mineiros da Borralha desfilavam pelas ruas de Montalegre (Trás-os-Montes) e reclamavam junto da Câmara Municipal a reabertura das minas.

Paralisada há mais de um ano aquela exploração mineira, bem conhecida no País, empregava 600 trabalhadores.

O presidente da Câmara de Montalegre recebeu uma delegação dos manifestantes, que empunhavam cartazes e entoavam palavras de ordem pedindo a demissão do Governo e reclamando a reabertura das minas, a fim de pôr termo à miséria e à fome que ameaçam os trabalhadores e os familiares.

Uma força da GNR foi afastada do local, após intervenção do presidente da Câmara.

Segundo a União dos Sindicatos de Vila Real, a acção de luta de quinta-feira passada destinou-se a sensibilizar a população para o que se passa nas minas, onde ninguém aparece a dizer se vão reabrir ou não.

Paga pela Segurança Social (20 contos por mês) uma equipa de 50 mineiros tem assegurado a manutenção das minas que há mais de um ano a administração mandou encerrar, com o apoio do Governo.

As organizações sindicais de Vila Real afirmam que a situação

na Borralha afecta mais de 2500 pessoas.

Recorde-se que o PCP promove em 15 de Março próximo (ver página 7) um Encontro sobre o Sector Mineiro.

## UTIC em luta e outras empresas sem salários

Por falta de salários no fim do mês de Janeiro recorreram a formas de luta interna os trabalhadores da UTIC, Cometra, Cabos Ávila, Gazina e Precix. Trata-se de grandes empresas da zona de Lisboa.

Só na UTIC são 870 os postos de trabalho; na Cometra 1517, na Ávila 600, na Precix 327, e 150 na Gazina (Amadora). Todas estas empresas têm trabalho. A Cabos Ávila é o maior fabricante nacional de condutores eléctricos. A UTIC, sobejamente conhecida, monta veículos pesados. Todas pertencem ao sector empresarial do Estado. São participadas, através do IPE — Investimentos e Participações do Estado.



Salários atrasados outra vez

Trabalhadores



A fome ronda estas casas (foto de arquivo: Panasqueira)

Promovido pelo PCP

# Encontro sobre o Sector Mineiro

## • Soluções de interesse para os trabalhadores e o País

Para tratar expressamente dos sectores da indústria extractiva que apresentam um carácter mais estratégico e que, ao mesmo tempo, se encontram em crise, ou sob a mira das grandes transnacionais, o PCP promove um Encontro sobre o Sector Mineiro, cuja situação analisará de forma aprofundada, propondo soluções de interesse para os trabalhadores e o nosso país. A realização do Encontro está prevista para 15 de Março próximo na Faculdade de Economia de Coimbra.

Numa nota prévia ao documento-base de preparação do Encontro, afirma-se que «não é objectivo de tal iniciativa analisar a globalidade da indústria extractiva», mas sim os minérios energéticos, metálicos e alguns não metálicos, mas de utilização industrial, de que o nosso país possui vastas reservas.

Portugal dispõe de importantes recursos mineiros. Ao nível europeu, ocupa o primeiro lugar em cobre, ferro e tungsténio e o terceiro em reservas de urânio.

Entre significativas e diversificadas reservas de substâncias minerais, são ainda de destacar no nosso país as pirites complexas.

Mas embora o seu interesse económico seja relevante, essas reservas são insuficientemente conhecidas e pior exploradas. Mesmo quando se faz, a sua extracção raramente tem em vista o desenvolvimento nacional.

Portugal tem ferro, mas a sua siderurgia é débil e importa os materiais de que necessita; tem cobre e zinco, mas importa estes metais.

Recorde-se que grande parte das actividades transformadoras depende em larga medida da indústria extractiva. No entanto, o seu peso económico fica muito aquém das possibilidades e necessidades nacionais.

### Orientações do debate

Entre os principais temas a debater pelo Encontro de Coimbra sublinhem-se a situação actual ao nível de cada substância mineral; a prospecção mineira; higiene e segurança no trabalho nas minas; ligação da Universidade à Indústria; sector empresarial do Estado na actividade mineira; as consequências da adesão de Portugal à CEE; os grandes projectos mineiros e metalúrgicos; e a situação das empresas do ramo em questão.

Com a entrada de Portugal na CEE agravou-se a penetração estrangeira no sector. O Encontro do próximo mês de Março procurará actualizar o conhecimento sobre os vários ramos de actividade extractiva, no seguimento de vários seminários e conferências, e tendo em conta a crise sectorial que atingiu grande amplitude nos últimos meses.

Grande parte das principais minas está paralisada por decisão patronal e do Governo, contra a qual têm protestado e recorrido à luta os trabalhadores e as suas organizações representativas.

No entanto e como é sabido as substâncias minerais provenientes da indústria extractiva são a base material importante e insubstituível de um conjunto

muito vasto de actividades a jusante, como são as metalúrgicas, as cimenteiras, o vidro, todas as petroquímicas e a energia obtida por via térmica.

Por isso, a penetração estrangeira no sector é antiga e tende a desenvolver-se na prospecção, na pesquisa, na extracção e até nas actividades transformadoras a jusante, convertendo o nosso país numa fonte de aprovisionamento de minério das grandes multinacionais.

Ao mesmo tempo que se verifica essa crescente penetração estrangeira, as minas atravessam uma crise profunda, oficialmente explicada pela baixa das cotações internacionais do estanho e do volfrâmio.

Mas, no fundo, a origem dessa crise está na política dos sucessivos e diferentes governos de direita.

Ao contrário das orientações dessa política, as riquezas mineiras portuguesas podem e devem constituir a base de desenvolvimento de diversas actividades indispensáveis ao desenvolvimento económico e social do nosso país.

Entre as que dependem directamente da indústria extractiva, destaquem-se as actividades metalúrgicas e metalomecânicas e as do sector energético.

Entre as iniciativas que a política de direita e os seus governos votaram ao esquecimento lembre-se o Plano Siderúrgico Nacional, que deveria ser desenvolvido com os minérios de Moncorvo, e diversas metalurgias de metais básicos, como o cobre, zinco, estanho, chumbo.

Portugal deve beneficiar das suas riquezas. É nesse sentido que o PCP promove este Encontro sobre o sector.

# LUTAS E TAREFAS



mente para os cofres do Estado, através de vários impostos». Só no que respeita à Autocoope, o Governo cobrou, assim, no ano passado uma receita superior a 50 mil contos. O preço do petróleo desceu, como se sabe, cerca de 50 por cento, em 1986, mas os combustíveis não baixaram, ao contrário do que a Assembleia da República chegou a aprovar.

### Mais uma queixa contra a RTP

Um «acto de inadmissível censura» é como a CGTP classifica a não inclusão de qualquer referência noticiosa na RTP à conferência de Imprensa de 27 de Janeiro findo, na qual a Central analisou a situação político-social do País. A CGTP, que apresentou queixa contra a RTP no Conselho de Comunicação Social, divulgou naquela ocasião várias iniciativas de luta, incluindo a jornada nacional do dia 31. «A RTP fez deslocar à conferência de Imprensa uma equipa de reportagem, que efectuou o seu trabalho», assinala a CGTP. Mas «surpreendentemente — acrescenta — os telejornais de maior audiência (19 e 30, 21 e 24 horas) não referiram sequer» a realização daquele acto público. A CGTP-IN reclama «medidas enérgicas e eficazes da parte dos órgãos competentes, designadamente a Assembleia da República e o Conselho de Comunicação Social».

### Concentração junto à FIL

Numa concentração, quinta-feira passada, junto à Feira das Indústrias de Lisboa (FIL), trabalhadores e sindicalistas do sector de fabricação de material eléctrico e electrónico aproveitaram uma exposição patronal («Endiel 87») para recordarem publicamente que, naquele sector aparentemente próspero, foram eliminados, nos últimos quatro anos, quatro mil postos de trabalho. Num folheto dirigido aos «visitantes da Endiel 87», refere-se ainda que, no decorrer deste ano, se prevê que os patrões do sector tentem despedir cinco mil trabalhadores; que «quinze empresas do sector têm salários em atraso, devendo mais de um milhão e duzentos e cinquenta mil contos a três mil e oitocentos trabalhadores» e que «há empresas do sector com mais trabalhadores a prazo do que efectivos»; os jovens são todos contratados a prazo. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas recorda que «o sr. Rocha de Matos, figura de proa desta Endiel, presidente da Associação Industrial Portuguesa, patrão das várias empresas do grupo Centrel, recebeu recentemente cerca de um milhão e duzentos mil contos do Governo, oitocentos mil dos quais para aplicar directamente no despedimento de oitocentos dos seus trabalhadores (da Centrel Automática Eléctrica Portuguesa)». O Sindicato do mesmo sector do Norte revela, por seu turno, situações irregulares na Efacec, Electro-Cerâmica e Preh (Trofa) onde os cerca de 650 trabalhadores estão a ser vítimas de repressão, «com o intuito evidente de forçar rescisões dos contratos individuais de trabalho».

### Tecto furado

Um balanço divulgado pela CGTP na penúltima semana do mês passado inclui nove sectores de actividade e onze empresas onde, já este ano, foi furado o tecto salarial (8/9 por cento), que o Governo tenta impor em 1987. A maioria dos processos de contratação colectiva estabeleceu aumentos superiores a 13 por cento. A CGTP-IN, que divulgou os nomes das empresas e sectores onde esses aumentos foram conseguidos, considera falhado «o objectivo de limitar os salários à inflação esperada» — objectivo do Conselho Permanente da Concertação Social, CPCS, de que fazem parte o Governo, o patronato, com o apoio activo dos divisionistas (UGT). Recorde-se que o Ministério das Finanças anunciou a intenção de penalizar as empresas do sector público que consentam aumentos superiores à inflação oficialmente esperada este ano. Nas tabelas, os aumentos salariais referidos pela CGTP chegam a atingir 17,7 por cento e, como é o caso da Fábrica Triunfo, 20 por cento no aumento global.

### Dinamização sindical dos médicos

Num conjunto de reuniões em locais de trabalho, nos últimos dois meses, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul tem prosseguido a sua campanha de dinamização sindical. Foram eleitos delegados sindicais no Hospital de Faro, no Centro de Saúde de Olhão, Hospital de Portalegre e sector de clínica geral e saúde pública.

### Profesto na Autocoope

A Célula do PCP na Autocoope protesta contra o preço do gasóleo vendido a 66 escudos o litro, quando a mesma quantidade sai da Petrolgal ao preço de 22 escudos. «Mais de 66 por cento — recorda a Célula — vai directa-



À saída da Centrel: uma das empresas mais ameaçadas pela redução dos postos de trabalho, no sector do material eléctrico e electrónico



## Nacional



# Praça da Liberdade

## Unir organizar lutar

Desde o 25 de Abril que o Palácio de Cristal no Porto tem sido palco de importantes acontecimentos na vida nacional ligados com a luta da classe operária e dos trabalhadores, com a actividade das suas organizações unitárias de classe e com o próprio PCP.

Na próxima sexta-feira e no sábado, na nave do Palácio, de novo se irá ouvir a voz e a razão dos trabalhadores, a determinação e a confiança da sua luta — é o Segundo Congresso da União dos Sindicatos do Porto — CGTP-IN.

Herdeira das fortes tradições históricas de luta e de resistência do povo do Porto, a USP, constituída em Agosto de 1974, é a provada direcção de classe do movimento sindical do distrito. Um distrito em que vive mais de 1,5 milhões de habitantes — cerca de 17 por cento da população portuguesa — a que corresponde uma população activa de cerca de 700 mil habitantes, dos quais cerca de 500 mil são trabalhadores e em que se concentram 20 por cento das empresas do País. Um movimento sindical que representa uma poderosíssima realidade na vida social e política e em toda a luta da classe e dos trabalhadores.

O Segundo Congresso da USP ocorre num momento de ascenso da luta dos trabalhadores e no quadro de uma situação social extremamente difícil no distrito, tal como no resto do País. Ao Segundo Congresso da USP cabe realizar uma profunda reflexão à altura da presente situação e das grandes tarefas e orientações que o Quinto Congresso da CGTP-IN colocou. Cabe-lhe proceder ao balanço de 3 anos, em que cresceu a luta e se reforçou a organização dos trabalhadores do Porto. Cabe-lhe analisar a situação actual no distrito, considerar a política do Governo de Cavaco Silva e os grandes objectivos de luta dos trabalhadores. Cabe-lhe discutir o reforço da unidade dos trabalhadores, a luta contra o divisionismo e o fortalecimento da organização sindical. Cabe-lhe ainda considerar as grandes linhas da nova política necessária, ao serviço dos trabalhadores, que enfrente e resolva os problemas da região e do País.

A duas semanas da manifestação de 21 de Fevereiro, através da qual os trabalhadores do Porto irão dar a sua contribuição para a jornada nacional de luta da CGTP-IN, o Segundo Congresso da USP é chamado também a desempenhar um importante papel catalizador na luta por um novo Governo e por uma nova política.

Os comunistas, que trabalham activamente no seio do movimento sindical para defender e aprofundar a sua linha de classe e o seu carácter unitário, para reforçar a organização sindical e desenvolver a luta dos trabalhadores, encontram na realização do Segundo Congresso da USP motivos de grande alegria e de confiança no futuro.

A causa dos trabalhadores é invencível.  
A luta continua.

■ A. N.

## Ainda o Monte Aventino

Desde a primeira hora denunciado pela estrutura local do PCP, o processo do Monte Aventino está ainda longe do seu termo.

A resolução da Câmara Municipal do Porto de 20 de Outubro, aprovada depois na Assembleia Municipal com o vivo apoio do PPD, do CDS e de dirigentes do PS e com o firme repúdio de deputados da APU, está a ser alvo de um grande movimento de protesto na cidade.

Foi a pronta informação e a denúncia por parte do Comité Local do Porto do PCP do escândalo do Monte Aventino, como é conhecido, que abriu caminho às notícias dos órgãos de

comunicação social e posteriormente à movimentação dos moradores, que se seguiu à posição do próprio Futebol Clube do Porto, fortemente lesado com tal resolução. E, assim, um assunto que parecia já arrumado, voltou à ordem do dia e também, desta feita, por iniciativa dos comunistas. Na última Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro e dando expressão a este vasto movimento de protesto, os deputados comunistas apresentaram um requerimento à mesa, para que de novo fosse apreciado o assunto e revogada a anterior decisão.

Este requerimento baseia-se na ilegalidade da resolução — quando cede o terreno, em direi-

## Poder Local

## Regionalização

# O que diz e quer o PCP

A questão da regionalização — há anos iludida, escamoteada ou simplesmente sabotada pelas forças que têm dominado o poder em Portugal — ganhou um poderoso impulso com a apresentação feita pelo PCP em 23 de Abril de 1986, na Assembleia da República, do Projecto de Lei-Quadro das Regiões Administrativas. A partir daí duas importantes mutações alteraram radicalmente o curso dos acontecimentos: Por um lado «o âmbito da sua discussão deixou de ser apenas o das direcções dos partidos, técnicos e personalidades, e passou a ser também o de todos os eleitos locais e respectivas populações»; por outro «a regionalização entrou definitivamente na ordem do dia, não apenas política, mas também jurídico-institucional».

Em Conferência de Imprensa ocorrida a semana passada o PCP desenvolveu aprofundadamente a questão da regionalização, fazendo chegar ao grande público as posições do Partido sobre a matéria. Presentes Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP (que fez a declaração inicial aos jornalistas, que citamos a seguir), Vítor Dias e Luís Sá, ambos do CC do PCP, e João Amaral, deputado do PCP.

Carlos Costa começou por manifestar a satisfação do PCP pelo novo impulso que ganhou a questão da regionalização após a apresentação do Projecto-Lei do Partido:

«De salientar que de imediato se manifestou uma poderosa corrente de opinião a favor da necessidade e vantagem da instituição das regiões, com órgãos eleitos pelas populações respectivas, tal como dispõe a Constituição da República. Não podemos deixar de nos congratular pelo facto de não só eleitos do PCP, MDP, PRD e PS mas até eleitos de outros partidos, em particular do PSD, se terem pronunciado a favor da criação das regiões administrativas. Este facto é tanto mais de assinalar quanto o Governo tem combatido a regionalização e desenvolvido as Comissões de Coordenação Regional, transformando-as num instrumento do PSD, do Governo e até, em alguns casos, de forma ostensiva, do grande capital.

O PCP considera que é um indiscutível mérito seu ter apresentado um projecto de lei que constituiu um valioso ponto de partida para encetar o processo de regionalização constitucionalmente previsto. Mas considera sobretudo que foi graças à opinião de centenas de Assem-



Da esquerda para a direita Vítor Dias, Luís Sá, Carlos Costa e João Amaral

bleias Municipais, de inúmeras personalidades de numerosas estruturas populares e associativas que foi finalmente possível romper a cortina de silêncio que ao longo dos anos foi erguida sobre este tema e dar força crescente à reclamação democrática a favor da regionalização.

### As posições do PCP

Em seguida Carlos Costa pôs «alguns pontos nos iis», denunciando, por um lado, a campanha de silenciamento do Projecto Lei do PCP conduzida por grande parte da Comunicação Social, a que se seguiu um esforço de deturpação do mesmo, e, por outro, esclarecendo pormenorizadamente as posições do PCP nesta matéria:

Durante meses, grande parte da comunicação social, em particular a RTP, silenciaram o projecto do PCP. Tal posição contrastou com o vivo interesse que suscitou nos órgãos autárquicos, na imprensa regional, nas rádios locais, etc.

Quando a cortina de silêncio se tornou impossível, as propostas do PCP passaram a ser deturpadas quase sistematicamente. As atribuições, as competências, a composição dos órgãos, as finanças regionais, não mereciam interesse. Parecia que um extenso projecto se resumia a propor a transformação do distrito em região administrativa. Desde a RTP a vários outros órgãos, esta tecla foi insistentemente batida. O PCP reafirma que nunca foi este o sentido da sua

proposta. O projecto de lei do PCP limitou-se a explorar as virtualidades do texto constitucional para criar um mecanismo que permite às populações, através do voto das Assembleias Municipais, construir as suas próprias regiões. Como se sabe, a Constituição distingue dois momentos no processo de regionalização. Num primeiro momento, após consulta às Assembleias Municipais, deve ser aprovada a lei da criação das regiões administrativas, que define a respectiva área de partida, atribuições e competências, finanças regionais, etc.

Após a publicação dessa lei, seguir-se-á uma nova consulta às Assembleias Municipais. Nos termos da Constituição, só serão instituídas as regiões em que a maioria das Assembleias Muni-

nistração Pública que se consideram. O PCP propôs que em matéria de área, após a adopção de um qualquer ponto de partida, as Assembleias Municipais se pronunciassem sobre as correcções a introduzir. Nunca propôs 18 regiões ou qualquer outro número.

### Vasta margem de consenso

Por outro lado, prosseguiu Carlos Costa, «o PCP não pode deixar de se congratular com dois factos: que a generalidade dos partidos tenha respeitado o prazo fixado, apresentando projectos de lei sobre regionalização; e que boa parte desses projectos tenha retido partes determinantes das propostas contidas no projecto do PCP. A definição

de atribuições das regiões administrativas é muito similar nas diferentes propostas. As competências e a composição dos órgãos permitem igualmente prever a possibilidade de um consenso maioritário muito rápido. É importante igualmente a consagração do princípio de que a autonomia municipal não pode ser afectada e em especial que não lhe poderão ser retiradas quaisquer atribuições e competências.»

«Desde já, e porque julgamos que esta questão é secundária nesta fase, queremos afirmar que o PCP está disponível para considerar qualquer outra delimitação de partida das regiões que possa merecer um consenso maioritário na Assembleia da República.

E concluiu, mais adiante: «Pela nossa parte, na Assembleia da República, nos órgãos autárquicos, junto da opinião pública e no seio do povo, continuaremos a dar uma contribuição empenhada e responsável para a defesa e desenvolvimento da democracia e para a resolução dos problemas concretos da população. A regionalização seria, sem dúvida, um importante passo nesse sentido. Confiamos em que será dado e estamos convictos de que, quanto mais cedo for dado, melhor será para a democracia e para o País.»

Assembleia da República

# Oposição democrática põe Beleza na linha

## • Pesada derrota do Governo

A convergência de posições que impediu terça-feira a passagem do decreto-lei de Leonor Beleza sobre gestão hospitalar — tema quente que dominara os trabalhos parlamentares na passada semana — constituiu a mais recente e pesada derrota do Governo de Cavaco Silva e da titular do seu Ministério da Saúde.

Catapultada para as primeiras páginas dos jornais, de forma intencional ou não, Leonor Beleza conseguiu uma vez mais centrar sobre si, num curto espaço de tempo, as atenções gerais — recorde-se que há alguns meses atrás foi a questão das carreiras médicas —, desta feita ensaiando uma monumental manobra através da qual procurou atingir uma assentada dois grandes objectivos: liquidar a gestão democrática nos hospitais, e perante a opinião pública, transferir para outros (designadamente para os médicos e gestores hospitalares) a responsabilidade pelo verdadeiro caos — que só a si lhe cabe, como veremos adiante — em que se encontram os serviços públicos de saúde.

### Oposição frontal

Considerada uma peça chave destinada a acabar com a gestão democrática nas unidades hospitalares, esta iniciativa legislativa do Governo em matéria de saúde esbarrou, porém, com a oposição frontal dos partidos democráticos com assento parlamentar, discordância cujos fundamentos assentaram em três ordens de razões: em primeiro lugar, a convicção de que não cabe aos actuais órgãos de gestão a responsabilidade pelo estado caótico em que se encontram

os serviços públicos de saúde, mas sim ao Governo que executa uma política de desarticulação e não coloca à disposição os necessários meios financeiros, técnicos e humanos; em segundo lugar, a proposta da ministra, para além de retirar autonomia à gestão hospitalar e de introduzir uma perigosa instabilidade, orienta-se exclusivamente por critérios de confiança política (leia-se «clientelas partidárias») e não de competência técnica; por último, uma questão mais de forma, a iniciativa de Leonor Beleza desrespeita uma praxe da há muito acordada entre os dois órgãos de soberania segundo a qual sempre que há projectos de lei na Assembleia da República sobre uma dada matéria — era o caso vertente dado que existe um projecto do PRD sobre Lei Orgânica Hospitalar — o Governo não se antecipa a legislar sobre essa mesma matéria.

### Estado caótico

O deputado comunista Vidigal Amaro definiu em síntese a posição do PCP sobre este diploma governamental lembrando que ele «retira autonomia à gestão hospitalar», «despreza por completo a participação responsável», «introduz no hospital uma perigosa instabilidade interna», «privilegia a confiança política

em detrimento da competência técnica» e, por último, ao pretender acabar com a gestão democrática, constitui «mais uma peça que tem por finalidade a destruição do Serviço Nacional de Saúde».

Antes, porém, já o deputado comunista pusera o dedo na ferida ao lembrar que a «responsabilidade pelo estado caótico em que se encontram hoje os serviços públicos de saúde cabe exclusivamente ao Governo», que não desiste de levar a cabo uma «política de desarticulação e degradação dos serviços públicos».

Fundamentando a sua afirmação, enumerou alguns dos aspectos mais significativos desta política nomeadamente a redução de «meios financeiros», a «irracional política de pessoal» manifestada pela não publicação dos novos quadros hospitalares, não preenchimento de vagas existentes, protelamento das comissões instaladoras nas ARSs, proliferação e incrementação do trabalho precário e dos contratos a prazo, despedimento de técnicos, nomeadamente médicos; a «alienação de unidades de saúde»; o «desvio para o sector privado de milhões de contos do Serviço Nacional de Saúde, para pagar exames complementares»; o «patrocínio e implementação de subsistemas de saúde novos», de que é exemplo recente a incentivação do seguro de doença.

### Lavar as mãos

O facto de esta política ser «conscientemente levada à prática» pelo Governo e de tal «conduzir à situação de ruptura dos serviços de saúde» mereceu ain-

da um reparo de Vidigal Amaro que observou que perante esta gravíssima situação «o Governo pretende lavar as mãos e imputar a outros, designadamente aos médicos e agora também aos órgãos de gestão hospitalar democraticamente eleitos, as responsabilidades que exclusivamente lhe cabem».

Para a bancada comunista não deixa também de contribuir uma falta grave, conforme salientou o orador, a pretensão do Executivo de «acabar com a gestão democrática dos hospitais, passando todos os órgãos de gestão e administração a serem por si nomeados».

A estas e outras questões não deram resposta nem a ministra nem a bancada do seu partido, embrulhando-se apenas em respostas vagas e lugares comuns, fazendo uso e abuso do termo «utentes», imagine-se, para tentar sacudir a responsabilidade que lhe cabe pelo facto de os serviços não satisfazerem no mínimo as necessidades em cuidados de saúde do povo português.

### Governo isolado

«Este decreto vem trazer-nos um modelo igual ao que se passa noutros países europeus democráticos», soube dizer, e apenas, em defesa da sua ministra, o deputado Jardim Ramos

do PSD, que ainda acrescentou que Vidigal Amaro só encontrou «desgraças» no decreto de Beleza. Não conseguiu ir mais longe, contudo, o deputado do PSD — limitando-se a balbuciar uma frase frouxa onde se percebeu que «por acaso não tenho aqui os papéis» —, quando foi instado por Vidigal Amaro a citar casos concretos e nomes de entidades que tenham defendido esta iniciativa do Governo.

No ar, sem resposta, ficaram ainda muitas outras perguntas, formuladas pelas várias bancadas da oposição, como sejam as questões colocadas por Zita Seabra quando se interrogou sobre o «que leva a ministra a insistir que os actuais gestores não são competentes», ou, por exemplo se a «experiência das comissões instaladoras das ARS, nomeadas pelo Governo, são melhores que a gestão democrática dos hospitais».

### Casa do Douro

No período antes da ordem do dia dos trabalhos parlamentares de anteontem o deputado comunista Luís Roque levou ao conhecimento da Assembleia a situação do Hospital Distrital de Elvas, estabelecimento a funcionar com variadíssimas dificuldades e carências.

Após a rejeição de um voto de repúdio pela violência como for-

ma de afirmação política, subscrito por alguns deputados a propósito da passagem de mais um aniversário do regicídio, o plenário iniciou o debate de duas ratificações (uma das quais apresentada pelo PCP) ao decreto-lei que extingue a Casa do Douro.

Intervindo em nome da bancada comunista, António Mota defendeu a necessidade da Casa do Douro «manter o actual estatuto de pessoa colectiva de direito público, com a participação dos vitivinicultores durienses na eleição democrática dos seus dirigentes».

Agendado estava ainda um projecto de lei do PSD sobre símbolos das coligações para fins eleitorais, matéria cuja discussão se deverá prolongar hoje.

### Irangate

Entre as matérias que dominaram os trabalhos da passada semana conta-se ainda uma intervenção do deputado comunista José Cruz sobre o escândalo Irangate e designadamente sobre o estranho silêncio com que o Governo envolveu o caso tanto mais intrigante quanto são conhecidas numerosas provas que documentam a utilização do território português.

Anselmo Aníbal, por seu turno, levou ao hemiciclo a questão das valas ditas «sanitárias» situadas perto do Tejo.

# Beleza é responsável pelo caos — disse-nos Vidigal Amaro

Concluído o debate sobre a lei orgânica hospitalar, conhecidas as posições da ministra e do seu Governo, ouvidos os argumentos que vieram a público em sua defesa, alguma coisa parece ter ficado ainda por explicar. Pode não ser imediatamente perceptível, por exemplo, como é que o Executivo decide, contra tudo e todos, trazer para a ordem do dia uma matéria tão quente como esta, exactamente num momento em que sobre o Ministério da Saúde, provenientes de todos os lados, recaem fortes críticas à sua actuação.

Vidigal Amaro, deputado comunista, interveniente em todo este debate, ajuda-nos a esclarecer esta e outras questões. Foi no decorrer de uma breve conversa com o «Avante!», ocasião aproveitada para reafirmar que «num momento em que há situação de ruptura em muitos serviços, denunciada inclusive pelos próprios responsáveis», este decreto-lei do Governo só pode ser entendido como uma tentativa para sacudir a água do capote, «tirar as responsabilidades que lhe cabem por inteiro pela situação presente, imputando-a às gestões hospitalares».

Clarificando as razões que conduziram a este estado de coisas, Vidigal Amaro citou a carência de meios financeiros, humanos e técnicos que o Governo põe à disposição das unidades hospitalares, lembrando a título de exemplo o facto de no «Orçamento de Estado deste ano a percentagem destinada à saúde ser apenas de 9,2 por cento, a mais baixa dos últimos dez anos».

Um dos aspectos mais repisados pela ministra na sua intervenção foi o de que as actuais gestões na maior parte dos casos não serão competentes e servem apenas interesses corporativos em detrimento dos interesses dos utentes. Desmontando esta argumentação, o nosso interlocutor chamou a atenção para o facto de o Governo desde sempre dispor de mecanismos legais (desde a nomeação de um delegado para os conselhos de gerência até à possibilidade de em qualquer momento desencadear uma acção de sindicância), com os quais poderia intervir por inteiro, em qualquer momento, por forma a corrigir situações anómalas de má gestão,

de corrupção ou de incompetência.

Ora, a verdade é que o Governo nunca exerceu estes poderes, nunca os exerceu porque, no fundo, como nos referiu, no essencial, «a gestão dos hospitais tem sido boa e se mais não é feito é devido à falta dos meios já referidos».

A insinuação deixada pela ministra de que os gestores nomeados pelo Governo são melhores do que os democraticamente eleitos nos hospitais, foi também comentada por Vidigal Amaro que nos referiu a experiência deste tipo já conhecida nas Administrações Regionais de Saúde (ARS) — responsáveis pelos cuidados primários de saúde e pelo funcionamento dos Centros de Saúde — em que os gestores são todos nomeados pelo Governo com os resultados que se conhecem: «um completo caos, com longas listas de espera para uma simples consulta; falta de consultas de especialidade, grande dificuldade quando não impossibilidade de acesso aos meios complementares de diagnóstico (Raio X, análises clínicas).

# Privilégios? Que ideia... dignificação

Com a aprovação na passada semana de dois projectos de lei da autoria do PSD e do PS relativos ao Estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos, mantém-se, no essencial, o carácter de privilégio e discriminação contido na lei relativa a esta matéria, em vigor desde o início de 1985.

Em causa estavam as regalias suplementares de que beneficiam os políticos no exercício de cargos públicos, vantagens que alguns partidos interpretam como totalmente injustificadas (casos do PCP e do PRD) enquanto outros (PSD e PS) as encaram como uma forma natural e desejável de dignificação no desempenho das suas funções.

Controvérsia levantou sobretudo — tal como já acontecera há cerca de dois anos, aquando da aprovação da lei — a manutenção ou não da subvenção mensal vitalícia e o subsídio de reintegração a que os detentores de cargos políticos têm direito.

De acordo com o Estatuto em vigor, recorde-se, um parlamentar tem direito após oito anos de mandato a uma pensão vitalícia que ronda os 30 contos e a um subsídio de reintegração (neste caso basta-lhe cinco anos) no valor aproximado de mil contos para a sua reinserção na vida profissional.

Contra tais privilégios se opôs frontalmente o PCP — o seu projecto apontava, aliás, para a revogação total da lei —, para quem a dignificação dos cargos políticos e

designadamente dos deputados, «não passa por medidas avulso, incompreendidas pelo nosso povo, mas sim por uma maior capacidade de intervenção dos deputados, pela sua reaproximação aos eleitores e cidadãos e por melhores condições de trabalho».

Esta posição do Partido, conforme ficou patente no debate, resulta de uma observação atenta da realidade nacional — e não em concepções miserabilistas ou franciscanas sobre os titulares de cargos públicos —, onde abundam as carências e dificuldades,

de que são testemunho as centenas de milhares de trabalhadores desempregados e com salários em atraso.

Opinião bem diferente tiveram os deputados do PS e do PSD, os quais, sem convencerem, defenderam com veemência, com ligeiras alterações, o actual Estatuto, argumentando para o efeito que ele constitui uma forma de dignificar o cargo público e garantir o seu exercício em regime de exclusividade.

## O fosso

Uma das linhas de força da intervenção proferida pelo deputado comunista Jerónimo de Sousa, durante o debate, foi estabelecer a diferença existente entre o País real e o rol de privilégios contemplados no actual Estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos.

Demonstrando a dimensão do fosso que separa a vida comum dos cidadãos da de alguns políticos, Jerónimo de Sousa lembrou, a propósito, as remunerações do **Presidente da República** (354 620\$00), do **Primeiro-Ministro** (265 960\$00) de um **ministro** (222 270\$00), de um **secretário de Estado** (189 975\$00) e de um **deputado** (126 000\$00).

Não se ficou, todavia, por aqui. A «hipocrisia populista do Governo» — assim lhe chamou — foi outro aspecto que fez questão de desmistificar, socorrendo-se para tanto das remunerações dos gestores PSD de uma empresa pública nomeados pelo Governo PSD, sem incluir o telefone, viatura, motorista, gasolina e deslocações ao estrangeiro: **presidente**, 293 750\$00 de vencimento mais 73 437\$50 de despesas de representação, o que dá qualquer coisa como 367 187\$50; **vogais**, 235 000\$00 mais 54 000\$000 de despesas de representação, que totalizam 289 050\$00.

## Juventude

## Estudantes de Letras em greve

Os estudantes das faculdades de Letras de todo o País cumprem hoje o segundo dia de uma greve convocada na sequência do falhanço de uma reunião realizada na passada terça-feira com o ministro da Educação. Em comunicado, a Comissão Nacional Coordenadora dos Estudantes de Letras considerava que «não foram satisfatórias as respostas do ministro e como tal não há justificação para desconvocar a greve decidida em reuniões gerais de alunos em todas as escolas».

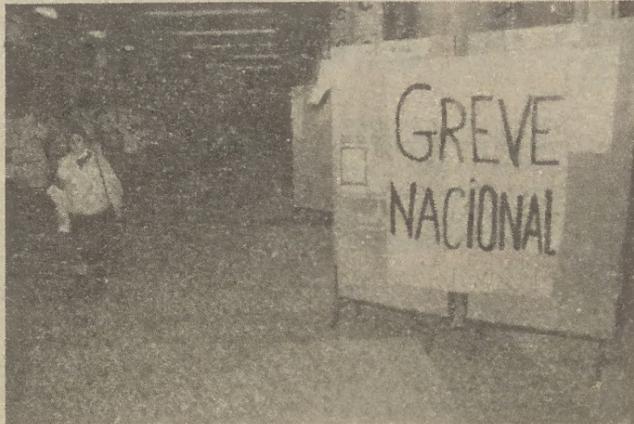
Na origem próxima desta luta está um projecto de reestruturação curricular apresentado pelos Conselhos Científicos e que os estudantes entendem ser demasiado semelhante ao sistema em vigor. Para além de não diversificar a oferta de saídas profissionais, mantendo o afunilamento neste momento existente em relação à docência, este projecto impõe um *numerus clausus* — para além do existente à entrada na faculdade — no acesso aos quinto e sexto anos.

Na perspectiva dos estudantes, expressa durante esta semana por Manuel Lof, da Associação dos Estudantes do Porto, «há que criar cursos de especialização que habilitem a funções profissionais em áreas como, por exemplo, Serviços Culturais a nível autárquico, bibliotecas, museus ou ainda a cooperação com países

africanos, pois isso permitirá dispersar as expectativas na docência». Como é sabido, neste momento, há cerca de 9 a 10 mil desempregados licenciados pelas faculdades de Letras.

Os estudantes das faculdades de Letras exigem ainda o rápido agendamento, na Assembleia da República, do pedido de ratificação dos diplomas referentes a esta matéria, com vista à sua não ratificação. Como é do conhecimento público, e não obstante a grave situação de desemprego dos licenciados por aquelas faculdades, o Ministério permitiu a entrada nas universidades privadas recentemente criadas, e só no curso de História, de cerca de mil e seiscentos alunos.

A Comissão Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras considera que o ministro na reunião de terça-feira «limitou-se a



Dia de greve na Faculdade de Letras de Lisboa

'passar a bola' aos Conselhos Científicos e restantes órgãos de gestão e para as reitorias, o que comprova a gratividade das declarações do Ministério como dos Conselhos Científicos, acusando-se mutuamente como responsáveis pelo projecto de reestruturação apresentado».

Considerando a realização desta reunião em si mesma como uma vitória, na medida em que uma das reivindicações centrais dos estudantes de Letras era a realização de uma reunião com a presença do ministro, a Comissão

Nacional estranha a inexistência de uma acta final da reunião.

Entretanto, hoje mesmo, realiza-se na Faculdade de Letras de Lisboa uma reunião geral de alunos para analisar o ponto de situação de luta, reunião que se segue a outras já realizadas nas restantes escolas envolvidas no processo.

Espera-se um agravamento de luta perante a falta de soluções e de vontade política para as tomar por parte do ministro da Educação.

## Emigração

## Emigrantes portugueses protestam contra despacho de Manuela Aguiar

Um «atentado à defesa dos emigrantes e seus familiares» e «uma vergonha e um insulto à nossa Pátria», tal é a forma como a Comissão de Pais de Portugueses de Mulhouse, em França reage a um recente despacho da secretária de Estado da Emigração e que está a provocar grande revolta e indignação em toda a comunidade emigrante portuguesa.

Manuela Aguiar, em despacho datado de 17 de Dezembro de 1986 determina a «rescisão, a partir de 1 de Janeiro próximo, dos contratos de avença dos consultores jurídicos que prestam serviço nos consulados», a «suspensão provisória, a partir da mesma data, de todas as deslocações em serviço do pessoal das delegações da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas» e a «venda das viaturas de serviço da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas afectas aos consulados».

De toda a Europa chovem protestos dos emigrantes portugueses contra esta decisão do governo de Cavaco Silva, atentatória de elementares direitos dos emigrantes e que contradiz frontalmente o próprio programa do Governo onde se afirma que «uma forma concreta e útil de apoiar o residente português no estrangeiro será proporcionar-lhe um atendimento acolhedor e eficiente nos consulados que, no seu conjunto, constituem uma rede privilegiada de ligação com os que vivem fora da Pátria».

Para além do protesto da Comissão de Pais de Portugueses de Mulhouse, o membro efectivo do Conselho das Comunidades Portuguesas em representação da região de Frankfurt, Carlos de Oliveira Vicente, dirigiu uma carta ao Presidente da República onde exige daquele órgão de soberania uma posição consentânea com os interesses dos emigrantes. «Como representante do movimento associativo desta área consular lembro V. Exa. que o governo desta senhora já fez demasiado mal aos emigrantes, que na sua maioria não regressam a Portugal, porque não encontram criadas as condições no seu país, para o poderem fazer», afirma Carlos Oliveira Vicente.

Referindo-se à situação em que vivem e trabalham os emigrantes portugueses, aquele membro do Conselho das Comunidades adianta que «centenas de compatriotas emigrantes que decidiram regressar ao nosso País, já por cá andam de novo e agora em muito mais difíceis condições sociais e económicas, trabalhando clandestinamente».

Sem a possibilidade de, gratuitamente, acederem às consultas jurídicas para esclarecimento dos múltiplos aspectos da sua condição de emigrantes, esta decisão deixa completamente desprotegidos os portugueses que fora do seu país trabalham por vezes em condições de sobre-exploração. O desprezo do Governo de Cavaco Silva pelos interesses dos emigrantes vai mesmo ao ponto de vender as viaturas dos consulados que tinham sido oferecidas por entidades dos países de acolhimento, como é o caso de um automóvel oferecido à comunidade portuguesa de Osnabruck, na RFA.

A suspensão das deslocações do serviço de pessoal das delegações da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas juntamente com a decisão de vender as viaturas dos respectivos serviços agrava ainda mais a situação de isolamento dos emigrantes nos países de acolhimento.

### Encerramento do Consulado de Osnabruck

Entretanto em Osnabruck, na RFA, corre grande descontentamento e indignação na comunidade portuguesa local com a ameaça de encerramento do consulado naquela cidade. O Consulado Geral de Portugal em Osnabruck é o segundo maior em área geográfica, abrange um núcleo de 13 mil portugueses e presta apoio a 24 professores de português.

Apesar de o governo ocultar sistematicamente as suas intenções, sabe-se já que desde Dezembro de 1985 foi decidido rescindir o contrato de arrendamento das instalações. Em comunicado conjunto, emigrantes socialistas e comunistas em Osnabruck consideram que «este processo demonstra que a política do Governo PSD não serve aos emigrantes como não serve a Portugal nem ao nosso povo».

## Terra

## Vitivinicultores do Ribatejo discutem problemas do sector

O regulamento vitivinícola, os subsídios a atribuir com vista ao arranque e reestruturação da vinha, as regiões demarcadas e sub-regiões foram os assuntos em foco no Encontro de Vitivinicultores do Ribatejo ao sul do Tejo, realizado no passado domingo em Almeirim, por iniciativa da Federação dos Agricultores de Santarém.

Entre as principais conclusões

deste encontro, avulta a decisão de constituição de uma associação de vitivinicultores da região.

Neste encontro, os cerca de 150 agricultores dos concelhos de Almeirim, Benavente, Salvaterra de Magos, Alpiarça e Chamusca, mostraram-se profundamente preocupados com a incerteza que pesa sobre a sua actividade em consequência do regulamento vitivinícola que prevê a

sobrevivência de uma área nacional de vinha de 45 mil hectares, dos 350 mil neste momento existentes.

Sobre este assunto, os agricultores, para além de manifestarem a necessidade de rapidamente serem prestados os esclarecimentos necessários sobre esta questão, exigiram informações precisas sobre os possí-

veis apoios facultados aos detentores de vinhas.

Os vitivinicultores do Ribatejo ao sul do Tejo deliberaram, ainda, solicitar audiências às várias entidades ligadas ao sector onde, entre outros, sejam discutidos os métodos e critérios a aplicar no arranque das vinhas, bem como na atribuição de subsídios aos agricultores atingidos.

A subida da taxa do vinho de sessenta centavos para 2\$50 o litro, por outro lado, foi repudiada pelos presentes nesta reunião que afirmam que tal medida vai agravar os problemas financeiros enfrentados por produtores isolados e adegas cooperativas.

O encontro de vitivinicultores do Ribatejo ao sul do Tejo considerou, que «a regularização do Vale do Tejo é pedra fundamental para o desenvolvimento de todos os sectores da actividade agrícola, incluindo o vitivinícola» e apelou à constituição de uma rede de fiscalização a nível nacional que impeça a proliferação dos «marteleiros» e salvaguarde a qualidade dos vinhos portugueses.

a presença em Coimbra, de representantes de agricultores dos países da CEE.

Entretanto em Braga, a Associação de Defesa dos Agricultores do distrito de Braga, no intuito de possibilitar a todos os agricultores a oportunidade de participar nesta reunião, organiza um vasto número de excursões. As-

sim, partirão às seis horas da manhã do próximo dia 15 para Coimbra camionetas provenientes de Barcelos, Famalicão, Guimarães, Fafe, Terras do Bouro e Braga. O regresso está previsto para cerca das 18 horas.

As inscrições estão abertas até ao dia 7 e o preço por pessoa é de 700 escudos.

## Em preparação IV Encontro da Agricultura

Está em preparação por todo o País, o IV Encontro Nacional das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal que terá lugar no próximo dia 15, em Coimbra, por iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura. Particular incidência terão, neste encontro, as questões relativas às consequências da adesão de Portugal à CEE. Prevê-se, aliás,

edições *Avante!* **Recomendam**

**O PARTIDO**

**COM PAREDES DE VIDRO**

Álvaro Cunhal

Internacional

Nicarágua

# Contra a ameaça de invasão novas iniciativas de paz

O povo nicaraguense está disposto a reforçar o estado de alerta e a sua capacidade defensiva face às novas ameaças norte-americanas, afirmou a semana passada em Manágua o ministro da Defesa da Nicarágua, Humberto Ortega, em resposta à reafirmação do presidente dos EUA, Ronald Reagan, na sua mensagem sobre o estado da União, de prosseguir a política de ingerência e agressão contra a revolução sandinista.

Humberto Ortega, que na ocasião salientou o desejo de paz dos nicaraguenses, deixou claro que o povo saberá fazer frente a toda e qualquer ameaça militar. A defesa das conquistas da revolução sandinista, disse, continua a ser a tarefa premente do ano em curso.

Esta tomada de posição, que decorre naturalmente da intervenção de Reagan, é tanto mais justificada quanto se pode constatar que nos últimos dias se registou um novo recrudescimento na campanha da administração norte-americana contra a Nicarágua. Assim, para além do já referido discurso, importa assinalar as recentes declarações do secretário de Estado, George Shultz, em entrevista directa à Worldnet (rede mundial), acusando os sandinistas de «prestarem ajuda a terroristas», o que «justificará» o reforço da ajuda dos EUA aos «contras»; não menos relevante é a anunciada visita de Frank Carlucci, actual presidente do Conselho de Segurança dos Estados Unidos, à América Central, com o objectivo expresso de «avaliar a situação no terreno e decidir quais as perspectivas globais» da política seguida pela Casa Branca na região.

Esta concertação de posições públicas vem confirmar a denúncia da existência de um plano concreto de intervenção armada na Nicarágua, feita há dias pela agência «UPI». Com base em informações de um ex-dirigente dos «contras», Edgar Chamorro, a «UPI» revela que em 1983 o plano foi debatido num encontro secreto de Duane Clarridge, alto responsável da CIA, com dirigentes anti-sandinistas.

Na altura, e apesar de estar então em vigor a decisão do Congresso que proíbe o fornecimento de fundos aos contra-revolucionários nicaraguenses, estes foram informados de que o plano de intervenção armada na Nicarágua estava pronto, podendo ser accionado em qualquer altura. O responsável da CIA terá afirmado que a invasão se registaria caso o governo da Nicarágua adquirisse aviões de combate modernos.

As afirmações de Clarridge, que trabalhou em estreito contacto com Oliver North, o ex-funcionário do Conselho de Segurança dos EUA afastado na sequência do escândalo do Irangate, foram corroboradas, segundo a «UPI», por declarações de um outro antigo funcionário do Departamento de Estado. Segundo este, o plano de invasão da Nicarágua é um documento de trabalho da administração Reagan, que pode ser levado à prática a qualquer momento, uma vez que tem um carácter a longo prazo e é constantemente corrigido em função da evolução da situação na América Central.

Iniciativas de paz

A verdade é que a situação na

América Central não tem evoluído a favor da política da administração Reagan, embora se esteja ainda longe do consenso necessário para uma solução política dos conflitos na região.

Se, por um lado, os planos agressivos de Washington e a sua aplicação parcial motivam as mais sérias preocupações e fazem arrastar os confrontos armados que dilaceram a América Central, por outro lado, são evidentes os esforços de um número crescente de países para lhe pôr cobro.

A iniciativa que reuniu no Rio de Janeiro, em Dezembro último, os oito ministros dos Negócios Estrangeiros do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio bem

como os secretários-gerais da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), é um exemplo esclarecedor. Não menos relevante é a realização na Guatemala, no próximo fim-de-semana, de nova reunião daqueles dois Grupos com os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, no âmbito das iniciativas de paz para a América Central.

No primeiro caso, a adesão dos secretários-gerais da ONU e da OEA à institucionalização de um novo mecanismo de concertação para a paz na América Central confere uma dimensão mais vasta às iniciativas que a Colômbia, México, Panamá e Venezuela, com o apoio do Brasil, Perú, Argentina e Uruguai, vêm desenvolvendo, apesar do sistemático boicote dos Estados Unidos. Simultaneamente, a administração Reagan fica substancialmente mais isolada na defesa da sua política agressiva e de ingerência na região, o que de modo algum a favorece.

Não é por acaso, de resto, que a Casa Branca reagiu de forma tão violenta à Declaração do Rio, afirmando-se ofendida por os EUA serem indirectamente acusados de violar leis inter-

nacionais e exacerbar políticas intervencionistas, ao mesmo tempo que enveredava pelo ataque directo a Baena Soares, secretário-geral da OEA. A causa próxima da indignação residia no facto da Declaração do Rio retomar passagens da sentença do Tribunal Internacional de Haia que condenou os EUA em consequência de queixas apresentadas pela Nicarágua, mas a verdadeira razão é o profundo significado da conjugação de esforços para combater a intervenção norte-americana na região.

No segundo caso — o encontro que começa dia 9 na Guatemala — tal isolamento, sinónimo de condenação, pode igualmente ser reforçado. Embora se saiba que a CEE alinha excessivamente com Washington, importa não perder de vista a heterogeneidade da sua composição e as suas contradições internas, que podem resultar, senão numa explícita condenação dos EUA, pelo menos num distanciamento político desmotivador de aventuras armadas directas na América Central e num apoio mais efectivo à Nicarágua.

Nem todos os países da CEE têm, em relação à Nicarágua, a



O povo da Nicarágua não abdicará do seu direito à paz e à independência

posição do Governo português, que se fará representar na Guatemala pouco dignificado pelo envolvimento no Irangate, cujos fundos alimentaram os «contras» nicaraguenses, qual «Rambo da Silva» como já alguém lhe chamou.

Nesta perspectiva e com a certeza de que o povo nicaraguense se baterá pela paz sem prescindir do direito de se defender, é possível esperar que os ventos do diálogo tenham força bastante para afastar as nuvens de guerra.

## Países africanos pedem sanções contra Pretória

A sétima reunião da Comissão Ministerial dos Cinco Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), realizada a semana passada em Luanda, exortou a comunidade internacional a aprovar imediatamente sanções económicas obrigatórias contra a República da África do Sul, pois considera que se trata de um meio de pressão eficaz para se acabar com o apartheid.

O regime de Pretória — afirma-se no comunicado divulgado no final do encontro — procura conservar a ordem racista na África do Sul, manter a posse da Namíbia e pratica agressões contra os Estados da «Linha da Frente», tornando-se a principal fonte de instabilidade na região, que urge liquidar urgentemente.

Os representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Prín-

cipe decidiram ainda imprimir maior dinâmica no cumprimento integral das decisões contidas no



A África do Sul é o único obstáculo à paz na África Austral

programa de acção aprovado na Sexta Cimeira do PALOP, apesar dos condicionamentos decorrentes da situação que os «cinco» enfrentam. Tais condicionamentos, designadamente a dispersão geográfica, a natureza dos circuitos económicos criados nos diferentes países, guerras e calamidades naturais que os têm afectado, embora constituindo obstáculos nem sempre fáceis de ultrapassar não têm impedido o notório contributo dos PALOP no desenvolvimento da tão necessária como desejada cooperação sul-sul.

Condicionalismos que, por um lado, tendo em consideração a actual crise económica que atravessa o continente africano, exigem da comunidade internacional um maior apoio aos governos da região na implementação prática do programa prioritário de relançamento económico em África.

Uma questão indissociavelmente ligada com a primeira — a liquidação do apartheid — pois se o regime sul-africano é o único entrave para a paz na África Austral, é também o principal obstáculo ao livre desenvolvimento dos países independentes na região, quer pela situação herdada da dominação colonial quer pela sua política de agressão que obriga os jovens países a dispender com a defesa o que necessitariam de aplicar no desenvolvimento.

Esta realidade está de resto sempre presente na África Aus-

tral, não faltando razões para crescentes preocupações. Como se afirmava recentemente num comentário da Angop ninguém pode ficar indiferente face ao esforço de Pretória com vista a uma maior militarização do país. Recordando que foi nas proximidades das ilhas Príncipe Eduardo (situadas a meio caminho entre a cidade do Cabo e a Antártida) que a África do Sul procedeu a uma explosão nuclear experimental, em 1979, e construiu uma estação científica, a Angop denuncia a intenção de Pretória construir agora ali um aeródromo capaz de receber aviões de transporte do tipo «Hércules», novo testemunho de planos belicistas que constituem uma ameaça à segurança no continente africano e aos desejos de paz para a zona do Índico.

Esta questão, tal como as restantes, repõe uma vez mais o problema da importância da intervenção da comunidade internacional na defesa dos direitos humanos, da paz e da cooperação entre os povos, pois sendo o regime racista um crime contra toda a humanidade é também um perigo para toda a humanidade.

Um tema que estará no centro dos debates do próximo encontro dos chefes de Estado e de governo dos países membros do «Commonwealth», a realizar em Setembro próximo no Canadá, como foi anunciado há dias no Zimbabwe no decorrer de uma reunião entre os dirigentes da-

quele país, Zâmbia e Botswana, com o primeiro-ministro canadiano. Na ocasião, os dirigentes deixaram claro o seu apoio à luta do Congresso Nacional Africano (ANC) e a condenação do regime sul-africano, bem como da política de «engajamento construtivo» dos EUA, que permite a sobrevivência do apartheid. Conhecidas como são as posições da Grã-Bretanha em relação à África do Sul e a sua complicitade com a política norte-americana, é de prever que a próxima reunião do «Commonwealth» vá dar que falar.

De registar, entretanto, que na sua desesperada luta pela sobrevivência o regime sul-africano está a tornar cada vez mais indefensável o próprio apoio que recebe das potências imperialistas, também elas a braços com as pressões da opinião pública. Por um lado, voltou a atacar Angola, mantendo fortes dispositivos militares em território angolano; por outro lado, a nível interno, para além da repressão dos nacionalistas o regime de Botha decidiu aumentar ainda mais a censura, não só alargando os poderes da polícia nesse domínio, como ainda anunciando estar em estudo nova legislação para restabelecer a censura nos jornais de língua inglesa.

Ao amordaçar a sua imprensa, o regime sul-africano parece não perceber estar a contribuir para que sejam cada vez mais as vozes que o contestam. Na África do Sul e em todo o mundo.

## Internacional

## Saudação do PCP ao V Congresso do PC do Líbano

Realizou-se de 3 a 5 deste mês o V Congresso do Partido Comunista Libanês, onde o PCP se fez representar pelo camarada Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável pela Secção Internacional do Partido. Na ocasião, o CC do PCP enviou ao PCL uma saudação, que transcrevemos na íntegra.

Queridos Camaradas,  
Por motivo da realização do V Congresso do Partido Comunista Libanês, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do Partido Comunista Libanês, e por seu intermédio a todos os comunistas libaneses as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

O PCP segue com o mais vivo interesse a evolução da situação no vosso país; denuncia e condena com a maior firmeza a política de agressão terrorista conduzida pela aliança do imperialismo norte-americano e dos sionistas de Israel no Líbano; é activamente solidário com a luta corajosa conduzida pelo PCL e por outras forças patrióticas e progressistas libanesas em defesa da independência, unidade e integridade territorial do Líbano, pela completa retirada das tropas israelitas invasoras, para impedir a concretiza-

ção dos projectos fascistas, por profundas transformações democráticas.

Na sua luta, realizada em condições particularmente duras e complexas, os comunistas e o povo libanês têm sido obrigados a consentir pesadíssimos sacrifícios. Mas têm também alcançado importantes vitórias que, como a evacuação do Líbano das forças agressoras dos EUA e outros países da NATO, tiveram uma extraordinária repercussão internacional, constituindo sólidos motivos de confiança na vitória final da justa causa patriótica e revolucionária dos comunistas e dos patriotas e progressistas libaneses e do movimento libertador dos povos árabes.

No ano que findou a luta contra a política de guerra e de agressão do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano, registou importantes sucessos políticos. A violenta ofensiva

do imperialismo visando suste o avanço do processo revolucionário enfrentou-se com a resistência tenaz dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes e em primeiro lugar a realidade dos países socialistas e a sua activa política de paz e solidariedade internacionalista. As propostas da URSS visando a liquidação de todas as armas nucleares até ao fim do século, o fim das experiências nucleares e a prevenção da militarização do espaço, representam contribuições da maior importância para a defesa da paz como o demonstram os resultados da Cimeira de Reykjavik.

Entretanto o imperialismo não abandonou ainda os seus propósitos de revanche social e hegemonia mundial, prossegue a corrida aos armamentos, persiste na sua política de ingerências e agressões contra os povos de numerosos países e regiões do mundo. Os crimes que diariamente continuam a ser praticados pelos sionistas de Israel contra o povo libanês e o povo palestino, as perigosas conspirações e ameaças contra a Líbia, a Síria e outros países árabes, as manobras visando o enfraquecimento e a divisão das forças patriotas e

progressistas do mundo árabe, constituem expressões particularmente graves da política agressiva do imperialismo no Médio Oriente que o PCP firmemente condena.

Solidário com a justa causa libertadora dos povos árabes, o PCP considera da maior importância para conjurar os propósitos hegemónicos do imperialismo no Médio Oriente o restabelecimento da unidade da resistência palestina e da sua aliança com a Síria e as forças patrióticas e progressistas libanesas.

O PCP considera que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente passa pela retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados desde 1967, pelo reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino, incluindo a criação do seu próprio Estado independente e soberano e pelo reconhecimento da OLP como único e legítimo representante do povo palestino.

Num quadro mais geral, o PCP considera que para defender a paz mundial e assegurar o prosseguimento do processo revolucionário se torna essencial reforçar a coesão e unidade do movimento comunista internacional e

fortalecer a cooperação, amizade e solidariedade recíproca das grandes forças do progresso social; os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

Em Portugal prossegue a luta do povo português em defesa das conquistas da Revolução de Abril. No momento presente, o PCP concentra os seus esforços na mobilização da classe operária e das massas populares na luta contra o governo reaccionário e minoritário do PSD e por um governo democrático com base na actual composição da Assembleia da República onde os partidos democráticos possuem uma larga maioria. Trata-se de uma tarefa de vital importância e urgência que só a concórdia, a aquiescência e mesmo concordância por parte do PS e do PRD com importantes aspectos da política governamental não permitiriam ainda concretizar.

A política contra-revolucionária do actual Governo não só agrava brutalmente as condições de vida do povo português e a economia, como ameaça o regime democrático e compromete a própria independência nacional. Procurando

no estrangeiro o apoio que lhe falta no País, o Governo pratica uma política de submissão ao imperialismo, envolve o nosso país em operações agressivas dos EUA, em particular no que respeita ao Médio Oriente. Combatendo firmemente uma tal política, o PCP cumpre simultaneamente uma tarefa patriótica e um dever internacionalista para com todos os povos que lutam pela independência, a democracia, o progresso social e a paz.

Queridos Camaradas  
Desejando os melhores sucessos aos trabalhos do vosso V Congresso, expressamos a nossa vontade de continuar a agir para o fortalecimento das tradicionais relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, com base no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário.

Viva o V Congresso do Partido Comunista Libanês!

Viva a amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Libanês!

Viva o Internacionalismo Proletário!

## Saudação do PCP ao 6.º Congresso do PC da Síria

O Partido Comunista Sírio realizou recentemente o seu 6.º Congresso, a que o Comité Central do PCP enviou a seguinte saudação:

Queridos Camaradas:  
Por ocasião do 6.º Congresso do Partido Comunista Sírio, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda o Comité Central do Partido Comunista Sírio e, por seu intermédio, todos os comunistas e o povo trabalhador da Síria.

Seguimos com interesse e espírito solidário a luta dos comunistas e de todos os lutadores progressistas pelo alargamento dos direitos e liberdades democráticas do povo trabalhador, pela defesa dos interesses da classe operária e das massas populares, pelo fortalecimento das posições anti-imperialistas da Síria face à política de guerra e agressão do imperialismo e do sionismo. Fazemos votos para que o 6.º Congresso do PCS e as suas decisões representem novas contribuições para a unidade e fortalecimento do PCS e para o avanço da sua luta.

Queridos Camaradas:  
A luta contra a política de guerra e da agressão do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano, registou nos últimos tempos im-

portantes sucessos políticos. As tentativas do imperialismo para suste e se possível inverter o processo revolucionário encontram pela frente a luta persistente dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes pela sua libertação nacional e social e, em primeiro lugar, os países socialistas e a sua activa política de paz e de solidariedade internacionalista.

Entretanto o imperialismo, apesar do fracasso evidente da sua política de confrontação, não desistiu dos seus objectivos de hegemonia mundial. A sistemática recusa das propostas de desarmamento da URSS e dos países socialistas, o prosseguimento da corrida aos armamentos abrangendo o próprio espaço, as ameaças e agressões contra os povos de numerosos países e regiões do mundo, são bem expressão da perigosa política imperialista liderada pelos círculos governantes dos EUA.

Para impor o seu domínio no Médio-Oriente, o imperialismo norte-americano fomenta a divisão entre os países árabes, entre as forças patrióticas e anti-

-imperialistas dentro da própria OLP, apoia e instiga as constantes agressões dos sionistas de Israel e participa directamente nessas agressões.

Esta política expansionista choca-se com a heroica resistência dos povos e das forças progressistas, como o demonstrou a heroica luta do povo libanês e dos seus aliados para expulsar com êxito dos seus territórios os marines dos EUA. O PCP, que sempre condenou os sinistros planos dos EUA para submeter os povos árabes aos desígnios de Washington, considera essencial para derrotar esses planos restabelecer a unidade na OLP e a sua aliança com a Síria e as forças democráticas e patrióticas do Líbano.

O PCP condena firmemente as novas e perigosas ameaças do imperialismo contra a Síria e acusa a administração dos EUA de, a pretexto do combate ao «terrorismo», se afirmar como o principal promotor e executor do terrorismo de Estado.

O PCP considera que uma paz justa e duradoura no Médio-Oriente passa pela retirada das tropas de Israel de todos os territórios árabes ocupados depois de 1967, pelo reconhecimento dos direitos nacionais palestina-

ria, incluindo o da criação do seu próprio Estado soberano e independente e pelo reconhecimento da OLP como única e legítima representante do povo palestino.

Num quadro mais global, o PCP considera que para conjurar os perigos de guerra e assegurar o prosseguimento do processo revolucionário mundial se torna essencial, por um lado, reforçar a unidade e a coesão do movi-

mento comunista e operário internacional e, por outro lado, reforçar a solidariedade e a cooperação entre as grandes forças do progresso social, os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional e os países progressistas.

Fazendo votos para que obtenhais novos êxitos decorrentes do 6.º Congresso, manifestamos a nossa vontade de conti-

nuar a agir para reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCS, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o 6.º Congresso do Partido Comunista Sírio!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Sírio e o Partido Comunista Português!

Viva o Internacionalismo Proletário!

### problemas da paz e do socialismo

# revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

A **Revista Internacional** é uma publicação onde se analisam e divulgam os problemas da paz e da construção do socialismo. É um ponto de troca de opiniões sobre problemas actuais, complexos às vezes, do desenvolvimento do mundo e da luta pelos ideais da liberdade, da democracia.

A **Revista Internacional** é uma grande fonte de informação acerca da vida e experiência da luta dos trabalhadores e povos de todo o mundo pelo progresso social e a paz. É uma publicação, única no seu género, que aparece em 40 línguas e se distribui em 145 países.

Conhecer e divulgar a **Revista Internacional** é lutar contra a manipulação sistemática da opinião pública pelas centrais de informação do imperialismo.

No sentido de alcançar melhores índices de assinaturas entre o público potencial desta Revista, apelamos a todos os assinantes e leitores para que fomentem o esclarecimento acerca do conteúdo da **Revista Internacional** e para que angariem novos assinantes.

**GANHE UMA VIAGEM A PRAGA**  
(para duas pessoas)

**NO GRANDE CONCURSO DE ASSINATURAS DA REVISTA INTERNACIONAL**

concurso em duas modalidades:

- Divulgação
- Assinaturas

problemas da paz e do socialismo  
**revista internacional**  
revista dos partidos comunistas e operários

**CONCORRA... É TÃO FÁCIL!**

## Visita de estudo

Com o objectivo de conhecer algumas aplicações industriais das novas tecnologias, deslocou-se à União Soviética, de 20 a 26 de Janeiro, um grupo de estudo do nosso Partido, constituído por Octávio Teixeira, membro da Comissão dos Assuntos Económicos junto do CC do PCP, Rui Barreira Lopes, membro da célula da Sorfeame, Mota Soares, do organismo dos professores do Ensino Superior, e Guilherme Arroz, membro da direcção do organismo dos professores do Ensino Superior.

No encontro realizado, a nível da Secção da Indústria Metalomecânica do Comité Central do PCUS, a delegação do PCP foi recebida pelo seu chefe-adjunto Alexandre Pimenov, e nos contactos e visitas ao Instituto Nacional de Electrotecnia, ao Agrupamento Científico-Empresarial do Ministério da Construção e Equipamentos para as Indústrias Ligeira e Alimentar, ao Instituto Superior de Máquinas e Ferramentas e à Torre de Rádio e Telecomunicações, a delegação do PCP pôde conhecer diversos aspectos ligados à

investigação científica, ensino superior e aplicações de novas tecnologias que se inserem no processo de aprofundamento do desenvolvimento económico em curso na URSS, com a passagem a uma fase intensiva da produção, tendo como objectivo responder às necessidades da população, elevando continuamente o seu bem-estar.

Esta visita realizou-se no quadro das fraternais relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PCUS.

## Internacional

# Ensaio nuclear dos EUA põe fim à moratória soviética

• 25 testes no Nevada desde 6 de Agosto de 1985

Os Estados Unidos fizeram anteontem no Nevada o seu primeiro ensaio nuclear deste ano. A União Soviética fizera, horas antes da explosão, mais um apelo aos EUA para que se juntassem à moratória unilateral que declarou há ano e meio.

O teste teve a designação de «Hazebrook» e uma potência de aproximadamente 20 quilotoneladas. Esta foi a 25.ª explosão que os Estados Unidos efectuaram desde 6 de Agosto de 1985, data do início da suspensão uni-

lateral dos ensaios nucleares na URSS.

Nos 547 dias que desde então decorreram a União Soviética, manifestando boa vontade e tentando contribuir para o termo dos testes nucleares em todo o mun-

do, fez propostas concretas que granjearam o apoio da opinião pública, do «Grupo dos Seis», das Nações Unidas, de numerosas organizações não governamentais, inclusive nos próprios EUA.

No entanto a administração Reagan ignorou as vozes que exigem Paz e confirmou, com o ensaio nuclear de terça-feira, «a sua intenção de prosseguir a perigosa política de incremento da

corrida aos armamentos nucleares» — como referia uma nota da TASS.

Yuli Vorontsov, vice-ministro dos Neg. Estrangeiros da URSS, declarou na Conferência de Genebra que «ainda que se veja forçada a recomençar os seus testes», a União Soviética está disposta a prosseguir as conversações para a interdição de todos os testes nucleares.

## «Sobre o estado da União» Um discurso à medida do presidente...

«Sobre o estado da União» é a tradicional mensagem que cada presidente norte-americano repete em cada ano. E traduz melhor ou pior o que é a política oficial de Washington. Divulgada nos últimos dias de Janeiro, a mensagem de Reagan nada traz de novo. Antes é um repisar de velhas posições. E significativamente assume-se como um verdadeiro feixe de paradoxos.

Tal é a política do imperialismo.

### • Orçamento — antes guerra que paz

Défice «colossal» do orçamento federal, um nível de desemprego «demasiadamente alto», um preço tão elevado da assistência médica que incute nas pessoas «o medo de adoecer»,

pois as coloca perante a alternativa de «a falência ou a morte», inacessibilidade do ensino. Este o quadro esboçado — e as considerações entre aspas são do próprio Reagan.

Digamos que o diagnóstico não estaria mau. Superficial embora. A realidade dos Estados Unidos é de degradação no plano industrial e social. Fruto da própria crise do capitalismo. Mas sem dúvida também agravada

pela política seguida pelos sectores conservadores, de que Reagan é o representante ao nível da presidência.

Assim, para referirmos só alguns dados, entre 1980 e 1986, a dívida pública duplicou; a produção industrial caiu em mais de 50% para as máquinas-ferramentas, material de construção e têxtil, mais de 25% para material agrícola, equipamentos mineiros, entre outros; em 1984, 35 milhões de norte-americanos viviam abaixo do nível de pobreza (24 milhões em 1978).

Um quadro cuja superação, mínima embora, é manifestamente incompatível com a acelerada corrida aos armamentos (entre os factores de agravamento mais sensíveis).

Mas para o presidente dos EUA, o mundo marcha às avessas. E assim, referidos alguns problemas, a aposta é objectivamente no ainda maior agravamento de todos eles. Reagan apelou ao Congresso para que aprove na íntegra o orçamento militar recorde para o próximo ano fiscal — 312 mil milhões de dólares.

### • Armas para negociar...

Reagan pronunciou-se a favor de «relações mais construtivas» com a União Soviética. Mas... ao que parece, de «relações» ditadas por Washington. Dependentes, por um lado, do «comportamento» da URSS em política internacional... e por outro do peso do poderio militar norte-americano.

A filosofia é conhecida. Como conhecido é o seu total irrealismo.

Assim o presidente norte-americano volta a afirmar que «os esforços que desenvolvemos no sentido da remodelação do potencial militar da América vêm reforçar a paz». Muito «democraticamente», avançou mesmo que não tolerará as medidas apresentadas ao Congresso exigindo a revogação da decisão da Casa Branca de deixar de respeitar o «Salt-2», o fim dos testes nucleares ou uma limitação substancial da sua potência, a redução das despesas militares.

«Quero declarar que estou disposto a vetar todos os esforços no sentido de subverter a nossa segurança nacional e as alavancas que utilizamos nas conversações», disse.

Palavras esclarecedoras de como bem se conjugam uma política interna de autoritarismo e ausência de democracia e as pretensões ao domínio internacional na base do poderio militar.



### • Irangate — se não tivesse falhado...

As declarações, embaraçadas e contraditórias embora, são claras. A prática política também. O Irangate só é escândalo, porque a operação falhou, e naturalmente porque andarão a falhar alguns antigos apoios ao presidente. A verdade é que todas as ilegalidades, todas as violações das mais elementares normas de democracia interna, como do respeito a regras de relacionamento internacional — são prática corrente na política quotidiana do imperialismo.

No fundo isto mesmo é reconhecido por Reagan. A sua referência a «erros crassos» não belisca minimamente os princípios (se assim se podem chamar) que imperam em Washington. Em entrevista concedida à «Time» em Dezembro, Reagan diria: «Penso que realizámos no Irão a única acção possível. Simplesmente as coisas não correram como o previsto. Mas não vejo aí nada que eu quizesse fazer de outra maneira».

Palavras que dispensam comentários.

### Forum, por um mundo sem armas nucleares

Um encontro internacional «por um mundo sem armas nucleares, pela sobrevivência da humanidade», vai realizar-se em Moscovo, dias 14 e 15 de Fevereiro.

O objectivo é analisar questões relacionadas com a redução radical dos armamentos e a sua total liquidação, o desarmamento nuclear, a segurança europeia, a necessidade de travar o projecto norte-americano de militarização do espaço e de garantir a continuidade do tratado de defesa anti-míssil, DAM, a proibição das experiências nucleares. Questões todas elas coerentemente equacionadas no programa de paz apresentado por Gorbatchov em 15 de Janeiro de 1986.

No Forum vão participar cerca de 700 personalidades de todo o mundo — cientistas, médicos, homens de negócios, artistas, dirigentes religiosos.

Para o encontro estão convidados, entre outros, os norte-americanos John Kenneth Galbraith, economista, Armand Hammer, homem de negócios, Susan Eisenhower, filha do antigo presidente dos Estados Unidos, Robert Gale, o médico que esteve na URSS a prestar assistência às vítimas de Tchernobyl, e o físico soviético Andrei Sakharov.

Instituições oficiais dos Estados Unidos estão a tentar impedir físicos norte-americanos de aceitar o convite que lhes foi dirigido.

### Pelo fim das interdições profissionais

O Partido Comunista Alemão dirige um apelo aos deputados do novo parlamento da RFA, saído das recentes eleições legislativas, para se empenharem na abolição das interdições profissionais.

Data de há 15 anos a aprovação de um decreto — contrário às próprias determinações da constituição oeste-alemã — de acordo com o qual é possível o despedimento arbitrário de qualquer democrata dos serviços públicos, desde que classificado de «extremista».

Desde 28 de Janeiro de 1972, as interdições profissionais (Berufsverbote) já atingiram 10 mil cidadãos da RFA, nomeadamente professores. Cerca de 3,5 milhões de processos individuais foram examinados pelos serviços secretos e tomadas medidas disciplinares contra 2 mil pessoas.

Na sua declaração aos deputados, o Partido Comunista Alemão sublinha que desde há muito as interdições profissionais não são só aplicadas contra comunistas, mas cada vez mais também contra sociais-democratas, liberais, «verdes», e em geral contra os militantes do movimento da Paz.

### EUA, universidades ao serviço do Pentágono

«O recente aumento das despesas militares, de par com o crescimento das necessidades tecnológicas das forças armadas americanas, deu origem a um «boom» na investigação universitária com carácter militar», em que o projecto de militarização do espaço é um dos principais factores — revela o jornal «Christian Science Monitor».

A secretária da Defesa dos EUA duplicou, em relação a 1980, as verbas para pesquisas militares nas escolas superiores.

As Universidades recebem meios para estudar a influência das explosões nucleares sobre as comunicações «via satélite», a criação de novos tipos de armas biológicas e métodos de transmissão de energia eléctrica a estações de combate espaciais.

Simultaneamente regista-se uma diminuição das verbas para pesquisas universitárias fora dos programas militares.

Físicos de mais de cem universidades e escolas norte-americanas manifestaram-se entretanto contra o projecto de militarização do Espaço.

### Espanha, contra as bases militares estrangeiras

Na passada terça-feira realizou-se em Madrid, frente ao ministério dos Negócios Estrangeiros, uma manifestação contra a presença militar dos Estados Unidos em território espanhol.

Na manifestação pesa também a revelação feita na RFA de que os EUA procuram instalar nas Canárias mísseis de Cruzeiro.

A campanha «Abaixo as bases» — que organizou a manifestação de Madrid, e que resulta da iniciativa de partidos de esquerda, sindicatos, organizações pacifistas e outras organizações sociais — já recolheu por todo o país 200 mil assinaturas de apoio à sua exigência de desmantelamento das bases militares em Espanha. O objectivo é atingir um milhão de assinaturas.

### Delegação do PCB

No âmbito das relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Búlgaro, esteve em Portugal, de 26 a 31 de Janeiro, Guiorgui Stojanov, membro suplente do CC do PCB e Vice-Chefe do Departamento Internacional do CC do PCB.

O camarada G. Stojanov foi recebido por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP e por Domingos Lopes, membro suplente do CC.

Contactou com diversas organizações locais do partido em Lisboa, Sines e Vendas Novas onde expôs as linhas de orientação do XIII Congresso do Partido Comunista Búlgaro.

## Filipinas aprovam Constituição

A maioria dos filipinos pronunciou-se na passada segunda-feira a favor da nova Constituição do país, num referendo que constituiu simultaneamente um teste à popularidade da presidente Corazón Aquino.

Embora os resultados oficiais só devam ser conhecidos hoje, quinta-feira, tudo indica que a Constituição tenha sido aprovada por 75 a 80 por cento dos votos dos 90 por cento dos 25 milhões de eleitores que foram às urnas, o que constitui uma inegável vitória da liderança de Aquino, perturbada nos últimos tempos por tentativas de golpe de Estado de apoiantes do ex-ditador Ferdinand Marcos.

Nos termos da nova Constituição, o mandato presidencial prolongar-se-á até 1992.

Durante a sua vigência, o governo de Corazón Aquino enfrentou três tentativas declaradas de golpes de Estado, sem que os seus promotores e participantes — alguns perfeitamente conhecidos — tivessem sofrido quaisquer consequências. Em relação aos incidentes da semana passada, Aquino garantiu ao país que os revoltosos seriam apresentados

à justiça, de forma a responderem pelos seus actos. Resta saber se o poder de Aquino tem força bastante para o fazer, sem que de novo seja posto em causa.

É neste contexto que o referendo ganha a sua maior força, uma vez que deixa claro que o apoio popular à presidente vai — pelo menos no imediato — muito mais longe do que o descontentamento reinante entre os sectores reaccionários, tanto militares como civis. O que exige a tomada de medidas concretas para a resolução dos principais problemas que afectam o país e, por outro lado, uma «limpeza» radical dos postos de decisão dos apoiantes de Marcos, que suspiram e conspiram pelo retorno do velho ditador.

Não se pode igualmente perder de vista que grande parte do apoio popular a Aquino reside nas suas promessas de implementação de paz, que tiveram a primeira expressão prática no acordo de cessar-fogo assinado em finais do ano passado com os guerrilheiros do Novo Exército do Povo (NEP), cuja expressão política é a Frente Democrática Nacional.

## Internacional

# «Sim, os bolcheviques podem tudo»

«Queremos transformar o nosso país num modelo de Estado altamente desenvolvido, numa sociedade da mais avançada economia, da mais ampla democracia, da mais humanista e alta moral, onde o trabalhador se sinta dono de plenos direitos e possa gozar de todos os bens da cultura material e espiritual, onde o futuro dos seus filhos seja seguro, onde o trabalhador conte com tudo o que necessita para uma vida cheia e rica de conteúdo. Que os pessimistas sejam obrigados a reconhecer: sim, os bolcheviques podem tudo. Sim, a verdade está do seu lado. Sim, o socialismo é o regime em prol do Homem, dos seus interesses sociais e económicos, da sua evolução espiritual». Este o desafio a que os soviéticos e o PCUS se propõem dar a resposta.

São palavras de Gorbachov na importante reunião plenária do CC do PCUS, realizada a 27 e 28 de Janeiro, tendo na agenda uma questão fundamental: a reorganização e a política de quadros do partido.

Desta reunião, e em particular do relatório apresentado pelo camarada Gorbachov, damos aqui conta. Um conjunto de estratos que naturalmente empobrecerá a riqueza da análise feita. Mas que já nos dará ideia das «autênticas transformações revolucionárias e globais da sociedade» actualmente em curso, das bases com que se conta para essa transformação.

Assim, demos a palavra a Gorbachov.

## Reorganização, porquê?

Os nossos êxitos são enormes e incontestáveis e os soviéticos orgulham-se de direito com os seus êxitos. Eles são uma sólida base para a realização dos planos actuais e dos nossos propósitos para o futuro. O Partido, porém, tem a obrigação de ver a vida em toda a sua plenitude e complexidade. Nenhum êxito, por maiores que sejam, devem velar as contradições existentes no desenvolvimento da sociedade, os nossos erros e faltas.

Já nos referimos a isto e devemos repeti-lo hoje: numa determinada etapa, o país começou a perder o ritmo de desenvolvimento, começaram a acumular-se dificuldades e problemas por resolver, surgiram indícios de estagnação e outros fenómenos estranhos ao socialismo. Tudo isto se repercutiu seriamente na economia e nas esferas social e espiritual.

O desenvolvimento do país, camaradas, como é evidente, não parou. Dezenas de milhões de soviéticos continuaram a trabalhar honestamente, muitos organismos do Partido e os nossos militantes agiram activamente no interesse do povo. Tudo, isto conteve a intensificação dos processos negativos, mas não os conseguiu impedir.

Objectivamente, na economia, como também noutras esferas, vinha amadurecendo a necessidade de mudanças, sem encontrar realização, porém, na actividade política e prática do Partido e do Estado.

Pergunta-se: quais são, afinal, as causas desta situação complexa e contraditória?

A causa principal, o que o «Bureau» Político considera indispensável revelar com toda a franqueza no plenário, consistiu em que o CC do PCUS e os dirigentes do país, em primeiro lugar por força de razões subjectivas, não conseguiram perceber a necessidade de mudanças, o perigo do crescimento de situações de crise na sociedade e elaborar

uma linha inequívoca de superação destes fenómenos e de um aproveitamento mais amplo das potencialidades latentes do sistema socialista.

Na elaboração da política e da actividade prática prevaleceram as tendências conservadoras, a inércia, a tendência de pôr de lado tudo o que não se enquadrava nos esquemas habituais, assim como a má vontade de resolver os problemas sócio-económicos prementes.

## Como compreendemos a reorganização

A reorganização é a superação decidida dos processos de estagnação, a destruição do mecanismo de travagem, a criação de um mecanismo seguro e eficaz de desenvolvimento sócio-económico acelerado da sociedade soviética. A ideia principal da nossa estratégia é conjugar as realizações da revolução científico-técnica com a economia planificada e pôr em acção todo o potencial do socialismo.

A reorganização é um apoio à actividade criadora das massas, o desenvolvimento multilateral da democracia, da autogestão socialista, o incentivo da iniciativa e da actividade diligente, o reforço da disciplina e da ordem, a ampliação da transparência no trabalho, da crítica e da autocritica em todas as esferas da vida da sociedade, é um grande respeito pelo valor e pela dignidade da personalidade.

A reorganização é a elevação constante do papel dos factores intensivos do desenvolvimento da economia soviética: o restabelecimento e o desenvolvimento dos princípios leninistas do centralismo democrático na gestão da economia nacional, a implantação em toda a parte dos métodos económicos de gestão, a renúncia ao comando e ao administrativismo, a garantia da adopção, em todos os elos da economia, dos princípios da plena autogestão financeira e de novas formas de organização do trabalho e da produção, o incentivo da iniciativa inovadora e do espírito empreendedor socialista.

A reorganização é uma viragem decisiva para a ciência, uma cooperação construtiva entre a ciência e a prática com o fim de alcançar os máximos resultados finais, a habilidade em assentar qualquer iniciativa numa boa base científica, a disponibilidade e o veemente desejo dos cientistas de apoiar activamente a política do Partido voltada para a renovação da sociedade: ao mesmo tempo, é o cuidado para com o desenvolvi-

mento da ciência, para com o aumento dos quadros e para com a participação activa destes no processo de transformações.

A reorganização é o desenvolvimento prioritário da esfera social, a satisfação cada vez mais plena das necessidades

gozando de amplos poderes de decisão. Os chefes, da empresa à brigada, vão passar a ser eleitos. A lei sobre empresas estatais, cujo projecto será submetido à discussão popular, vai introduzir no funcionamento das empresas «a combinação do plano

pelo cumprimento das tarefas colocadas.

• E finalmente a questão fundamental: «porque razão todos os referidos problemas se acumularam»? E a resposta é clara: «É justamente a democracia interna do partido o principal ga-



O aprofundamento da democracia socialista, a participação de todos, é condição indispensável para o êxito da reorganização

dos soviéticos em boas condições de trabalho, de vida, de descanso, de ensino e de assistência médica: é um desvelo constante para com a riqueza espiritual e a cultura de cada homem e da sociedade com a solução das questões correntes que preocupam as pessoas.

A reorganização é a eliminação enérgica das deturpações da moral socialista e a materialização consequente dos princípios da justiça social; é a unidade entre as palavras e os actos, entre os direitos e os deveres; é o engrandecimento do trabalho honesto e de alta qualidade e a superação das tendências niveladoras na sua remuneração, das tendências consumistas.

Penso que o objectivo final da reorganização está claro. É renovar profundamente todas as esferas da vida do país, fazer com que o socialismo adquira formas mais modernas de organização social, revelar mais plenamente o carácter humanista do nosso sistema em todos os seus aspectos determinantes: económico, sócio-político e moral.

## Democracia ponto fulcral

«Apercebemo-nos hoje, mais do que nunca, da profundidade da tese de Lênine sobre os vínculos internos e vivos que ligam o socialismo e a democracia (...) a reorganização, que colocou com tamanha agudeza a tarefa de reactivar o factor homem, obriga-nos a reexaminar a forma como Lênine colocava a questão sobre a máxima democracia do sistema socialista na qual o homem se possa sentir dono e criador.

«Devemos seguir a vida: devemos conceder plena liberdade à criatividade das massas populares», dizia V.I. Lênine».

É uma «ideia simples e clara: só um homem que se sente como dono da sua própria casa pode pô-la em ordem».

Para que esta ideia simples e clara plenamente se concretize, várias decisões foram avançadas no debate no plenário.

Antes do mais o realce vai para a democracia na produção. Serão formados conselhos de colectivos de trabalhadores,

e da autogestão financeira completa, da autonomia e da responsabilidade».

A actividade cooperativa deverá ser seriamente estimulada.

«No plano político, está na ordem do dia o aprofundamento da democracia no sistema eleitoral, uma participação mais eficaz e real dos eleitores em todas as fases das campanhas eleitorais». Concretamente a maioria das propostas aponta no sentido de várias candidaturas e do alargamento das circunscrições eleitorais.

Estas algumas das decisões assumidas, na perspectiva de que a democratização é «a alavanca que permitirá envolver na reorganização a sua força decisiva, o povo».

## Política de quadros

É este, o tema fundamental da agenda do plenário. E uma chave decisiva do êxito. «Creio que todos compreendem — sublinha Gorbachov — que o êxito da reorganização depende, da maneira decisiva, da rapidez e da profundidade com que os nossos quadros tomaram consciência do carácter imprescindível da reforma, da sua criatividade e perseverança na implementação da estratégia do partido».

Para o que é imprescindível, «aprender as lições do passado para evitar falhas análogas no futuro».

Quais são essas lições?

• Solucionar a tempo os problemas amadurecidos, de modo a garantir a continuidade da direcção e o afluxo de novas forças.

• Não substituir a formação política e teórica, a tempera ideológica e moral dos quadros.

• Superar duas tendências opostas: os fenómenos de estagnação e a prática de «um verdadeiro jogo de «pôr e tirar» os quadros dirigentes». E Gorbachov salienta: «Devemos todos aprender com V.I. Lênine que sabia como ninguém unir as pessoas dotadas de iniciativa, ouvir a opinião dos camaradas do Partido e, se fosse necessário, fazê-los mudar de opinião pacientemente. Devemos aprender a ser transparentes, exigentes e atenciosos».

• Reforçar a responsabilidade

«Crescem os protestos contra o constante aumento do custo de vida. Da comparação dos preços dos géneros de primeira necessidade em Fevereiro de 1955 com os de Fevereiro de 1956, conclui-se que as hortaliças aumentaram 48%, os ovos e a carne 34%, o peixe 122%, o que dá como média um aumento de 68% no prazo de um ano! Quer dizer: o que se comprava em Fevereiro de 1955 com 20\$00, agora só se compra com 33\$60. Mas como os salários não aumentaram e as donas de casa não dispõem de mais dinheiro, hoje, com 20\$00, só é possível comprar o que há um ano se comprava com 11\$90.»

(...)

«Contra a vida cara! Aumento dos salários, jornas, ordenados e vencimentos!» — «Avante!», VI série, n.º 211, Fevereiro de 1956)


 Avante!  
 Frontalistas de todos os países UNI-VOS

«Com o apoio descarado do governo, os tubarões da CP lançam mão de todos os processos, os mais infames, para explorarem mais ainda os ferroviários.

Agora, nas Oficinas do Barreiro eles tentaram tirar as férias ao pessoal adventício, que é a maioria do pessoal daquelas oficinas. Apesar de muitos terem 5 e 6 anos de casa, não são admitidos no quadro de pessoal para assim mais facilmente serem explorados e despedidos.

Seguindo o único caminho justo — o caminho da luta — os operários das Oficinas da CP no Barreiro nomearam uma Comissão de Unidade composta por 14 elementos, que durante mais de dois meses orientou a luta dos operários junto do Sindicato pela defesa das férias, conseguindo por fim a vitória. A CP foi obrigada a recuar no seu miserável intento.»

(...)

«Vitória dos ferroviários do Barreiro» — «Avante!», VI série, n.º 165, Fevereiro de 1952)


 Avante!  
 Frontalistas de todos os países UNI-VOS

«Os tubarões ingleses da fábrica têxtil da Boa Vista, Porto, despediram, por um motivo fútil, uma operária na primeira semana de Dezembro último.

Numa bela manifestação de solidariedade e de Unidade de que tantas vezes têm dado provas, as tecedeiras da fábrica dos ingleses nomearam imediatamente uma Comissão de Unidade que em nome de todas fez saber à gerência que se declarariam em greve se a sua companheira não fosse reintegrada.

Perante a firmeza e a unidade das valentes operárias, a gerência foi obrigada a readmitir a operária despedida.»

(...)

«Mais uma vitória das operárias da fábrica dos ingleses» — «Avante!», VI série, n.º 165, Fevereiro de 1952)


 Avante!  
 Frontalistas de todos os países UNI-VOS

«O franquismo prendeu e prepara-se para condenar à morte o patriota Narciso Julian por lutar abnegadamente por uma Espanha livre e feliz.

Ajude-mos o povo irmão de Espanha a salvar Narciso Julian! Exijamos a sua libertação escrevendo para a embaixada de Espanha (Estrada de Benfica, 39 — Lisboa) e para os consulados espanhóis!

Exijamos também a libertação dos estudantes de Madrid, ameaçados de um infúco julgamento no tribunal militar!»

«Liberdade para Narciso Julian!» — «Avante!», VI série, n.º 211, Fevereiro-Março de 1956)

■ José Garibaldi

# Anop

## aspectos novos de uma antiga luta

**U**m dos principais objectivos do PSD no domínio da comunicação social, desde há cerca de cinco anos, tem sido a destruição da Anop. A luta dos seus trabalhadores em defesa dos respectivos postos de trabalho e da independência e desgovernamentalização do noticiário que produzem, assumiu relevo na vida nacional — onde motivou, por exemplo, uma greve geral de jornalistas, um espectáculo de apoio, tomadas de posição contraditórias por parte dos órgãos de soberania — e provocou manifestações de solidariedade vindas de jornalistas dos mais diversos países e em especial da FIJ e OIJ, as principais organizações sindicais mundiais desta classe.

O PSD não tem desenvolvido esta actuação por absurda teimosia ou incompreensão para com o papel que a Anop — ou outra qualquer agência onde o Estado assumia claramente as suas responsabilidades — pode desempenhar como intermediário na difusão de ideias e informações no espaço cultural onde se fala o Português. Pelo contrário, o que se pretende atingir ao procurar extinguir a Anop é que subsistam empresas nas quais os trabalhadores exerçam os direitos que a lei lhes confere, reajam contra o servilismo e o compadrio, as arbitrariedades e as pressões. Visa-se também impedir que uma agência noticiosa portuguesa, com a dimensão inerente ao papel que deve desempenhar na comunidade de língua portuguesa, possa, de algum modo, beliscar a partilha informativa do globo feita pelas multinacionais da informação. É ainda uma medida compreendida no ataque que desenvolve contra o sector público da comunicação social, que tem na agência noticiosa um dos seus principais alicerces.

As estratégias utilizadas para extinguir a Anop, para extinguir o conceito de informação subjacente à sua criação, variaram ao longo dos anos. Não é talvez a ocasião para historiar esse processo, embora seja oportuno realçar o que mais recentemente ocorreu.

### A mentira e as irregularidades como norma de actuação política

Desde o princípio de 1986 que o Governo vem afirmando ser necessário promover a «fusão» da Anop com a NP (que fora criada pelo PSD com o objectivo de poder dispor de uma agência governamentalizada na sequência da primeira tentativa de extinção da Anop). Esta afirmação, destinada a colher um eco favorável na opinião pública e a ser (como o foi) abundantemente propagandeada pelos restantes meios de comunica-

ção ao serviço das estratégias governamentais, escondia várias mentiras graves e definia a venalidade que animava a acção do Governo nesta nova ofensiva. Em primeiro lugar, porque não é legalmente possível «fundir» uma empresa pública com uma empresa privada. Depois, porque nunca esteve em questão a dissolução da NP que, aliás, pode retomar a sua actividade quando o desejar. Finalmente, porque sendo livre a criação de agências noticiosas, essa «fusão» não só não impede que outras agências privadas se formem — ou retomem a actividades, no caso da NP — como não se poderá evitar que este ou outro governo com elas estabeleça os acordos que entender.

A «fusão» era apenas uma máscara por detrás da qual se desenrolava a verdadeira história deste processo, conforme foi muitas vezes alertado pelos ORT's da Anop: tratava-se, novamente, de extinguir a Anop, só que agora iria proceder-se previamente à sua desactivação, com vista a tornar ineficaz a actuação do Parlamento quando o decreto-lei de extinção fosse submetido à sua apreciação.

Partindo deste pressuposto de má-fé, o Governo desenvolveu a partir daí um variado conjunto de actuações pontuadas pelas irregularidades, ilegalidades, pressões e política de facto consumado, que conduziram a este panorama:

1. Em colaboração com a NP, criou uma agência noticiosa, a Lusa, assente num decreto-lei que o Provedor de Justiça considera inconstitucional e está a ser apreciado pelo Tribunal Constitucional.
2. Obteve a promulgação do decreto-lei que extingue a Anop sem o parecer prévio vinculativo do Conselho da Comunicação Social, exigido pela Lei 20/86.
3. Definiu um estatuto para a Lusa com cujo sistemático desrespeito é conivente.
4. Criou uma agência em relação à qual os restantes órgãos de soberania ficam completamente marginalizados: alteração de estatutos, permanência do Estado na empresa, nomeação de representantes do Estado, tudo isso pode ser decidido por simples resolução do Conselho de Ministros.
5. Criou uma situação em que, não estando consumada a extinção da Anop, não tendo sequer sido considerada a dissolução da NP, surgiu uma nova agência — a Lusa — que, pelas irregularidades e inconstitucionalidade que estão na sua origem, vai necessariamente ter uma vida breve. Acresce que os estatutos dessa agência pouca semelhança terão com o enquadramento jurídico da futura agência de notícias, que a

Assembleia da República agora discute na sequência da apreciação do decreto de extinção da Anop.

### Dinheiros privados, crises públicas

A existência de uma crise na comunicação social portuguesa, que se traduz na real e generalizada baixa de tiragens, parece sofrer dois curiosos desmentidos: um, resulta da análise das personalidades e empresas que participam no capital dos jornais e semanários privados da direita, onde se encontram presentes os principais grupos económicos de antes e depois do 25 de Abril; outro, da pujança económica que a NP parece exhibir. Vem isto a propósito, não dos subsídios que o Estado, a pretexto da crise da imprensa, vai dando aos grandes capitalistas, mas sim do capital social da Lusa. São 60 mil contos, em que o Estado e a NP entram com partes iguais e que deveria ter sido realizado, em dinheiro ou equipamento, até à véspera da entrada em funcionamento da Lusa.

Ora, não querendo a NP dissolver-se nem abdicar das tecnologias instaladas, é de concluir que, ou a NP dá muitos lucros e dispõe de 30 mil contos para empatar ou, o que é mais curial, ter-se-á esquecido de entregar a sua parte.

A importância desta alternativa reside no facto de, não tendo a NP investido um tostão na Lusa, os órgãos sociais desta agência não poderão funcionar e a sua existência não ultrapassar os limites de umas tantas folhas de papel com o selo branco de um notário.

Já se sabia, aliás, que a Lusa não tem sede própria, não fez a sua inscrição no registo de imprensa, tem um director de informação que não foi legalmente designado. Fica-se também a saber que não tem assembleia geral, nem direcção, nem

direito a desempenhar as actividades próprias e correntes.

Para o Governo, tudo isto é secundário. Ilegalidades, irregularidades, factos consumados, são inerentes à imoralidade da sua política, à prepotência dos seus actos. Trabalhadores, interesses nacionais, liberdade de informação, tudo isso pode ser sacrificado no atoleiro das suas conveniências.

### Um balanço positivo

Os trabalhadores da Anop, provisoriamente compelidos a trabalhar na Lusa, por mais de uma vez manifestaram as suas críticas à forma como todo o processo de criação desta agência foi desenvolvido. Para eles, a Lusa não garante o direito ao trabalho, a independência da informação, não assegura o carácter permanente das responsabilidades públicas — contrapartida lógica do serviço público que a agência deve prestar.

Mais do que a sigla «Anop», eles defendem princípios que resultam da experiência acumulada e de uma correcta interpretação do que pode ser, em Portugal, a independência de um profissional de informação: a estabilidade profissional e a ausência de pressões exteriores.

Ainda recentemente entregaram na Assembleia da República um abaixo-assinado, subscrito pela quase totalidade dos jornalistas da redacção de Lisboa da Anop, onde se solicitava que o Parlamento não sancionasse a extinção da agência. Face ao conjunto de propostas de alteração ao decreto-lei de extinção da Anop apresentados pelo PCP, PS e PRD, é natural que confiem em que o fundamental dos princípios que defendem venham a ser contemplados e sintam satisfação por não ter sido em vão que lutaram e viveram, nos últimos anos, tantas vicissitudes. ■

■ *Trigueirão dos Trigaís*

# E é para isto que eles roubam as terras da Reforma Agrária

A estória que eu vou contar começou aí há uns dez anos... Era a altura alta em que um senhor de compridas barbas de Cruzado de seu nome Barreto-o-Outro, pai ou padrinho da sabida «Lei do dito», cavalgando o seu fogoso corcel o MAP, brandia a chamejante e justiceira espada «L-7777» e apoiado nos convincentes argumentos G3 e nas rosadas fauces dos lobos de alsácia, se propunha refazer nas vastas regiões de Além Tejo as tradicionais charnecas, coutadas e montados que nos infaustos dias chamados de Abril essa suarenta maltesaria sem eira nem beira dos montes alentejanos e lezírias do Sorraia, sob a vista grossa desses cavilosos MFA's, se tinha arvorado em terríveis ditadores implantando o comunismo nessas execrandas UCP's!...

E não só isso... Calculem vossacelências que os brutos tinham descaracterizado a bucólica paisagem de matos e estevais onde as lebres e lebrões se escondiam e multiplicavam, tinham — espantai-vos ó lusas gentes! — arroteado as terras, semeado o trigo, o centeio, o milho, o arroz, a cevada; tinham feito berrar nas suaves colinas verdejantes o amarelo e o castanho dos girassóis, o vermelho do tomate, o verdeneiro das largas folhas do tabaco; tinham rasgado na terra charcas e barragens e amanhado olivedos e montados e até vinhas e — pasmai, ó portugueses de vernáculos costumes! — aumentaram o armentio, seleccionaram vacas, fizeram-nas parir em desinfectadas vacarças, vestindo até batas brancas para lhes extrair o «lête». E ainda uma coisa pior: vejam lá que chegaram ao cúmulo de construírem para a meninada ranhosa dos malteses e ganhões parques e creches e até casas arrumadas e limpas com boa comida e a horas para essa gente velha das «aldéias» a quem o moirer das aceifas tinha feito curvar a espinha, branquejar as melenas, enrugar as fronteiras. Mau... lá estava eu a desviar-me da estória...

É a estória em que o herói dela «é um jovem que sofre da doença de ser português» (como escreve o conceituado hebdomadário do senhor Rebelo de Sousa) a de um escorreito mancebo que tem alardeado as suas famas lá para as bandas de Estremoz. Chama-se Pedro — Pedro Sepúlveda Rosado Fonseca de nome todo. Em fins de 1976 princípios de 77 Pedro-o-herói bestialmente «doente de portuquesismo», fez uma audaz incursão no monte do



Os cavaleiros aquecem as montadas, antes de partirem para o passeio e a caçada às lebres



Um grupo de cavaleiros conduzidos por Zé Maldonado Cortes



Mafalda Bandeira e Maria Bruges

A boa disposição de Luísa Rebelo de Funchal Rebelo de Margarida Rebelo de Andrade e Luísa e Lorena

borda Ferreira, João Fidalgo, Guilherme Maldonado, 74 Mal... Cortes e os cavalos. Dias leb

perder de vista.

Na herdade da Granja, os cavaleiros experimentavam as montadas, iam sur-

entre outros, iam volteando e olhando, de cima das montadas, quantos não ces-

pouco por todo o lado, na vasta área que vai da herdade da Granja à do Ramilho.



Um sol de tarde de Outono apareceu para dar tom a um dia diferente

...pudás... gente se acabou por juntar, levados pelo instinto, pelo encontro natural entre os... sos, pressentiam esse



João Fidalgo e mulher com Balaia Vimioso Taborde Ferreira



O casal Reynolds de Sousa



Constança Nova Goa e Luis Rosado Fonseca



Teresa Pais de Andrade prepara o magnífico ensopado de borrego.



Posição de Luísa Rebelo de Funchal Rebelo de Margarida Rebelo de Andrade e Luísa e Lorena

Bernardo Magalhães, Diogo Reynolds de Sousa e Pedro Rosado Fonseca, o homem da ideia

à galope. res sucumbiram ao cansaço e à excitação. E a natu-

beleza, quem sai aos seus não degenera: era a Chica Belmonte a contar que é que o tropel... outro grupo era animado por Vasco la-



Francisca da Câmara Pereira quem depois, cantou o fado



Ramilho, da UCP/Cooperativa Flor do Sul, de Estremoz, onde purificou pelo fogo duas dessas satânicas máquinas, cujos roncos espantavam estorninhos e perdizes, chamadas tractores. Com a mesma heróica truculência, na Aldeia de Santa Vitória do Ameixial, puxou de uma pistola para dois habitantes que cometeram a desfaçatez de não ter medo e se atreveram a defender-se. A pistoleira ameaça produziu uma multa do sargento da GNR de Estremoz de 750\$00... para cada um dos atrevidos habitantes que usaram ripostar segundo a velha legenda «olho por olho, dente por dente!»

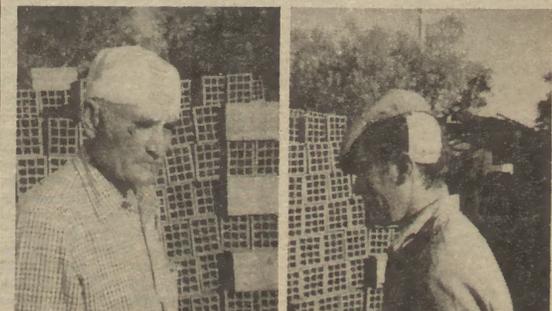
Aliás não foi esta a última façanha de Pedro-o-herói nas paragens de Santa Vitória do Ameixial. A última foi cometida numa cálida noite de Junho de 1982, em que ele, à frente de uma corte de jovens mancebos da sua linhagem, atacou varonilmente o Centro de Trabalho do PCP da aldeia cuja porta é essa aqui da foto, ali reduziram ao silêncio as terríveis armas de uma televisão, um frigorífico e outra tralha aplicando umas traulitadas a dois teimosos malteses que lá se encontravam, um chamado Manuel Joaquim Niza, o outro, Fernando João Epifânio — este já com uma carga de 60 anos em cima do lombo — que tiveram de ser tratados no hospital de Estremoz e cujas fotografias tiradas nessa altura com as marcas da refega aqui se publicam para que se vejam bem as caras dos malfeteiros.

Feito este feito eles aí vão mais uma vez deabalada até às instalações da Flor do Sul com o patriótico objectivo de destruir a maquinaria da Cooperativa. Fintaram o guarda, agarraram-no pelo pescoço, taparam-lhe a boca, roubaram-lhe a escopeta, ameaçaram-no de morte. Tentaram mesmo pôr a trabalhar um tractor com pá escavadora para rebentar os sinistros maquinismos da cooperativa, mas nessa altura chegaram os habitantes da aldeia e aí foi o diabo. A heróica coorte teve de bater em retirada, Pedro-o-herói sofreu alguns arranhões quando fugia e foi tratar-se no hospital onde uma justiceira patrulha da GNR lhe ordenou que fosse em paz depois de lhe ter tirado a escopeta do guarda da cooperativa.

Já com o governo nas unhas da inesquecível «AD», a heróica brigada de Pedro-o-herói atacou de novo e apossou-se da herdade do Ramilho, adiante mais uma vez se falará, e nesse mesmo dia uma outra «fortaleza» foi valentemente assaltada pelo heróico terço de Pedro-o-herói — a herdade de Trocaite. Ali 50 ovelhas e vários

fardos de palha foram feitos prisioneiros e levados para outras paragens, mas os «portuquesíssimos» heróis voltaram ainda atrás, levaram mais duas resistentes ovelhas que abateram de seguida a tiro. Hoje, Pedro-o-herói tem o seu «quartel general» lá mesmo na herdade do Ramilho que com outra, a da Granja, foram dadas como reservas e majorações em Setembro de 1980 à família mais ou menos brasonada dos senhores António e Henrique Anjos Reynolds de Sousa a que em tempos mais chegados (Dezembro de 1985) outro Cruzado, este de prateados cabelos, e senhor Barreto-o-Novo, deu em reservas e majorações algumas herdades de outra terrível célula comunista do Alentejo, a UCP «O Povo é quem mais ordena». Este é um pedaço da estória de Pedro-o-herói que me ocorreu

quando há dias pus os olhos na bela separata «high life» do hebdomadário do senhor Rebelo de Sousa (que reproduzimos) e lá se falava da herdade do Ramilho, da família Reynolds de Sousa e de outras brasonadas gentes e claro está de Pedro-o-herói o tal que «sofre da doença de ser português» e dos novos usos da herdade do Ramilho. Oh! e ficámos satisfeitos e orgulhosos quando vimos que nas herdades do Ramilho e da Granja se acabou com esse nefando crime de produzir pão e carne para toda a gente e que aquelas terras voltaram de novo ao estado de virgens «coutadas» onde as lebres já podem ser corridas, onde já se podem esconder e multiplicar na sombra dos estevais e onde Pedro-o-herói vive nas suas sete quintas, orgulhoso das valentíssimas façanhas dos Cruzados do latifúndio. ■



Os novos «cruzados» do latifúndio bateram-se, apoiados pelos sucessivos governos de direita, contra o povo. Em cima, fotos de dois trabalhadores agredidos pelo tal Pedro Fonseca. Em baixo, a entrada da casa assaltada pelo bando de saqueadores que hoje, com pompa e propaganda, caça lebres nas terras roubadas



# Escândalos

## Irangate

Um escândalo estruturalmente americano, por isso mesmo está intimamente ligado a Portugal. E está-o ainda mais porque há uns meses atrás Cavaco Silva era categorico ao afirmar que Portugal nem vendia armas ao Irão nem sequer era ponto de escala dos fornecimentos norte-americanos àquele país.

Afinal a imprensa dos EUA veio demonstrar por a+b que essas declarações eram falsas. De acordo com o «Washington Post» mais de metade das armas produzidas em Portugal destinam-se ao Irão. De 1983 até 1986 o Governo português tinha já autorizado a entrega de 8559 toneladas de armas e munições para este país, ganhando com o negócio quase 15 milhões de contos. Quanto aos aviões norte-americanos que passaram pelo aeroporto de Lisboa com armamento torna-se mais difícil referir o número exacto, mas que foram muitos ninguém duvida.

Mas o escândalo do «Irangate» português tem outras ramificações a exemplo do seu congénere norte-americano. Assim, a pretexto de fornecer armas à Guatemala, o Governo português estava a enviar — e quem sabe se não o continua a fazer? — armas para os «contras» da Nicarágua, ou seja mais de 1900 toneladas de armamento e munições num valor total de mais de um milhão de contos. Segundo se sabe, as primeiras vendas para os contras foram feitas em 1984, primeiro quantias modestas, mas o grosso das exportações viria com o Governo Cavaco Silva.

Mas o escândalo não ficaria por aqui. Ninguém duvida hoje que o Governo recebe ordens de Washington, directamente pelo telefone ou então via embaixada norte-americana em Lisboa. Mas as ordens podem vir de outro país, no caso de um alto dirigente americano ou o director da CIA estarem em viagem. Foi o que sucedeu em Novembro de 1985, portanto já com o Governo Cavaco Silva, quando o director da CIA, William Casey, telefonou de Pequim, onde se encontrava, para convencer (forma eufemística de dizer ordenar) o Governo português a desbloquear um avião norte-americano no aeroporto de Lisboa carregado de armamento e envolvido na operação «Irangate».

Transcrevemos alguns títulos dos jornais, por serem elucidativos: «Num valor que excede os envios americanos: Vendas de armas a Teerão efectuadas através de Lisboa» (DN); «Envolvendo a fábrica Explosivos da Trafaria — Armas para o Irão carregadas em Setúbal» (DN); «Novos elementos sobre o «Irangate» português — Director da CIA «convencau» Governo Cavaco» (o diário); «Portugal vende 1 milhão de contos de armamento aos «contras» da Nicarágua» (Expresso); «Segundo o «Washington Post» — Armas para «contras» passavam em Portugal» (DN); «Reagan escolheu Lisboa como ponto principal no tráfico de armas para a Nicarágua» (Expresso); «Organizadores do Irangate estiveram em Portugal 4 vezes no ano passado» (Expresso).

Não está mal para quem afirmava quem nem uma só bala passara por aqui. Pelos vistos todo o Exército, a Marinha e a Aviação dos EUA, mais os Fuzileiros Navais podem fazer escala por Lisboa, a cantarem em coro as marchas marciais que o Primeiro-Ministro não dava por eles.

## Passaportes à portuguesa

O Consulado Geral de Portugal em Paris terá desaparecido cerca de mil passaportes em branco. Dois funcionários consulares foram detidos sob a acusação de tráfico e falsificação de passaportes nacionais.

A detenção ocorreu na sequência da prisão de um português presumivelmente envolvido em actividades terroristas pela polícia francesa.

Este português foi preso quando se preparava para colocar uma bomba junto à entrada de uma sinagoga, na capital francesa. Era portador de um passaporte verdadeiro só que não fora emitido pelas autoridades competentes. Segundo alguns órgãos de informação este português faria parte de uma rede de terroristas utilizada pelos serviços secretos franceses para efectuar atentados contra interesses franceses e israelitas no intuito de credenciar um informador de origem árabe junto dos serviços secretos libios, em Madrid. Por isso o atentado à sinagoga, outro nas instalações da «Air France», em Lisboa, e outro ainda junto de um banco em Madrid.

Mas nesta questão de passaportes à portuguesa já havia antecedentes. Há cerca de cinco anos teriam desaparecido da mala diplomática de Estuária passaportes portugueses que teriam sido fornecidos à Unita através da rede de colaboradores da D. Branca.

## Nabeiro, o café e o fisco

O processo movido contra Rui Nabeiro, ex-presidente da Câmara de Campo Maior, por fuga ao fisco, teve um único efeito — a empresa de torrefacção e embalagem de café de que era proprietário passou a ter uma grande projecção do lado de lá da fronteira. Hoje, o café «Delta» tem um forte acento castelhano.

Dois processos correm contra este empresário. O primeiro devido ao desvio do caminho de mercadorias levando o Estado em mais de 510 mil contos referentes a direitos aduaneiros; o segundo pela fuga ao pagamento de impostos de Transacções no montante de 335 mil contos.

Ligado a isto a actividade do despachante Costa Santos através de quem eram feitas todas as importações de Rui Nabeiro, que se furtava ao pagamento de 90 escudos por quilo de café para o ex-Fundo de Abastecimento.

Aliás, tudo começou quando as autoridades descobriram um descarregamento de café, em 1980, nas instalações de Rui Nabeiro, que se furtava ao pagamento de 90 escudos por quilo de café para o ex-Fundo de Abastecimento. Com efeito, este empresário estava autorizado a ter uma linha de montagem de electrodomésticos. Simplesmente, empregava apenas dois trabalhadores que se limitavam a apertar parafusos. Os frigoríficos vinham já montados de Itália, sem qualquer incorporação nacional, mas beneficiando da isenção de direitos como se vissem em partes para serem montados em Portugal.

Em 24 de Agosto de 1981 é feita a participação da fraude de Rui Nabeiro. Finalmente, em 1982 é instruído o processo à firma de Rui Nabeiro e só em Agosto do ano seguinte é enviado pelo tribunal para posteriores diligências. Nabeiro afastou-se da Câmara de Campo Maior, onde sucessivamente fora eleito pelo Partido Socialista. Do negócio do café não se afastou.

## Quando a «DOPA» dragava

O Caso «DOPA» vem para o conhecimento público quando o jornal «o diário» revela que Francisco Sousa Tavares, então ministro da Qualidade de Vida, era um dos clientes da organização que, à semelhança da D. Branca, mas num nível mais sofisticado, se dedicava à transferência ilícita de divisas para a Suíça, depositadas numa conta no nome de Joaquim Queirós de Andrade.

A organização pagava juros em dólares e tinha chorudos lucros. Segundo se diz, cerca de 14000 dólares mensais, isto quando o dólar estava na sua curva ascendente. Quando isto foi descoberto 11 pessoas ligadas a esta organização são detidas.

Entretanto, qual bola de neve, o caso «DOPA» começa a avolumar-se. Vão sendo conhecidos alguns nomes de depositantes, nomes graúdos. E a questão ganha ainda maior interesse na opinião pública quando Queirós de Andrade consegue fugir do Hospital de Santa Maria, onde se deslocara sob prisão para ser examinado por questões de saúde. E não fica por aqui. A filha de Queirós de Andrade acusa uma funcionária judicial de ter recebido 6000 contos para fazer fugir o seu pai. Ainda na versão desta o dinheiro seria no todo ou em parte para o juiz instrutor do processo, que deveria proporcionar a fuga do arguido.

Queirós de Andrade fixou-se no Brasil. A propósito, «DOPA» significava, primeiro, «Dragagens e Obras Públicas», tendo alterado depois o nome para «Dragagens de Portugal». Lá que dragavam não havia dúvida.

## D. Branca

Quem não esteve tentado a pôr todas as suas economias na D. Branca, a banqueira do povo, como lhe chamavam? Agora todos dizem que não, mas na época a tentação fez perder muito dinheiro, até a pessoas que o preferiram perder em silêncio, para não serem alvo do gáudio popular.

Quantos milhões de contos desapareceram na voragem da equipa que rodeava esta «banqueira» é coisa que ao certo nunca se saberá.

Receber de juros 10 por cento ao mês é de desconfiar. Mas o que é certo é que D. Branca não se ficou pela velhinha que pagava juros astronómicos até que o dinheiro desapareceu na voragem dos colaboradores.

Logo a seguir surge a D. Guilhermina, também ela «banqueira» clandestina. Aqui o capital desviado é de um montante menor, cerca de 200 mil contos. E depois temos a «Diacor», onde muitas pessoas compravam diamantes no valor de muitos milhares de contos na esperança de receberem o pagamento de rendimentos, juros anuais no valor de 36 por cento, pagos de trás em três meses.

Isto para só inumerar três casos. Que outros há

## São divisas, senhor

Um funcionário do Grupo Espírito Santo (não confundir com o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa como a RTP pretendia fazer ao noticiar o caso, pois este banco é uma empresa pública), Pedro Castelo Branco de seu nome e de nacionalidade portuguesa, estaria envolvido, segundo a polícia espanhola que deslindou o caso, no tráfico de divisas na ordem de 400 milhões de pesetas.

Segundo se pensa, muitas pessoas mais estão implicadas no caso. Antigo empregado da TAP, Pedro Castelo Branco seria uma peça de um «puzzle» mais complexo — há quem diga que com duzentas peças, que nestas coisas de tráfico de divisas equivale a um «puzzle» desses de montar com cerca de 10000 peças.

Algumas peças conhecidas: a detenção em Orense de um taxista que tentava introduzir em Espanha uma grande quantidade de pesetas procedentes do nosso país; investigação das contas bancárias pela polícia espanhola de dois funcionários da Companhia Espanhola de Petróleos, que não conseguiram justificar os fundos que tinham na Suíça; mas a polícia apurou que esse dinheiro vinha de comissões que recebiam pela compra de «crude»; e, aqui, atenção que vamos tirar a rede, aparece a empresa portuguesa «Sigmöil» — exactamente, não se enganou, aquela que fez um contrato chorudo com a Petroquímica quando o Governo Cavaco Silva a tentou extinguir — que servia como agente intermediário nestas operações. O Grupo Espírito Santo veio posteriormente a público dizer que nada tinha a ver com aquele tráfico de divisas.

## Foi você que pediu um subsídio

Este foi um caso que fez correr muita tinta. Na ocasião, o visado era secretário de Estado do Emprego, actualmente vice-presidente do Parlamento Europeu, por força de Cavaco Silva e do seu partido, já que foram precisas três votações para que fosse eleito. Não se enganou — estamos a falar de Rui Amaral. Titular da Secretaria do Emprego e Formação Profissional desdobrou-se em subsídios a empresas. Um bom governante, exclamará o mais incauto. Só que...

E vejamos o que dizia o semanário «O Jornal», de Outubro de 1986: Em Março de 1984, a empresa «Luís Joaquim Amelxleira de Mira» recebeu um subsídio de 624 contos, para manutenção de quatro postos de trabalho. Hoje e tanto quanto «O Jornal» apurou, não se sabe do paradeiro do empresário, sobre o qual incidem suspeitas de crime de burla. Passemos a outro caso: A firma «Charondo, Ornelas & Calça, Ld.» suspendeu a actividade nos dois primeiros meses de 1980. Não obstante, dois anos depois recebeu um subsídio de 1188 contos, para manutenção de onze postos de trabalho. O dinheiro foi levantado constando que, depois disso, o empresário emigrou para a América. E ainda: Um outro caso prende-se com a concessão de um subsídio de 1500 contos à cooperativa «Coarco», para manutenção de 14 postos de trabalho. O financiamento foi levantado em Maio de 1983; quatro meses volvidos a cooperativa encerrou.

Estes casos referidos eram, segundo o semanário citado, alguns dos que não tinham sido encaminhados pela Secretaria de Estado do Emprego para a Comissão Parlamentar de Inquérito criada para detectar este esbanjamento de subsídios como foi o caso do que autorizou à empresa Piltas, no montante de 4452 contos, para manutenção dos seus 31 postos de trabalho, isto em 30 de Dezembro de 1983. Um ano e meio depois apurou-se que afinal a empresa estava encerrada desde o início desse ano e não tivera mais de que uma dezena de trabalhadores. O patrão fugiu para o Brasil. Neste caso do secretário de Estado a dúvida é saber se devemos continuar, pois houve tanta gente que pediu um subsídio e que foi atendida que recebamos não ter espaço para outros casos.

## ...um outro GAL cantaria

Chama-se Jean Labade, é francês e está preso em Portugal desde 27 de Agosto de 1986. Mas a intenção era que não se soubesse. Acusação: ter procedido a recrutamento de mercenários portugueses para actuar em nome dos GAL (Grupo Anti-terrorista de Libertação). Ao que se presume era o mais importante e protegido dirigente dos GAL, organização terrorista de extrema-direita, patrocinada pelos serviços secretos espanhóis, franceses e até israelitas para eliminarem membros da ETA-militar.

Preso em França, viria a ser libertado por um juiz que face ao escândalo que provocou seria de imediato demitido. Veio para Portugal, onde continuou a sua missão, até que caiu nas malhas da justiça — nem sempre a protecção é eficaz.

Relacionados com isto estão presos cinco portugueses, um deles em França, e os restantes no país, acusados de dois atentados — o primeiro num bar em Bayonne, com disparos sobre várias pessoas, entre as quais uma mulher e uma criança, e o segundo num bar em St. Jean de Luz, onde foi morto um refugiado basco.

Um dos presos portugueses, Mário Cunha, detido no nosso país, viria a declarar trabalhar para a DINFO, da 2.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas e que agira sob instruções de dois militares, o capitão-tenente Serradas Duarte e o tenente-coronel Fernando Ramos, conforme referia um semanário de Lisboa.

Estes oficiais, ouvidos pelo juiz de instrução do processo-crime negaram tal facto, mesmo quando acareados com o detido. O tenente-coronel Fernando Ramos diria ao «Expresso» que conhecia o detido. E transcreve as suas palavras: Estava muito ligado a ele, pois conhecia-o há muitos anos desde que estivemos juntos na tropa, em Angola. Ele passava às vezes aqui pelo quartel e é verdade que um dia me disse que ia para Espanha, mas eu não sabia o que ia fazer. Mário Cunha, antigo militar natural de Angola, foi instrutor do exército da FNLA, de Holden Roberto. Uma das armas utilizadas pelos «matadores» portugueses, veio a provar-se, pertencia à polícia francesa.

Sobre as acções pendente uma penhora da responsabilidade das instituições de crédito açorianas que emprestam dinheiro mas não foram reembolsadas. Maria da Graça invocando a proximidade do dinheiro terá passado cheques sem cobertura argumentando que dentro em breve seria reposto e com juros. Mas as dúvidas surgiram e as queixas na Polícia Judiciária também, só que os processos não avançavam por ficarem esquecidos. Tudo se veio a saber quando a investigação é desencadeada — investigação que utilizou a gravação de conversas telefónicas autorizadas pelo juiz. Maria da Graça ao ver que deixa de ter a protecção prometida, segundo se diz, conta tudo o que sabe, ou pelo menos uma parte pois há quem pense que ela sabe muito mais.

O adiamento ou a obstrução ao normal andamento (já de si lento) da justiça, a troco da devida recompensa — uma forma de corrupção que agora foi despoletada por elementos da Polícia Judiciária contrários a que a corrupção grasse no seu seio. ■

## «São Bentogate» ou «tudo em cima»

É um escândalo mais à portuguesa e não resulta de uma ramificação de um escândalo nos EUA. Dá direito a que um agente da Polícia Judiciária se ausente quando ia ser preso e ande a monte dando «bocas» ou entrevistas, chegando mesmo a impor condições para se entregar.

Mas o caso é mais complicado. Poderíamos dizer que tudo começa com a disputa de uma herança, ou melhor da anulação ou não, pelo Supremo Tribunal, de uma transacção no valor de 100 mil contos. Neste caso aparecem um ex-diplomata já falecido e que foi burlado, Maria da Graça, que viveu com o referido diplomata, um deputado do PSD, Montalvão Machado, cinco elementos da Polícia Judiciária do Porto, entre os quais Júlio Regadas, e o mais que se verá, que nestas coisas de corrupção o mal é desastoso... Até à selenção do tribunal são considerados inocentes.

Vamos pois referir o que se passou — ou, pelo menos, o que se sabe que se passou. O ex-diplomata cujo património era avaliado em várias centenas de milhares de contos já no final da sua vida (viveu cerca de seis anos com Maria da Graça) teria apenas 500 acções de uma sociedade imobiliária — Eneida — no valor estimado em 1992 superior a 200 mil contos. Com o objectivo de obter um empréstimo junto de instituições de crédito açorianas Maria da Graça teria conseguido que o diplomata lhe cedesse as acções. Este, mais tarde, e como não recebesse as contrapartidas previamente combinadas, recebeu ter sido burlado e o caso transita para o tribunal. Logo uma parte das acções transaccionadas é anulada (193 num total de 361), mas as restantes ficam ainda na posse de Maria da Graça. Há recurso para o Tribunal da Relação que confirma a decisão e novo recurso para o Supremo Tribunal, onde se aguarda o julgamento.

Sobre as acções pendente uma penhora da responsabilidade das instituições de crédito açorianas que emprestam dinheiro mas não foram reembolsadas. Maria da Graça invocando a proximidade do dinheiro terá passado cheques sem cobertura argumentando que dentro em breve seria reposto e com juros. Mas as dúvidas surgiram e as queixas na Polícia Judiciária também, só que os processos não avançavam por ficarem esquecidos. Tudo se veio a saber quando a investigação é desencadeada — investigação que utilizou a gravação de conversas telefónicas autorizadas pelo juiz. Maria da Graça ao ver que deixa de ter a protecção prometida, segundo se diz, conta tudo o que sabe, ou pelo menos uma parte pois há quem pense que ela sabe muito mais.

O adiamento ou a obstrução ao normal andamento (já de si lento) da justiça, a troco da devida recompensa — uma forma de corrupção que agora foi despoletada por elementos da Polícia Judiciária contrários a que a corrupção grasse no seu seio. ■

# de todos os tamanhos

# VIVER É ISTO!

**S**r. redactor, imagine o sr. que vivia num país de pleno emprego. Oh, que pasmo tão uniforme! Oh, que uniformidade estupefacta! O sr. habitaria numa sociedade socialista. Habitaria sim: porque não viveria. Viver é isto. Não ter emprego, mas ter ambições, ser rico de expectativas. Contemplar Planos por cumprir; erguer Projectos, como quem atrai eczemas esponjosos, purulentos. Oh, como é bom viver, tendo com que se coçar, na sociedade do

Mercado. Habitar o Mercado, contemplar o Mercado, amar o Mercado com paixão sexual (as mulheres desempregadas), etc. Já viu o sr. como o Governo estimula o emprego? Se não fosse o desemprego, que teria o Governo para estimular? Pleno emprego! Pleno emprego! Já nem se ouve ninguém dar um berro por semelhante absurdo. Só os velhacos inspirados na guerra de classes se levantam às vezes mal dispostos. Ocorre-lhes então a ideia do pleno emprego, principalmente quando se cortam ao fazer a barba. O pleno emprego! Bah! Os outros, os que

têm emprego, têm o seu pleno emprego. E cheio. Que mais é preciso? Ter problemas? Azares? Acordar cedo durante seis dias na semana? A massificação? O refeitório? O empurrão? Os transportes nas horas de ponta, nos dias de ponta todos os dias? Os tempos libertados (nada livres, ora essa!), as sobrecargas, o stress, a détresse, a publicidade, a segurança social, a saúde, etc.? Viver é isto. Estar desempregado e gostar disto. Escolher no Mercado uma profissão por dia. Ter a opção, mandar na ocasião. Acordar com o generoso coração

cheio de hinos ao biscate, à hora, ao dia, à peça, ao prazo, à tarefa. Se a mulher chora, se arrepela, se vai embora; se os filhos... — mas quem ainda se lembra disso, etc. Viver é isto. Apreciar as habilidades da livre iniciativa, mesmo a que se esconde nas barbas privadas do Estado. Viver é ter passado, sem ficar assado, pela grelha dos salários atrasados, dos retroactivos empastados, dos subsídios esquecidos. Viver é encontrar, por acaso, a nota de cinco contos esquecida no bolso do colete, quando os coletes tinham bolsos para esquecer (os que não usam

colete que passem a usar) e usem as rescisões também, etc. Pleno emprego! Pleno emprego! Viver é isto. Há, é certo, os insatisfeitos. Poucos. Sempre houve. Têm a mania do emprego. Eu tenho outra, que se agravou, como vê o sr. Estou aqui no Miguel Bombarda (chamam-lhe Hospital). Não se come mal. Também aqui, às vezes, se berra pelo emprego, contra o desemprego, etc. Mas eu mantenho poucas relações com os enfermeiros. Ainda menos com os médicos. Estou bem. Como se está bem no campo, etc. Passe bem. ■

## Um experiente servidor do capital não escolhe «ideias» insensatas

Há quem encare o desemprego de várias maneiras. Para uns, é um indicador económico, como outro qualquer. Para outros, uma espécie de monstro abstracto, estatístico. Pode ser tudo isso, juntamente com os outros aspectos que lhe conferem uma grande complexidade como fenómeno social. Mas, para nós, é uma personagem real, que vive diariamente ao nosso lado, embora não seja nada saudável conviver com o desemprego. O facto de ele crescer entre nós não deveria sossegar ninguém. É perigoso, no entanto, atribuir-lhe «ideias» insensatas, como as do maniaco mal inventado que oferecemos (não o querem? Paciência) ao leitor. O desemprego é talvez o mais antigo e fiel empregado para todo o serviço, que o capitalismo arranhou e nunca despediu, mal se estabeleceu no mercado.

Mas também não é correcto circunscrever o desemprego a esses aspectos marginais. Há ocasiões, até, em que o desemprego projecta para opções incontroláveis, desesperadas, o próprio capitalismo. A luta em unidade contra o desemprego é, conforme se sabe, o melhor antídoto contra o desespero dos desempregados. É o instrumento insubstituível para diminuir o desemprego e ganhar novas batalhas contra o capitalismo.

É necessário organizar os desempregados. O V Congresso da CGTP-IN, em Maio do ano findo, avançou com várias indicações nesse campo, que é preciso desenvolver. Mas não se pode ir ter com a maioria dos desempregados de mãos vazias. A maior necessidade de um desempregado é, naturalmente, um emprego. O movimento sindical não está preparado para isso, nem essa é a sua função principal. No entanto, em Lisboa, Porto e Setúbal já se criaram comissões de desempregados, embora aquelas regiões sejam consideradas «pioneiras» nesse tipo de organização.

As experiências são recentes nesse campo. Num trabalho publicado pela revista «Alavanca», da CGTP, Kalidás Barreto, membro da Comissão



Plenário na Centrel contra os despedimentos

Executiva do Conselho Nacional da Inter, responsável pela frente do Emprego e Desemprego, afirmava que, «fundamentalmente, a organização dos desempregados tem de corresponder, quer na maleabilidade das suas formas, quer no seu conteúdo, à prestação de um serviço ao desempregado», serviço esse susceptível de o «mobilizar e integrar».

O trabalho sindical junto dos desempregados deve apoiar-se nas «estruturas locais, coordenadas por uma estrutura regional, formada pelos quadros que acompanham o trabalho nesta frente, nas estruturas locais respectivas».

### A principal função das comissões de desempregados

Do trabalho publicado pela revista «Alavanca» (Julho/Dezembro de 86) depreende-se que a função principal

das organizações de desempregados é intervir junto da administração, das entidades oficiais, do Governo.

Lê-se no órgão central da CGTP: «Numa primeira fase, estas comissões estão a agrupar desde desempregados a trabalhadores em situação precária, em regime domiciliário, etc. A partir das comissões têm-se formado grupos de trabalho, com incidência local determinada, e pretende-se que funcionem como elementos de pressão sobre entidades oficiais de atendimento a desempregados (...) de convívio, de apresentação de alternativas de emprego, com base no conhecimento dos mercados locais de trabalho, entre outros aspectos.»

Há também as Conferências Regionais sobre o Desemprego que, iniciadas em Novembro do ano passado, se prolongarão até Junho de 1987 e que, ainda segundo a «Alavanca», «terão uma importante palavra a dizer quanto à situação a nível regional, quanto às alternativas de emprego, também a esse nível, e ao enquadra-

mento de uma política nacional de combate ao desemprego».

Refere ainda a «Alavanca» que, «à primeira vista, um dos objectivos é determinar com rigor o desenvolvimento do problema do desemprego nas regiões e sectores, as possibilidades de trabalho existentes e a mobilização de todos, mas todos, os que de algum modo possam contribuir» para resolver a situação.

«Igrejas, autarquias, centros de emprego, empresas, entidades e personalidades com ligação a este conjunto de matérias (que respeitam ao emprego/desemprego) todos terão uma palavra a dizer.»

Mas para o órgão da Central unitária, «a derradeira palavra, essa pertence obviamente ao Estado, aos governos que até aqui têm primado por «não dar cavaco» quanto mais a última palavra».

### Os «estímulos»

Este Governo que, como se sabe,

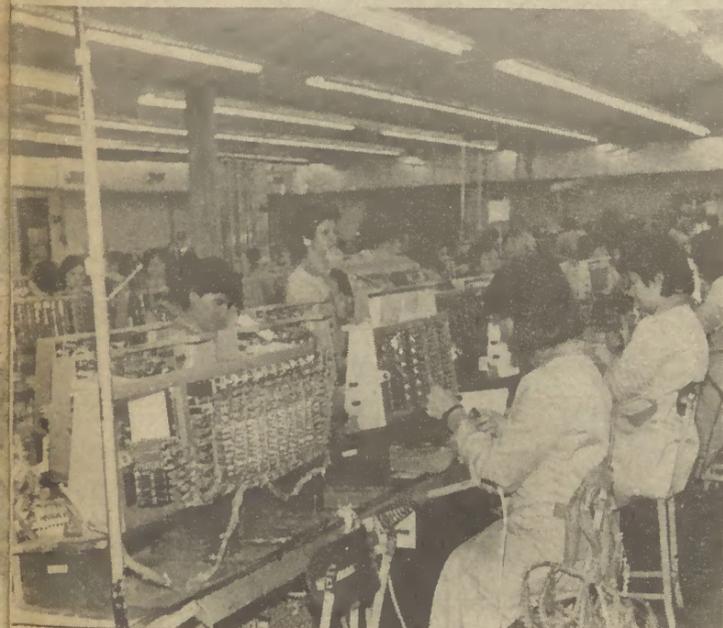
não tem uma política de emprego, só dispõe de «estímulos» nesse campo.

Segundo a CGTP, esses estímulos são três: subsídios directos a atribuir pelo Estado (D-L 283-A/86, de 5 de Setembro do ano findo); iniciativas locais de emprego; e incentivos ao emprego de desempregados. Estes últimos, segundo a Inter, concedem às empresas que contratem jovens, com idade inferior a 30 anos (inicialmente 25), a isenção de «contribuição para a Segurança Social durante dois anos».

A CGTP critica estes estímulos. No primeiro caso, acha que o sistema submete os eventuais candidatos a um esquema complexo para a atribuição dos subsídios, complexidade que não se justifica e, por outro lado, beneficia projectos industriais em zonas do interior, o que não é incorrecto, mas prejudica, ou não tem em conta, situações muito mais graves no litoral. Cite-se o caso extremo da península de Setúbal. No segundo caso, o das iniciativas locais de emprego (ILE), é indispensável uma maior participação das autarquias e dos sindicatos, evitando que a legislação aplicável desambe em medidas burocráticas sem efectiva aplicação. Quanto aos incentivos para o emprego de jovens até aos 30 anos, requiere-se a sua expansão, mas não à custa da Segurança Social. Deve ser o Orçamento do Estado a suportar os incentivos.

Sem nunca recusar o diálogo e a negociação, o melhor incentivo contra o desemprego é a luta em unidade por objectivos concretos e bem conhecidos.

Assim, como cada desempregado traz em si um mundo de desemprego, as energias de cada um devem ser canalizadas não apenas para a procura de emprego, mas também para a sua abundância, lutando sempre contra as políticas e os governos que fomentam o desemprego e propagam as suas ideias, nada insensatas, que ajudam a sobrevivência do capitalismo, origem natural do desemprego, chaga permanente das sociedades capitalistas. ■



O material eléctrico e electrónico é dos sectores mais afectados pelo desemprego



Empresas aparentemente sólidas continuam com drásticas reduções de postos de trabalho



A luta contra o desemprego tem levado à intervenção de forças repressivas (foto: 14 de Julho de 1983, na Lisnave)

# O desemprego tem «ideias» que é preciso combater

Apoiado pelos grandes patrões da indústria e do comércio, este Governo estimula o desemprego, como nenhum outro o fez até agora. Esse estímulo é acompanhado por uma campanha ideológica orientada principalmente contra os sindicatos. Aprofundar as divisões entre trabalhadores, individualizar os conflitos e recorrer ao «pacto social», dito também de «concertação» em termos exclusivamente ditados pelas forças do capital, são as linhas principais, mas nem sempre as mais aparentes, através das quais se procura instaurar uma mentalidade de «salve-se quem puder» ... De preferência sem abandonar o seu canto, ou o seu buraco — na prática o que sempre acontece a quem adopta essa maneira de agir.

O desemprego é fomentado como salvaguarda do próprio capitalismo. Por exemplo, este Governo, além de paliativos sazonais coincidentes com as férias dos estudantes e com uma ou outra iniciativa avulsa com os fundos sociais da CEE, não tem mexido literalmente um dedo para fomentar a criação de emprego. Não há contrapartidas para as grandes quebras no volume de empregados. As falências são facilitadas. Continuam os encerramentos de empresas. Os salários em atraso mantêm-se. O trabalho precário sobe em flecha, e o mesmo acontece com o trabalho infantil e com todas as formas ilegais de exploração de mão-de-obra, sem garantias de qualquer espécie, e muito menos salvaguarda de direitos, como se vê diariamente por todo o País.

A maior parte do processo é subterrâneo. A opinião pública, poderosamente solicitada a alhear-se da questão, confia no «desenrascanço», como paliativo providencial. Os projectos nacionais, quem os conhece? Existirão realmente? O Governo pretende destruir, por exemplo, o sector empresarial do Estado. Que oferece em troca? Oferece segurança? Oferece estabilidade? Não oferece nada de palpável, a não ser evidentemente para a sua clientela de caciques eleitorais.

## Relógio atrasado

O relógio do capitalismo esteve sempre atrasado em Portugal. Na sua propaganda, este Governo pretende fazer crer na aceleração do investimento privado, ou pelo menos nas condições para tal. Pretende até que essa aceleração se faz com um relógio novo, cujo funcionamento estaria a acertar pela Europa. Mas o novo mecanismo — e vamos supor que existe — é inadequado. É a própria CIP (Confederação da Indústria), uma das organizações que lhe dá corda, a primeira a dizer que não serve, ou que poderia servir muito melhor.

Quanto aos sindicatos, na sua qualidade de representantes legítimos da grande massa assalariada, esses têm sentido bem o novo pulsar do mecanismo pelos estragos que tem feito. E, se o relógio é novo, nem na aparência se nota. O que se verifica, na verdade, é que o capitalismo em Portugal retrocede em muitos dos seus processos, acelerando vertiginosamente para trás.

Ainda não há muito tempo, o próprio Primeiro-Ministro português oferecia mão-de-obra dócil e barata nos Estados Unidos da América. O leilão, aliás, já tinha começado cá dentro. E com este Governo não tem parado um segundo, prometendo continuar.

Conforme se sabe, o desemprego é um fenómeno complexo. Não se produz apenas com desempregados. Faz-se também com a insensibilidade perante o desemprego. Para que essa insensibilidade progrida, se fortaleça e se torne até agressiva — como este Governo expressamente deseja — tem que contar, por força, com a desunião das forças capazes de a enfrentar. Como essa desunião não é fácil de criar em laboratório, quando se trata realmente de problemas comuns que necessitam de empenho e soluções comuns, o capital recorre ao divisionismo.

E os divisionistas respondem sempre à chamada. Não apenas no seu papel representativo — porque também o têm, através de alguns sindicatos —

mas para se encarregarem do trabalho sujo, que só eles podem fazer, perante um movimento sindical unitário com uma implantação difícil de igualar.

No que respeita ao desemprego, esse trabalho sujo consiste principalmente no apoio institucional que a UGT nunca se fez rogada em conceder aos governos de direita no dito Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) e na propaganda que desenvolve através desse organis-

**Conforme se sabe, o desemprego é um fenómeno complexo. Não se produz apenas com desempregados. Faz-se também com a insensibilidade perante o desemprego. Para que essa insensibilidade progrida, se fortaleça e se torne até agressiva — como este Governo expressamente deseja — tem que contar, por força, com a desunião das forças capazes de a enfrentar. Como essa desunião não é fácil de criar em laboratório, quando se trata realmente de problemas comuns que necessitam de empenho e de soluções comuns, o capital recorre ao divisionismo.**

mo, que o Governo privilegia nos «contactos sociais».

É mediante o CPCS que os actos governativos de forte incidência sobre o emprego são branqueados na Televisão e em outros órgãos de comunicação social.

A repetida impunidade, com a qual esses órgãos sabotam o trabalho colectivo dos sindicatos, é um fenómeno perigoso pelo que representa de deliberada alienação perante factos que exigem crítica exacta, rigorosa e persistente.

Os sindicatos, que pela sua prática podem usar esse nome, não são apenas instrumentos reivindicativos. Destinam-se também a esclarecer, após análise e debate, as grandes linhas de orientação colectiva, que os trabalhadores devem seguir no campo social, para que os seus interesses, direitos e regalias não fiquem à mercê do arbítrio patronal.

O que acontece com o papel distribuído à UGT na «concertação» merece atenção pormenorizada. A toda a hora se verificam factos sociais que exigem respostas colectivas. Como o CPCS só pode iludir essas respostas, ou tentar diminuí-las quando surgem, cabe à UGT a pelos vistos agradável tarefa de «pôr água na fervura», em paga de uns trocos oferecidos pelos patrões.

Tem acontecido assim com a Reforma Agrária, com a sabotagem do sector empresarial do Estado, com a chamada «política de rendimentos», com a criação da banca privada, com a bênção concedida à CEE do desemprego em massa, com a pública recusa de uma atitude solidária para com os trabalhadores dos sectores industriais mais atingidos pelos despedimentos e pelo trabalho precário.

## Capital especulador não pode prescindir dos divisionistas

Grande parte dos objectivos a atingir com a propaganda anti-sindical do Governo e do grande patronato é encargo assumido com visível agrado pelos divisionistas, pelos mentores da UGT. As mais sofisticadas formas de desemprego, destinadas a encobrir o odioso de uma política de concentração acelerada do capital em poucas mãos, sempre colhem da UGT uma atitude de resignação, conformismo, e mesmo de apoio sem disfarce. Em vez da crítica, da acção, os divisionistas pregam a negociação sem princípios; e nem essa conseguem, porque não são tomados a sério pelos interesses que servem, como componentes indispensáveis da «concertação».

Mas esta, como não pode prescindir dos divisionistas, atribui-lhes a tarefa contraditória de despejar de conteúdo a função sindical que a UGT diz exercer.

Repare-se nas «nuances» que os divisionistas adoptam perante a campanha do «Estado a mais», em que este Governo faz finca-pé; na idealização do «mercado»; no silêncio quanto a problemas nacionais como a Saúde, o Ensino, a Segurança Social.

Como se disse mais acima pode repetir-se aqui, relativamente aos divisionistas, que também grande parte deste processo é subterrâneo. A UGT não pode defender abertamente o desemprego. Pelo contrário. A sua função é torná-lo aceitável em proporções nunca atingidas nos últimos anos. Daí o seu papel indispensável na campanha ideológica que corre paralelamente aos despedimentos, ao trabalho precário, às ameaças de nova legislação laboral, ao trabalho infantil e a todas as formas ilegais de admissão de mão-de-obra.

A UGT e os divisionistas pretendem ajudar numa espécie de cruzada contra a estabilidade do emprego. Os pretensos valores «neoliberais», deslocados do seu contexto histórico, aparecem na boca de alegados sindicalistas como soluções «modernas». A própria formação profissional lhes serve para a defesa de princípios ideológicos contra a organização sindical. Aproveitam-se das inovações tecnológicas para as virar contra os trabalhadores, que deveriam naturalmente ser os seus primeiros beneficiários. Os reflexos sociais das novas tecnologias são aceites sem crítica. De protesto nem se fala. Não contra as inovações, naturalmente, mas contra a maneira como são utilizadas; e muitas vezes sem a mínima condição para as instalar no nosso país.

Grande parte do esforço esclarecedor do movimento sindical unitário deve continuar a ser dirigido contra a actividade divisionista, inclusivamente no campo ideológico envenenado pelas forças conjuntas que, sob a batuta do Governo, tem largo campo de manobra confusionista, prejudicando a acção colectiva e a luta sindical. ■

## Guerras...

Desenfreado na permanente urgência de defender o Governo que lhe viabiliza a sobrevivência, «O Dia» resolveu fazer uma caldeirada das lutas e protestos que zurzem o Executivo de Cavaco Silva de Norte a Sul do País, para as servir ao leitor como produto de uma espécie de loucura colectiva onde «**todos movem guerra a todos**» (a expressão já é do acoitado matutino). Não sei se estão a ver a coisa: nestes **todos** cabe tudo, principalmente a ideia de que o cerne do problema português consiste numa misteriosa arruaceirice que subiu assim de repente à cabeça do País, pondo «**todos**» à bulha com «**todos**». Mas galgando sobre esta apreciação nacional tipo galinheiro, vamos encontrar «O Dia» encurralado pelos próprios acontecimentos. O inspirado autor da prosa, ao aperceber-se que não podia vender a ideia assim a seco, tratou de lhe dar o molho de algumas ilustrações que, com a devida vénia (a coisa merece-a) passamos a transcrever:

«**Os partidos de esquerda intensificam o combate ao Governo (...)** as suas (dos comunistas, é claro...) estruturas sindicais vêm para a rua com alguns forasteiros e os marchantes do costume, repetir o que só conseguem fazer sorrir. Por outro lado, sindicatos de docentes reclamam e prometem paralisar. Ao mesmo

tempo, os estudantes sobem o tom das suas reivindicações e ameaçam, com razão ou sem ela, mostrar que possuem força suficiente para desafiar o Governo, que recentemente já se viu forçado a recuar. Nos hospitais, os médicos não param de clamar contra a política de intransigência da ministra. E até os enfermeiros se «mexem», a exigir participação nas decisões». Não há dúvida que **todos** movem «guerra»... mas não é contra **todos**, pois não, sr. escreva?!... Olhe, até vamos dar-lhe uma ajuda: contra nós não é, de certeza. É que nós nada temos a ver com o Governo... Quanto aos seus «**todos**», por que não se limita a usá-los, muito mais apropriadamente... no bacalhau?!...

## Onde chega o cinismo

É espantosa a forma como os analistas «geralmente bem informados» da direita dita cultural, encaram os grandes problemas nacionais. Que existam hoje em Portugal gravíssimos problemas sociais que não podem ser escamoteados por ninguém com um mínimo de bom senso, isso pouco importa. Que milhares de portugueses estejam hoje no desemprego, em situações aflitivas na maior parte dos casos, que milhares de portugueses continuem a

## Pontos Cardeais

trabalhar sem receber salário, que muitas crianças trabalhem em condições de sobreexploração revoltantes, na opinião do «Semanário», isso reduz-se a «vulnerabilidades» do Governo. Para o autor de uma «análise» inserta na sua edição do passado sábado, tudo se reduz afinal a táticas. «A CGTP-IN terá decidido investir noutras frentes: desemprego, salários em atraso, trabalho precário e infantil», terreno que, segundo o articulista, teria sido deixado livre pelo Governo e a UGT. O cinismo, a hipocrisia, atinge aqui proporções que indignam qualquer pessoa. Que muitas crianças sejam exploradas, não é caso para alarme, é apenas uma «vulnerabilidade» de um governo preocupado com outras coisas. Nem vale a pena vir para a rua, manifestar o protesto e a solidariedade com tantos e tantos trabalhadores e suas famílias. Se o fizer (e muitos milhares o fizeram neste fim-de-semana em todo o País) isso é perturbar a paz social como diz Cunha Rego no seu editorial. Por estas e muitas outras é que não deixarão os trabalhadores de lutar, de mostrar solidariedade

com outros trabalhadores, de exigir que seja posto fim à obra destruidora deste Governo.

## Descentralizar...

Valente de Oliveira, ministro do Plano e Administração, pequeno-almoço com jornalistas de Lisboa para dizer coisas, com aquele seu impagável ar de declamador de província. E uma das incandescências produzidas foi a seguinte: a divisão do País, no âmbito da regionalização, deveria consumir-se num simples «trincar» a três bocados: Norte, Centro e Sul. Não se riam já com a anedota porque o «contador» é, ele próprio, mais hilariante. Na verdade esta «divisão» do ministro Valente, corresponde, nem mais nem menos, às actuais Comissões de Coordenação, a que o próprio esteve ligado, como presidente no Norte... E o homem (quicá fascinado pelo efeito das suas tonitruâncias matinais perante tão qualificado auditório) acabou por ser totalmente explícito ao admitir que a regionalização «vai, forçosamente, criar uma nova classe política», cuja deveria «dar corpo a Assembleias Regionais» e assim «reduzir o número de deputados à Assembleia da República», que é «excessivo». Como filosofia de regionalização não podia ser mais esclarecedor: para já, toca a descentralizar «tachos».

## Mauzões

Segundo um comunicado dos vereadores da APU da Câmara de Setúbal, o presidente do município, Mata Cáceres, manifesta preocupantes sintomas de dupla personalidade, tal a contradição entre o que afirma em público e o que explica perante o órgão autárquico de que depende, a Assembleia Municipal. O misterioso caso dos 5639 contos é disso exemplo e conta-se em breves palavras. O Orçamento do Estado para 1986 previa para o Município de Setúbal 536 273 contos, que se transformaram em 530 634 contos na revisão orçamental da Câmara. A APU quis saber do presidente o que se passava para se terem assim «evaporado» 5639 contos e este argumentou com «erro técnico», o que nada esclareceu e foi geralmente considerado como erro grave, até por alguns vereadores da coligação PS/PSD. Depois acusou a APU de andar a «boicotar». A seguir garantiu que, afinal, os 5639 contos em falta sempre lá estiveram na revisão orçamental, só que na rubrica «transportes escolares». Pior a emenda que o soneto, porque a rubrica «transportes escolares» é uma receita corrente, onde não cabem receitas de capital. E ficou tudo cada vez mais confuso, sem se saber ao certo o que acontecera ao dinheiro. Mas Mata Cáceres sabia que acontecera alguma coisa: o «boicote» da APU, pois claro, que por qualquer miudeza «técnica» se punha a rejeitar revisões orçamentais da Câmara. São uns mauzões, sr. presidente... Afinal o que são 5 ou 6000 contos hoje em dia?!...

## Gazetilha

por Ignotus Sum

## I

Governo desgovernado  
despido e sovado  
num pé de vento  
com espanto  
em todo o lado:  
no pavimento  
no Parlamento:  
onde o povo tem assento  
zás!, governo malhado!!

Estou desanimado!  
Diz o Cavaco num lamento.

Pode ser fingimento  
neste bailado  
de valsa tonta  
do ranço e fel.  
Mas penso que não era mal pensado  
que ele fosse já pedindo a conta  
do hotel...

## II

Um grupo de mulheres portuguesas  
(onze ao todo, um «exército» feroz...)  
foi, sem salamaleques nem tibiezas  
junto ao governo ter presença e voz.  
Na cidade de mármore e tristeza  
uma notícia tal corre veloz:  
as mulheres sem medo, taco a taco,  
desafiam governo de Cavaco!

Frenético souo o cornetim  
os guisos e os avisos imprudentes.  
Na esquadra, a inquietação, o medo, o fim.  
Chispam armas dos coldres, reluzentes,  
rasga o apito, silva o pingalim  
saltam, lestos, às dúzias, os agentes  
viseiras baixas, pisam duro a terra,  
paíra uma novem feita em pé de guerra...

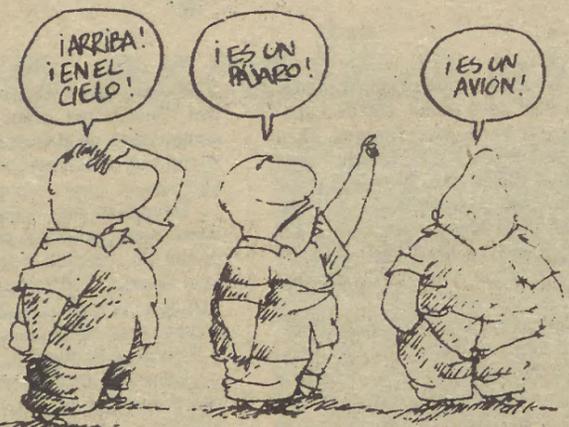
Tanta força ridícula se esfuma  
em sua própria lama escorregada  
já quando nisto, dissipada a bruma,  
viram a «multidão» amotinada.  
Das mulheres presentes tomam uma  
levam-na presa, para ser julgada.  
Então se compreendeu que em tal procela  
o mais forte de todos era ela!

Este governo que o Cavaco tem  
governo que eu não quero e tu não queres  
pensa, coitado, pensa que faz bem  
em não ouvir a voz destas mulheres.  
Porém, o tempo vai, o tempo vem  
e estejas tu, Cavaco, onde estiveres,  
do povo hás-de escutar tão forte brado  
que só de ouvi-lo fiques destroçado!

## III

Trinta e um de Janeiro. O povo está  
na rua e em todo o lado, à justa hora  
a dizer ao governo que se vá  
embora  
e sem demora  
pois é só prejuízo o que nos dá.

Quem já tanto as sondagens aprecia  
fique na sua  
mas venha à rua  
neste dia  
e aí tem uma sondagem  
onde um estudioso, mesmo fraco,  
vê logo a percentagem  
da popularidade de Cavaco...



¡ES SUPERMAN!



...ERA...



Desenho de Roger, publicado no jornal «Barricada», da Nicarágua

# Agenda

**Avante!**

Ano 56 — Série VII  
N.º 684

5 de Fevereiro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta

### • AMADORA

Plenário de militantes da Organização da Freguesia da Ven-

teira, às 21.30, no Centro de Trabalho da Amadora, com a seguinte ordem de trabalhos: situação política e social e organização. Participa nos trabalhos o camarada António Cordeiro.

## Sexta

### • PORTO

Os camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política, e António Mota, membro do CC, realizam,

na sua qualidade de deputados pelo círculo do Porto, a seguinte visita de trabalho: 11.00 — início da visita à Câmara Municipal do Porto, com audiência com o presidente, seguida de almoço na cantina das oficinas e visita às instalações da Divisão de Higiene Urbana; 15.00 — visita ao Gabinete de Planeamento Urbanístico.

Entretanto, nesta cidade começa, às 9.00, o II Congresso da União dos Sindicatos do Porto, no Palácio de Cristal.

### • ÉVORA

### • AMARANTE

Inauguração do Centro de Trabalho do PCP, às 15.00.

### • BAIÃO

Reunião concelhia de quadros, às 15.00, no Centro de Trabalho, para debate da situação política e do plano de trabalho para 1987.

### • PORTO

Prosseguimento da visita dos camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política, e António Mota, membro do CC, na sua qualidade de deputados pelo círculo do Porto por onde foram eleitos: 9.30 — visita à freguesia da

Lomba, seguida de reunião com o Executivo da Junta de Freguesia; 11.30 — reunião, na Junta de Freguesia de Medas, com autarcas das freguesias das margens do Douro (Medas, Covelo, Foz do Sousa, Melres, Jovim e Lomba); 15.00 — visita a Sebolido, seguida de reunião com a

Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia; 16.30 — visita a Rio Mau, seguida de reunião com elementos da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia.

— No Palácio de Cristal, às 9.00, continuação do II Congresso da União de Sindicatos do Porto.

## Quarta

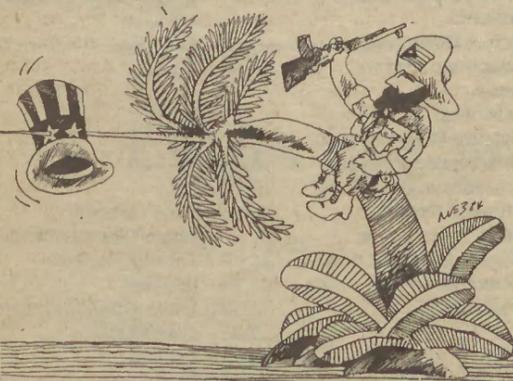
### • GRÂNDOLA

Plenário dos trabalhadores comunistas da autarquia para a eleição de um novo Secretariado, às 17.30, no Centro de Trabalho de Grândola.

## Festa de encerramento do 28.º aniversário da Revolução Cubana

No Salão da Junta de Freguesia de Alcântara, Rua dos Lusíadas, 13, sábado, dia 7, das 16.00 às 24.00.

Festa «Tropicana», com baile, animado pela orquestra da Associação de Amizade Portugal-Cuba, sessão de vídeo e bebidas típicas.



### • MAIA

Reunião de quadros da freguesia de Pedrouços, às 21.30, no Centro de Trabalho da Areosa, com o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

### • ALGÉS

Plenário de quadros da Organização de Freguesia de Carnaxide, às 21.30, no Centro de Trabalho de Algés, com a presença do camarada Abílio Martins, do CC.

## Sábado

### • VISEU

Debate e encontro com a imprensa sobre o tema «A Regionalização e o Distrito de Viseu — Que Futuro?», às 17.30, na Associação Comercial de Viseu, com o deputado do PCP, João Amaral.

### • OEIRAS

Encontro autárquico das freguesias do Concelho de Oeiras, às 14.30, no Centro de Trabalho de Oeiras, para balanço do trabalho realizado e perspectivas do trabalho futuro, com o camarada Jorge Cordeiro. Antes do encontro, almoço-convívio no CT.

### • CAMPOLIDE

Plenário de quadros da 3.ª Zona do CLL, às 14.30, no Centro de Trabalho de Campolide, para balanço do trabalho autárquico.

### • VILA FRANCA DE XIRA

Encontro concelhio de quadros do Partido, às 14.30, no Centro de Trabalho. O Encontro funcionará em três secções, com os seguintes temas: as células de empresa; o trabalho do Partido para as autarquias e para o Movimento Associativo e Popular; o Partido.



Conversa com

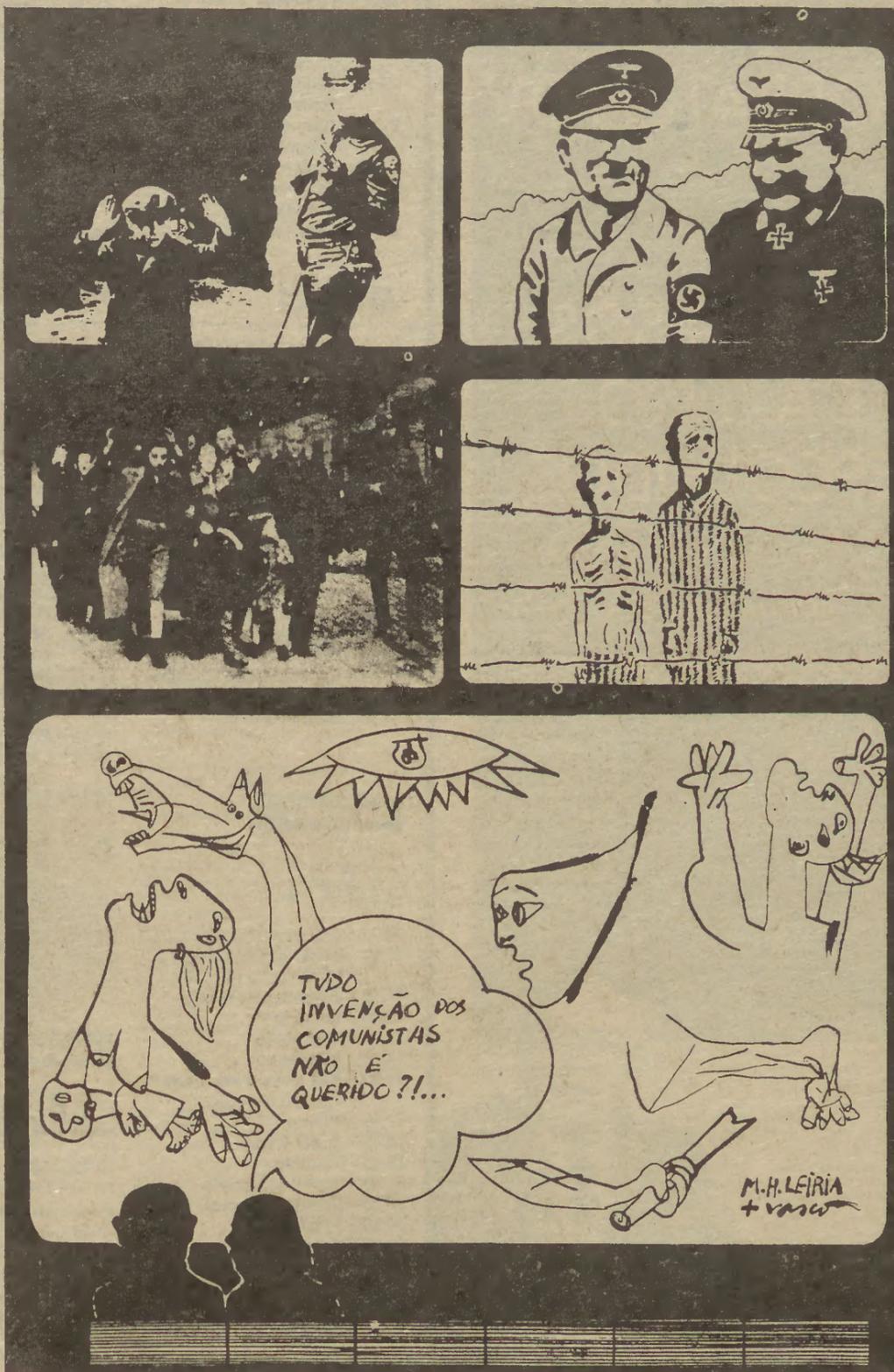
**José Saramago**

Um diálogo sobre a obra

«A Jangada de Pedra»

Sexta, 6 às 21 horas

No Auditório do Centro de Trabalho do Barreiro  
Rua Miguel Bombarda  
Barreiro



VASCO, Agostinho — (N-1935) in «Vasco — Desenhos Políticos» — Edição da Diábril, Lisboa, Novembro de 1974. Este cartoon foi feito em colaboração com o escritor Mário Henrique Leiria

# TV O Programa

**Quinta**
**RTP1**

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Cambalacho»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório  
18.00 - Sumário  
18.05 - Brinca Brincando  
18.50 - Concurso «Show Bis»

19.30 - Telejornal  
20.00 - Boletim Meteorológico  
20.05 - Telenovela «Palavras Cruzadas»  
20.35 - Europa  
21.05 - Face a Face  
21.30 - As Blue Bell (2.º epis.)  
22.30 - 24 Horas.

**RTP2**

14.15 - Série «Recordações» (18.º epis.)  
15.05 - Agora, Escolha!

16.30 - Notícias  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.05 - Countdown  
19.00 - Nino Show  
20.00 - Notícias  
20.05 - Série «5.ª Dimensão» (83.º epis.)  
20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (58.º epis.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - É de Ler  
21.35 - A Quinta do Dois.

16.00 - Troféu  
20.00 - Eurocinema  
21.30 - O1 Magazine Informática  
21.45 - Concorde ou Talvez Não  
23.15 - Vídeo Clube  
23.30 - Troféu.

22.15 - Série «O Mar e a Terra» — A Vida e a Morte das Grutas  
22.40 - 24 Horas  
23.10 - Remate

**RTP2**

14.15 - Série «Recordações» (20.º epis.)  
15.05 - Agora, Escolha!  
16.30 - Notícias  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.05 - Countdown  
18.00 - Estádio  
19.00 - Nino Show  
20.00 - Notícias  
20.05 - Série «5.ª Dimensão» (85.º epis.)  
20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (60.º epis.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - É de Ler  
21.35 - Série «Espada de Honra» (6.º epis.)  
22.30 - 2.ª Volta  
23.00 - Série «Benson» (12.º epis.)

20.00 - Notícias  
20.05 - Série «5.ª Dimensão» (86.º epis.)  
20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (61.º epis.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - É de Ler  
21.30 - Cinema «Os Mensageiros de Shakespeare», real. James Ivory, interp. Felicity Kendal, Shashi Kapoor (Índia/1965, 118 min.)

**Quarta**
**RTP1**

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Cambalacho»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório  
18.00 - Sumário  
18.07 - Brinca Brincando  
18.50 - Concurso «Par ou Ímpar»  
19.30 - Telejornal  
20.00 - Boletim Meteorológico  
20.05 - Vamos Jogar no Totobola  
20.20 - Telenovela «Palavras Cruzadas»  
21.00 - Cinema «Um Gelo Súbito», real. John Erman, interp. Gena Rowlands, Ben Gazzara, Aidan Quinn (EUA/1985, 100 min.)  
23.00 - 24 Horas  
23.30 - Remate

**RTP2**

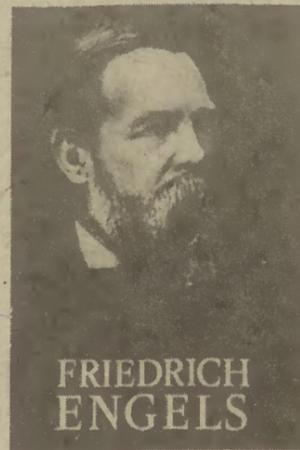
14.15 - Série «George Washington» (1.º epis.)  
15.05 - Agora, Escolha!  
16.30 - Notícias  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.05 - Countdown  
18.00 - Estádio  
19.00 - Nino Show  
20.00 - Série «5.ª Dimensão» (87.º epis.)  
20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (62.º epis.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - É de Ler  
21.35 - 33.º Concurso Internacional de Música da RDA

**Terça**
**RTP1**

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Cambalacho»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório  
18.00 - Sumário  
18.07 - Brinca Brincando  
18.50 - Concurso «Par ou Ímpar»  
19.30 - Telejornal  
20.00 - Boletim Meteorológico  
20.10 - Telenovela «Palavras Cruzadas»  
20.50 - Primeira Página  
21.45 - Série «Dempsey e Makepeace» (14.º epis.)  
22.35 - 24 Horas  
23.05 - Remate

**RTP2**

14.15 - Série «Recordações» (últ. epis.)  
15.05 - Agora, Escolha!  
16.30 - Notícias  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.05 - Countdown  
18.00 - Estádio  
19.00 - Nino Show


**FRIEDRICH ENGELS**
**Biografia de Friedrich Engels**

A elaboração de uma biografia científica de Friedrich Engels — genial pensador e lutador político, revolucionário convicto e destemido — é uma tarefa muito complexa. Contar a vida de Engels é contar a história gloriosa da luta da classe operária contra o capital, desde as primeiras acções do proletariado, dispersas e muitas vezes ainda espontâneas, até à sua transformação numa poderosa força política.

edições **Avante!**  
Colecção «Paz e Socialismo»

# MIKHAÍL GORBATCHOV

## DISCURSOS E ARTIGOS ESCOLHIDOS

com um prefácio para a edição portuguesa


**Sexta**
**RTP1**

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Cambalacho»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório  
18.00 - Sumário  
18.07 - Brinca Brincando  
18.50 - Concurso «Show Bis»  
19.30 - Telejornal  
20.00 - Boletim Meteorológico  
20.05 - Telenovela «Palavras Cruzadas»  
20.35 - Série «Palácio dos Sonhos» (2.º epis.)  
21.30 - Tudo é Espectáculo «Magnificat»  
22.30 - Série «Hitchcock Apresenta» (17.º epis.)  
23.00 - 24 Horas  
23.30 - Remate.

**RTP2**

14.15 - Série «Recordações» (19.º epis.)  
15.00 - Agora, escolha!  
16.30 - Notícias  
16.35 - Trinta Minutos Com...  
17.05 - Countdown  
18.00 - Estádio  
19.00 - Nino Show  
20.00 - Notícias  
20.05 - Série «5.ª Dimensão» (84.º epis.)  
20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (59.º epis.)  
21.00 - Jornal das Nove  
21.30 - É de Ler  
21.35 - Contraponto  
22.30 - Série «O Bravo Soldado Schweik» (últ. epis.)  
23.30 - Uma Boa Ideia.

**Sábado**
**RTP1**

09.00 - A Quinta do Dois  
10.50 - Série «No Reino dos Monchhichi» (4.º epis.)  
11.15 - Juventude e família  
13.00 - Sumário  
13.10 - Jornalinho  
14.00 - Parlamento  
14.30 - ABZ (inclui a telenovela «Tudo em Cima»)  
17.45 - 20 Anos  
18.45 - Super Trinta  
19.45 - Totoloto  
20.00 - Jornal de Sábado  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.35 - 7 Folhas  
20.55 - Faz de Conta  
22.50 - Série «Rebecca - Nome de Código» (últ. epis.)  
23.50 - Cinema «A Última Ameaça».

**RTP2**

12.30 - Os Anos não Contam  
13.00 - Novos Horizontes  
13.50 - Troféu Rugby (França-País de Gales)

**Domingo**
**RTP1**

09.00 - Série «Vida Selvagem» (8.º epis.)  
09.30 - Juventude e Família  
10.45 - TV Rural  
11.45 - Missa de Domingo  
12.05 - 70 Vezes 7  
12.35 - Série «O Almoço Está na Mesa» (17.º epis.)  
13.00 - Sumário  
13.10 - Viva a Música  
13.35 - Série «Os Roberts» (11.º epis.)  
14.00 - Concurso «Arco Íris»  
15.35 - Cinema «A Hora da Saudade»  
17.30 - Clube Amigos Disney  
19.00 - Série «O Justiceiro» (2.º epis.)  
20.00 - Jornal de Domingo  
20.30 - Boletim Meteorológico  
20.35 - Histórias de Cidades, programa de Hermano J. Saraiva - Viana do Castelo  
21.15 - Série «Paraíso Adiado» (5.º epis.)  
22.15 - Domingo Desportivo  
23.20 - Dizem os Astros.

**RTP2**

10.00 - Troféu  
12.30 - Magazine  
13.00 - Caminhos  
13.15 - Música na América  
13.40 - Série A Vida à Nossa Volta «Akagera» (3.º epis.)  
14.15 - Série «Coração» (3.º epis.)  
15.00 - Troféu  
17.00 - Fantasia e Realidade  
17.30 - Série «Lovejoy» (6.º epis.)  
18.30 - Série «A Herança Científica do Mundo Árabe» (5.º epis.)  
19.00 - Entrada Livre  
19.20 - Ler Portugal «Aquilino Ribeiro e a Beira Alta»  
19.50 - Série «O Triunfo do Ocidente» (4.º epis.)  
20.40 - Série «O Diário Secreto de Adrian Mole» (4.º epis.)  
21.05 - Um Passelo pelo Teatro Português  
22.00 - Cinema Ciclo George Cukor «Mulheres».

**Segunda**
**RTP1**

10.00 - Às Dez  
12.15 - Telenovela «Cambalacho»  
13.00 - Jornal da Tarde  
13.35 - Ciclo Preparatório  
18.00 - Sumário  
18.07 - Brinca Brincando  
18.50 - Concurso «Par ou Ímpar»  
19.30 - Telejornal  
20.00 - Boletim Meteorológico  
20.10 - Telenovela «Palavras Cruzadas»  
20.50 - Série «Sim, Sr. 1.º Ministro» (últ. epis.)  
21.20 - Deixem Passar a Música

# Cinema

A selecção

# Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Allens-O Recontro Final	★★★	★★	★★	—	★★★★
<b>B</b>	Coronel Redi	—	★★	★★	—	—
<b>C</b>	A Missão	★	★★	★★	★★	★★★★
<b>D</b>	Mona Lisa	—	★★★	★★★	★★★	★★★
<b>E</b>	O Nome da Rosa	—	—	★	—	★★★
<b>F</b>	Peggy Sue Casou-se	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>G</b>	Quarto com Vista sobre a Cidade	★★	★★★	★★★★	—	★★★
<b>H</b>	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
<b>I</b>	Tangos	—	★★	★★	★★★	—
<b>J</b>	À Volta da Meia-Noite	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de a a \*\*\*\*\*

- A — Real. James Cameron — Fonte Nova/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. István Szabó — Apolo 70 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Roland Joffé — Alfa/3 (14.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Mundial/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Neil Jordan — Alfa/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15) Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), S. Jorge/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- E — Real. Jean-Jacques Annaud — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
- F — Real. Francis Ford Coppola — Ávila (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45) — Lisboa.
- G — Real. James Ivory — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- H — Real. Akira Kurosawa — Alfa/Clube (15.00, 18.00, 21.00, 00.15), Amoreiras/3 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) — Lisboa.
- I — Real. Fernando Solanas Quarteto/3 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- J — Real. Bertrand Tavernier Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30), Quarteto/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30).

• LISBOA

**Agathe Gaillard** — «Fotografia», Gal. Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º.

**Ana Jotta** — «Pintura», Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111, a S. Marçal, 3.º a dom., 15.00 às 19.00.

**António Mira** — Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira, 52, Co-ruchêus, Alvalade, 2.º a 6.º 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 19/2).

**Colectiva** — de Isabel Augusto, Ivo, Mateus, Rui Matos e Teresa Silva, Poligrupo/Renascença, R. Ivens, 14.

**Colectiva** — João Vieira, Patolo Rocha Pinto, Sérgio Pombal, Árpád Szénes, Mário Cesariny, Douril e outros (pintura, escultura, serigrafia), «Atelier 2», Rua da Emenda, 66, 3.º, 2.º a 6.º, 10.00 às 13.00 e 14.30 às 18.00 (até 20/2).

**Costa Pinheiro** — Pintura, galeria «111», Campo Grande, 113, 2.º a 6.º, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00.

**D'Assis Cordero** — «Pintura», na Gal. Codilivro, Praça dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A, 2.º a 6.º, 15.00 às 20.00 (até 6/2).

**Francisco Rúbio** — Gal. Ether/Vale Tudo Menos Tirar Olhos, R. Rodrigo da Fonseca, 25, 3.º a 6.º, 15.00 às 20.00.

**Hélder Batista**, es-

cultura e medalhas. Livr. da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.

**Jaime Silva** — «Pintura e Desenho», Museu-Escola de Artes Decorativas, Largo das Portas do Sol, 2, 3.º a 6.º, 10.30 às 13.00 e 14.30 às 17.00 (até 13/2).

**Jorge Molder** — «Fotografias», Centro de Arte Moderna — Gulbenkian.

**José Paulo Ferro** — «Desenho», Gal. Altamira, R. Filipe Folgue, 48-A, 2.º a 6.º, 10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 11/2).

**Júlio Pomar**, pintura — retrospectiva 1945-1986. Fundação Gulbenkian. De 3.º a dom./10.00 às 17.00 (até 15/2).

**Lurdes Leite** — Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40, 2.º a 6.º, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 28/2).

**Max Ernest** — «Exposição de Livros e Obra Gráfica» do artista alemão, constituída por 186 gravuras apresentadas em 130 molduras, a par de alguns desenhos de obra gráfica, livros, etc., nas Galerias das Exposições Temporárias, piso 01, Fundação Calouste Gulbenkian.

**Nadir Afonso**, pintura (rectroscopia, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

**Amâncio Guedes** — Pintura, Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais,

15.00 às 20.00 (até 21/2).

**José Luís Tinoco** — Pintura, Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1, ao Quelhas, 3.º a 6.º, 11.00 às 13.00 e 15.00 às 20.00; dom. e 2.º 15.00 às 20.00 (até 8/2).

**Manuel Viana** — Desenhos, Gal. Barata, Av. de Roma, 11-A, 2.º a 6.º, 12.00 às 23.00 (até 15/2).

**Zewen Situ** — Pintura, Hotel Alfa, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 2.º a 6.º, 10.00 às 13.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom. 16.00 às 19.30 (até 9/2).

**Catarina Castel Branco** — Desenhos, no Clube-50, R. de S. Mamede, 3.º a 6.º, 17.30 às 20.30, sáb. 15.00 às 20.30 (até 11/2).

**Ana Silva e Sousa** — Escultura, exposição comemorativa do 5.º centenário da viagem de Bartolomeu Dias, Museu Nacional do Traje (até 15/3).

**Pedro Amâncio** — Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7, 3.º a dom., 12.00 às 20.00.

**Photographie - Fotografia** — Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91, dias úteis, 9.00 às 20.00 (até 27/2).

**A Resistência Alemã - 1933-45** — Exposição fotográfica e algumas peças originais da resistência ao regi-

me nazi, Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 37, dias úteis, 10.00 às 19.00 (até 13/2).

**Rolf Lederbogen** — Fotografia, Instituto Alemão, Campo dos Mártires da Pátria, 37 (até 13/2).

**Teresa Pavão** — Tapeçarias, Gal. Barata, Av. de Roma, 11-A, 2.º a 6.º, 3.º a 6.º, 17.00 às 20.30, sáb. 15.00 às 20.00 (até 11/2).

**Tapeçaria contemporânea**, do Grupo 3.4.5, por iniciativa do Movimento Democrático de Mulheres, no Espaço Maria Lamas, Av. Duque de Loulé, 111-4.º, 2.º a 6.º, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 20.00 (até 7/2).

• PORTO

**Manuel Rosa**, escultura, Gal. Módulo, Av. Boavista, 354, de 2.º a 6.º, 16.00 às 20.00 (até 5/2).

**Luis Canotilho**, pintura, Cooperativa «Árvore», R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 10/2).

**António Modesto** — pintura, Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33, 129-A, 3.º a 6.º, 15.00 às 20.00.

**Pedro Fazenda** — escultura, Galeria Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346-B, 2.º a 6.º, 14.30 às 20.00 (até 7/2).

**Obra Gráfica Internacional** — «Gravura, Litografia e Serigrafia», Gal. Módulo, Av. Boavista, 854, 2.º a

sáb., 16.00 às 20.00 (até 27/2).

• OUTRAS LOCALIDADES

**Ourlivesaria** — Colecção do Palácio Nacional da Pena (até 31/5). Palácio da Pena. SINTRA.

**Colectiva** — escultura e pintura, Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional de Sintra, 2.º a 6.º, 9.00 às 12.00 e 14.00 às 18.00, sáb. e dom., 14.00 às 18.00 — SINTRA.

**Terence Tarsnane** Pintura, 3.º a dom. 15.00 às 19.00 (até 20/2), Gilde, S. Torcato GUIMARÃES.

**Colectiva** dos artistas do Atelier 15 — nas áreas da escultura, pintura, gravura e desenho. Obras de Maria Irene Ribeiro, Maria Soares, Maria Teresa Folha, Américo Silva, Luís Cruz, Vasco Folha, no Teatro Municipal Mirita Casimiro — CASCAIS.

**Moinhos e Azenhas** — exposição etnográfica, Museu Municipal de Loures, 3.º a 6.º, 9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00, sáb. e dom., 10.00 às 17.00 (até 28/2) — LOURES.

**João Paulo Ferreira** — Gal. do Museu de Setúbal, Convento de Jesus (até 28/2) — SETÚBAL.

**Guilherme Parente** — «Pintura», Casa Municipal da Cultura, todos os dias, 14.00 às 20.00 (até 6/2) — FAFE.

# Teatro

O Cartaz

# ...e ainda

Música, debates, etc.

• LISBOA

**A Barraca**, R. Alex. Herculano, 70. De 3.º a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. Os Polícias, de Slawomir Mrozek, adapt. e enc. Hélder Costa.

**Calxa Económica Operária**, R. Voz do Operário, 64-2.º, às 21.30 (só até 8/2).

**Dos Horácios e Curácios à Noite**, sobre um texto de Bertold Brecht, enc. António Solmer.

**Centro Cultural da Bica**, Lg. St.º Antoninho, 1. 6.º/22.00, sáb. e dom./16.00. O Subsidio, de Nuno Artur Silva (até 1/2).

**Comuna**, Pç. de Espanha, De 3.º a sáb./21.30, dom./17.00. Victor — ou as Crianças no Poder, de Roger Vitrac, enc. João Mota; sáb. e dom./17.00 — O Tesouro, de Eça de Queirós.

**D. Maria II**, Rossio, De 3.º a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00.

**Guerras do Alecrim e Mangerona**, de António José da Silva, o Judeu, enc. Carlos Avilez — Comp.º. Teatro Nac./TEC.

**Maria Matos**, Av. Frei Miguel Contreiras, De 3.º a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. Escrita em Dia, nova versão de Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracilha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

**Teatro Aberto**, Praça de Espanha, 2.º a 5.º/21.30, dom./16.00 e 21.30. O Jardim das Cerejas, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.

**Teatro Estúdio de Lisboa**, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.º a sáb./21.30, dom./17.00. Sylvia Plath — Quem a Matou?, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.

**Teatro Ibérico**, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. De 3.º a sáb./21.30, dom./17.00. A Vida é Sonho, de Calderón de la Barca, enc. Xosé Blanco Gil.

**Teatro S. Luís**, R. António Maria Cardoso, 3.º a sáb., 21.30, sáb. e dom., 16.00 (só até 8/2). Seis Personagens à Procura de um Actor, de Luigi Pi-

randello, enc. de Mário Feliciano.

**Teatro do Século**, R. do Século, 41. Drácula Júnior, de Fernando Gomes, música de José Carrapa e Sérgio António (a partir de hoje).

**Teatro da Trindade**, R. Nova da Trindade, De 3.º a sáb./21.00, dom./16.00. A Mulher do Campo, de W. Wicherley, enc. Luis Miguel Cintra — Comp. Teatro da Cornucópia (até 14/2).

**Variedades**, Parque Mayer, De 3.º a dom. 21.30, dom./16.00. Aqui Há Fantasmias. Texto e enc. de Henrique Santana.

**Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo, 30. De 3.º a dom./21.30, dom./16.00. Sapateado, de Richard Harris, enc. Varela Silva.

• ESTORIL

**Teatro Mirita Casimiro**, Av. Fausto de Figueiredo, 4.º e sáb., 21.30, dom./16.00. Galileu Galilei, de Bertholt Brecht, enc. Carlos Avilez — Teatro Experimental de Cascais.

• PÓVOA DE ST.º ADRIÃO

Salão da Junta de

Freguesia, dom./16.00. Onde Estamos?, de Vitor Billé — Teatro de Ensaio.

**Para Crianças**

• LISBOA

**TIL - Teatro Infantil de Lisboa**, R. Leão de Oliveira, (ao Calvário): Sáb. dom. e feriados/16.00. O Cantelro Valdoso, de Soledade Costa, enc. Rui Matos.



Música

O Grupo «Fado Abril» tem ao longo dos anos participado em grande parte das iniciativas do PCP, sendo bem conhecido no país. Recentemente gravaram mais uma cassette, com a qual pretendem realizar fundos para a Organização do Partido.

Visitas

Uma visita diferente a... Alcobaca, no domingo, dia 8, com partida às 7.30, junto ao Centro de Trabalho Vitória. É uma iniciativa da Comissão de Dinamização Cultural da SIP da DORL e do Sector de Artes e Letras da DORL. O programa da visita é o seguinte: 7.00 — concentração junto ao Centro de Trabalho Vitória; 7.30 — partida; 10.00 — visita ao Mosteiro de Alcobaca; 13.00 — almoço; 15.00 — visita ao Museu do Vinho; 19.00 — regresso a Lisboa. O preço, com tudo incluído, é de 1450\$00 e as crianças até quatro anos de idade não pagam. Se quiser saber quem passou por Alcobaca? Quem mandou construir aquele conjunto de edifícios? E porque naquele local? Quem eram os cistercienses? E onde vieram? E quem foram os baristas que modelaram, cozeram e pintaram tão grandes esculturas? Então não hesite faça a sua inscrição no Centro de Trabalho Vitória ou pelo telef. 53 21 61/4.

**radas Ferreira**, vice-presidente da Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear, o embaixador **Mário Neves**, presidente do Conselho Directivo da Associação Portugal-URSS e o embaixador da União Soviética, **Valentim Vdóvín**.

Este colóquio surge na sequência da aprovação, pela Associação Portugal-URSS, de uma Declaração sobre os Problemas da Paz, onde se salienta que há um ano que a União Soviética, através de Mikhail Gorbachov, apresentou um completo Plano de Novas Iniciativas em Defesa da Paz. Contudo, como se refere, só a posição dos EUA não permitiu que 1986 ficasse assinalado por sucessos mais significativos na causa do Desarmamento e da Paz, embora não se tenham deixado de verificar, mesmo em Reykjavik, aberturas de esperança nessa via.

Entretanto, o escritor **Modesto Navarro** vai realizar sessões de apresentação do seu romance «Morte no Douro», em Mirandela, Moncorvo, Carraceda de Ansiães e Vila Flor, respectivamente nos dias 6, 7 e 8. Para além do autor participam nas sessões o dr. Luís Carvalho Oliveira, o professor Luís Correia e o cantor Francisco Ceia. Nos debates serão abordados os problemas relacionados com a vinha e o vinho do Porto, bem como o esclarecimento que se pretende retirar do Benefício aos pequenos e médios agri-

cultores e porquê as grandes companhias transnacionais querem ocupar as terras e a produção na Região Demarcada do Douro.

Em Lisboa, a SIP da DORL continua com a sua dinamização cultural, que cada vez encontra maior eco. Desta vez, o tema em debate é o seguinte: «As Primeiras Fotografias (Estórias da História da Fotografia)», com José Pessoa, sendo projectados durante o colóquio diapositivos. Quem estiver interessado em conhecer melhor este tema apenas tem de se deslocar hoje, pelas 21.00 horas, ao Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170.

39, continua o ciclo dedicado ao Centenário de Raul Walsh: dia 5, às 21.30 e dia 6, às 18.30, «O Ladrão de Bagdad», interp. Douglas Fairbanks, Anna May Wong; no dia 6, às 21.30, «A Sedução do Pecado», interp. Gloria Swanson, Lyonel Barrymore, Raul Walsh; dia 7, às 15.30, «The Man I Love», interp. Ida Lupino e Robert Alda, filme com que termina o ciclo.

Entretanto, com o patrocínio da embaixada de França coadunado no dia 7, sábado, um ciclo dedicado ao realizador francês Jean Renoir: nesse dia, às 18.30, «La Chienne», interp. Michel Simon, Janie Maréze; dia 9, segunda-feira, às 18.30, «Boudu Sauvé des Eaux», interp. Michel Simon, Charles Granval; dia 10, às 21.30, «Toni», interp. Max Dalban, Jenny Heija; e no dia 11, às 21.30, «Le Crime de Monsieur Lange», interp. René Lefèvre, Jules Berry, Flore.

No Porto, o Fantásporto-87 é motivo de atenção, já que vai na sua 7.ª edição. Dia 6, às 15.15, «Viyi», de E. Ershov e G. Kropachev (URSS); às 17.00, «Cartas de um Homem Morto», de K. Lopushansky (URSS); e às 19.00, «O Grito da Liberdade», de Barry Shear (EUA); às 21.30, «A Mosca», de David Cronenberg (EUA); às 23.30, «O Monstro Está Vivo», de Larry Cohen (EUA); às 01.15, «O Monstro

# Tempo Fim de Semana



De acordo com a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no próximo fim-de-semana, o céu apresentar-se-á geralmente pouco nublado, vento fraco, neblina matinal e com formação de geada nas regiões do Centro e Sul do País.

# a TV

## Dizer muito... sem palavras

No *Jornal das 9*, o jornalista Mário Crespo ouviu José Luís Judas, da CGTP-IN, e Agostinho Roseta, da UGT.

O dirigente da Central Unitária começou por protestar contra a atitude da RTP pela razão acima apontada. Crespo comentou que havia canais próprios para aqueles protestos. José Luís Judas respondeu que o público tem o direito a saber...

Quando chegou a vez de Roseta intervir, o jornalista perguntou-lhe se também não tinha nenhum protesto a apresentar. Não tinha.

A câmara deu-nos o sorriso de José Luís Judas. Mil palavras não eram capazes de dizer o que aquele sorriso disse...

## Parada e resposta

António Barreto «Ministro da Educação» do gabinete sombra do PS falou da «crise estudantil que se aproxima». O menos que se pode dizer desta análise é que ela peca por excessivamente tardia. Diagnosticar a procela, em cima dela, é uma bagatela. Mas agora não se trata disso.

Isto sobemos nós pelo *Telejornal*. Mas logo no *Telejornal* do dia seguinte eis-nos confrontados com uma declaração formal de Fernando Nogueira, porta-voz do Governo...

Isto assumia amplamente o carácter de «direito» de resposta. Se fosse a CGTP a querer usar esse direito, só viria a consegui-lo... em 1990...

Não há dúvida. Nestas coisas, Governo é mesmo eficaz...

## E não prestam contas!

Repugnante o que se passa na Malveira: animais que apodrecem à vista de todos, maus cheiros, águas empestadas, atentado à saúde pública.

A jornalista quer o depoimento de patrão. Lamentavelmente o patrão não está...

Há problemas noutra empresa. Trabalhadores colocam o seu ponto de vista. Haveria claro, interesse em saber o ponto de vista da Administração. O administrado, no entanto, recusa-se a falar...

Vem o problema mal-cheiroso da lei que regula a tributação dos automóveis. Fala um representante da Associação. E o ministro? O ministro recusa o convite que lhe fazem.

Patrão não está, administrador recusa, ministro foge: os três degraus da «eficácia» e da «transparência».

## Informação ou detergência?

**Eficácia:** era a palavra que sublinhava a frouxa de Cavaco Silva.

Via-se e não se acreditava! Como é possível ver assim aquilo? Tão às escâncaras? Nem ao menos o véu da fantasia?

Então a publicidade já invade o *Telejornal*, sem dizer «água vai»? Onde é que estava o sinal de pago?

São impagáveis!

## ... Mas não caça ratos!

Conferência de Imprensa da CGTP, para dar a conhecer a finalidade da manifestação de sábado, 31. A Televisão mandou lá sua reportagem. E a reportagem foi transmitida.

Então, que há nisto de especial? A RTP fez o que lhe competia ou agora também já achamos mal que a TV faça o seu trabalho como deve ser? Evidentemente que não achamos. Pelo contrário. Os trabalhadores deste país têm direito à informação.

Aqui é que está o busilil. A RTP transmitiu a reportagem às 13 horas e nada mais. Ou seja: à hora a que os trabalhadores não estão a ver...

É muito esperta, mas não caça ratos.

## Evidentemente, indecente

África do Sul voltou a invadir Angola. *Telejornal* dá a notícia nas calmas. Pianinho. Quase com fastio. Como se se tratasse de uma operação de rotina.

Bem, não falta o comentário, o esclarecimento, a «informação» complementar. Só que...

Só que o comentário, o esclarecimento, a «informação» vêm de Joanesburgo, pela voz do Ricardo Branco, funcionário da Rádio da África do Sul.

Seria desnecessário acrescentar: **evidentemente...**

## Drogas

*Jornal de Sábado* lembrou-se de que a droga existia à bruta no nosso país. Vai então lembrou-se de ir ver o que se passava perto de Lisboa, por exemplo, em Alges.

Lamente-se o labéu que fez recair sobre uma minoria já tão sofredora ao acusar os cabo-verdianos de grandemente responsáveis no repugnante comércio. Ninguém pode avaliar as consequências de uma tal afirmação num meio como a a televisão. Só este pormenor basta para medir a consciência da responsabilidade que pesa sobre os ombros dos que manipulam esse meio.

A reportagem deu-nos para além disso, clara noção da gravidade do problema. Uma criança, por exemplo, declarou que no seu bairro era rara a criança que não se drogava...

Quanto ao apuramento das responsabilidades, nada feito. Que faz o Governo para combater o flagelo nas suas múltiplas faces? Nada se disse, o que quer dizer que não faz nada. Ou por outra: faz — mas no plano negativo.

Ou seja: se, como foi dito, o consumo da droga tem raízes nas tensões sociais (o desemprego, a instabilidade, a insegurança, a ausência de perspectivas, a promiscuidade, a vida de miséria e a miséria de vida...) não há dúvida que o Governo é um dos grandes responsáveis por esse consumo.

Não há nisto nenhuma demagogia. É a realidade. A realidade diz-nos que o consumo da droga aumenta. Em sítios onde, de certeza, não há cabo-verdianos. Onde, de certeza, há Governo...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## «O Dilema do Ocidente»

A imprensa de direita anda (e com razão) muito preocupada com o «enfraquecimento da liderança moral e política de Reagan». «O Século», na sua edição de 3 de Fevereiro, insurge-se contra os jornalistas que não pertencem ao número das «toupeiras» ou dos «solidários incondicionais» de Moscovo e que «revelam uma vontade suicida» ao praticarem uma informação livre e isenta. E para salvar os segredos de Estado de Reagan e tirar o Ocidente do dilema, «O Século» proclama com toda a clareza: venha a Censura!

## Reagan: discurso sobre o mau estado da União

• «Falando perante as duas Câmaras do Congresso no tradicional discurso sobre o estado da União, o presidente norte-americano reconheceu erros no processo da venda de armas ao Irão e assumiu total responsabilidade perante os eleitores, mas não pediu desculpa pelo sucedido, nem adiantou mais esclarecimentos.

Reagan absteve-se designadamente de falar no problema dos reféns e na sensível questão do desvio para os contras da Nicarágua de pelo menos parte do produto das remessas militares para Teerão.

Sugeriu implicitamente que a controvérsia só continua porque os democratas a alimentam, e pedindo aos norte-americanos que não fiquem incomodados com o que se passou, Reagan disse em dois breves parágrafos, e em síntese, que o risco corrido se revelou desproporcional e que os resultados não corresponderam às expectativas.»

(«o jornal», 30. Janeiro)

## A perda do punch

• «O fracasso da Cimeira da Islândia, as sanções impostas pelo Congresso contra a África do Sul e o Caso «Irangate» ataram de pés e mãos a diplomacia do presidente Reagan, que nem sequer dispõe de uma maioria no Senado para reactivar as caldeiras de uma locomotiva parada.

A falta de credibilidade externa e a desconfiança interna devoram a política externa norte-americana.

Os sintomas objectivos de que algo não funciona são identificáveis na nomeação de um punhado de burocratas para a Administração (Frank Carlucci é um deles), sob o pretexto da «moralização» da diplomacia e da organização dos serviços.

A ascensão de semelhante tipo de quadros, peritos na arte de bioquear toda a espécie de iniciativas externas mais ousadas ou decisivas, aliada a um George Shultz que vacila molemente como um «Humpty Dumpty» e um Senado dominado pela oposição democrática, poderão em breve fazer perder todo o «punch» que caracterizou a «Linha Reagan» na condução dos Assuntos Internacionais. Não que semelhante linha estratégica tenha nos últimos seis anos sido um somatório de êxitos notáveis. Na verdade a intervenção no Líbano, o desenvolvimento qualificado do terrorismo internacional, o impasse no conflito israelo-árabe e a incapacidade de promover o «roll back» de numerosos regimes marxistas, constituíram sem dúvida a vertente cinzenta da política gerada.

(...)  
No presente momento, Reagan terá no plano da sua imagem pública de optar pela incolor estratégia do chanceler Kohl da RFA: sentar-se em cima do Irangate e esperar que ele passe...!  
Durante este período, de dura-

ção mais ou menos incerta, uma política externa norte-americana defensiva e errática, confrontar-se-á com um Gorbachev disposto da iniciativa política, com uma Europa indiferente, senão pontualmente hostil (vide guerra da agricultura com a CEE) e um punhado de movimentos de libertação (afegãos, angolanos, e nicaraguenses) sofrendo antecipadamente do complexo de abandono, aliás particularmente comum na história da diplomacia americana.»

(Carlos B. Morais «Semanário», 31. Janeiro)

## O Irangate e a Embaixada dos EUA em Lisboa

• «Era até agora desconhecido o envolvimento directo de Robert McFarlane e da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa no envio de armas de Israel para o Irão, através de Lisboa, em Novembro de 1985. As informações divulgadas em Washington sobre este assunto indicavam apenas que as autoridades portuguesas tinham levantado problemas e que o tenente-coronel Oliver North fora encarregue de os resolver.

Segundo o relatório da investigação do Congresso norte-americano, ontem tornado público, o conselheiro Nacional de Segurança, Robert McFarlane recebeu, em 19 de Novembro de 1985 (quando se encontrava em Genebra na cimeira Reagan/Gorbachov), um telefonema do ministro da Defesa israelita, Yitzhak Rabin solicitando a «colaboração» das autoridades norte-americanas no envio de um carregamento de armas para Tabriz, no Irão, através de um país europeu. Segundo Rabin...

(...)  
McFarlane telefonou em seguida ao tenente-coronel Oliver North, pedindo-lhe para contactar os israelitas e ajudá-los no que fosse necessário. Yitzhak Rabin disse a North que os israelitas tinham problemas em conseguir legalmente as autorizações alfandegárias nesse país europeu — que se trataria de Portugal (de acordo com as informações obtidas pelo «Expresso» no início desta semana sobre o telefonema de McFarlane para o ministro português dos Estrangeiros Pires de Miranda).

Os israelitas queriam enviar 18 mísseis «Hawk» para o Irão e tinham nesta altura, segundo McFarlane, o acordo do presidente Reagan de que os americanos substituiriam esse material retirado dos seus arsenais. O problema dos israelitas era evitar o envio de um aparelho da «El Al» — o único avião disponível no momento para Tabriz, precisando assim de fazer o transbordo da carga para outro avião não identificado. Ao ser informado disto por Rabin, Oliver North pediu a McFarlane para telefonar ao primeiro-ministro desse país europeu por forma a conseguir a sua autorização. Segundo o relatório do Congresso, o antigo conselheiro Nacional de Segurança tê-lo-á feito explicando

que a transferência das armas estava «em progresso». (O «Expresso» apurou que McFarlane telefonou a Pires de Miranda e não a Cavaco Silva).

O tenente-coronel North contactou também, ainda segundo o relatório do Congresso, um funcionário da CIA nesse país (Portugal) para conseguir o apoio local da Agência no transbordo da carga.

(...)  
O «Expresso» soube que a nota entregue no Ministério português dos Negócios Estrangeiros referia explicitamente «material de defesa», pelo que pelo menos o funcionário da CIA em Lisboa estava a par da verdadeira natureza da carga.

Na sequência da recusa portuguesa em autorizar o trânsito e transbordo em Lisboa dos mísseis norte-americanos, North pediu à CIA para arranjar um avião que pudesse ser usado directamente entre Israel e o Irão, o que a Agência fez.»

(«Expresso», 31. Janeiro)

## «O Século» propõe regresso da censura!

• «O dilema do Ocidente — o problema instrumental ou de auto-aniquilamento de algumas das liberdades essenciais em que se baseia a sua concepção do mundo — mais uma vez veio à superfície com o «escândalo» da venda de armas pelo Governo norte-americano ao Irão. Não adianta muito invocar que tais armas pouco ou nada influenciaram o curso da guerra; ou que, desde o princípio do conflito, Israel vendeu sobressalentes norte-americanos para a Força Aérea iraniana; ou que todo o mundo que fabrica armas — a Leste como a Oeste — as vem vendendo ao Irão, ao Iraque, ou a ambos.

Importa salientar que o Congresso e uma parte substancial dos fazedores de opinião nos Estados Unidos não aceita uma condição *sine qua non* de qualquer política de responsabilidades globais: o *segredo de Estado*. Aquilo que, na tradição política europeia se designou sempre pelos *arcana imperii*, é algo que a «democracia imperial» norte-americana continua a rejeitar, penalizando os seus líderes que a ela recorrem.

Querer uma liderança da política exterior e, sobretudo, querer enfrentar um inimigo como a União Soviética — um poder monolítico sem contestação ou concorrência internas, sem imprensa curiosa, sem fiscalização parlamentar, sem guerrilhas institucionais — cumprindo com todas as imposições de um sistema democrático-liberal aonde nada pode escapar ao escrutínio dos jornalistas e dos congressistas, é qualquer coisa de tão absurdo que, se não fosse catastrófico nas suas consequências, quase seria anedótico nos seus termos.

E é bem certa a incoerência com que, no resto do Ocidente, alguns políticos e homens de informação, que não pertencem ao número das «toupeiras» ou dos «solidários incondicionais» de Moscovo, revelam que esta vontade suicida se estende, outra vez, pelos países livres. Na verdade, é qualquer coisa de muito estúpido que a exegese, até aos limites, de um princípio, ponha, conscientemente, em questão as próprias bases materiais e civilizadoras desse princípio. Com certeza ninguém acredita que os soviéticos vão estender a si e respeitar tais princípios!

Na competição Leste-Oeste — a União Soviética, que sofrera fortes reverses em matéria de iniciativa de defesa estratégica, segurança de coutadas imperiais (Afeganistão, Nicarágua, Angola, Moçambique) ou de dividir a Europa dos Estados Unidos — conseguiu agora, manipulando habilmente uma informação que obteve através dos seus «olhos e ouvidos» em Teerão, enfraquecer a liderança moral e política de Reagan nos EUA e em relação aos Aliados. Moscovo está de parabéns, e não teve de fazer nada para isso.»

(«O Século», 3. Fevereiro)

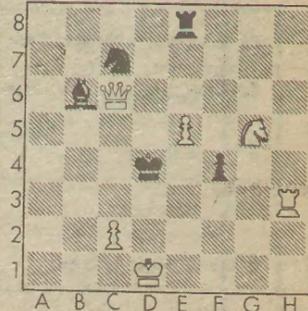
# Xadrez

LXXXVIII — 5 de Fevereiro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 88

Por: Jean de Villeneuve-Escalpon «L'Échiquier Français», 1909

Pr.: (5): Pf4-Cg7-Bb6-Tg8-Rd4



Br.: (6): Ps-c2, é5-Cg5-Th3-Dç6-Rd1  
Mate em 2 lances

JOGO N.º 88

Campeonato Europeu de Clubes Campeões Final, 1986 (Moscovo)

Trud de Moscovo: -8,5 pts. Czud de Moscovo: 3,5 pts.

Br.: Karpov (Trud)

Pr.: Beliavsky (Czsk)

1. d4, d5; 2. c4, e6; 3. Cc3, Cf6; 4. Bg5, Bf7; 5. Cf3, h6; 6. B.f6, B.f6; 7. é3, 0-0; 8. Tc1, e6; 9. Bd3, d:c4; 10. B:c4, Cd7; 11. 0-0, é5; 12. h3, é:d4; 13. é:d4, Cb6; 14. Bb3, Bf5; 15. T.f1, a5; 16. a3, Dd7; 17. C.e5, B.e5; 18. T.é5, Tf6; 19. D.e2, Tad8; 20. Bc6, T.é5; 21. D.é5, a4; 22. Dç5, a:b3; 23. T.f7, Dd6; 24. T.f8 +; T.é8; 25. D:d6, Cç4; 26. Db4, b5; 27. d5, ç:d5; 28. C:d5, Bç2; 29. Dç3, Td8; 30. Cf4, Td1 +; 31. Rh2, Cd2; 32. h4, Bf5; 33. f3, g5; 34. h:g5, h:g5; 35. C.g2, g4; 36. Cg3, B.e6; 37. f4, Cf1 +; 38. C.f1, T.f1; 39. D.e5, Bç4; 40. Rg3, Td1; 41. f5, Td5; 42. D.e4 e as Pretas abandonam.

SOLUÇÃO N.º 88

Chave: 1. T.f3 (ameaça: 2. T.f4 +)  
1. ... R.é3; 2. D.b6 +  
1. ... f:é3; 2. Cf3 +  
1. ... Bç5; 2. D.e4 +  
1. ... T.é5; 2. Td3 +

A. de M.M.

# Damas

LXXXVIII — 5 de Fevereiro 1987

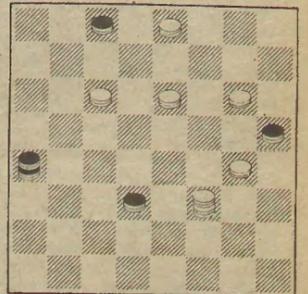
PROPOSIÇÃO N.º 88

Por: David Alves Ferreira «Cidade de Tomar»

1951.III.18 (Prbl 110)

1.º Menção honrosa (Prbl. Variável)

Pr.: 11-(16)-17-30-31



Br.: (10)-13-21-22-23

Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 88

1.º Campeonato Nacional «Oficioso»

Br.: Dr. Orlando Augusto Lopes

Pr.: Adelino José Ribeiro

6.º Jogo/1.ª Volta-1957.VI.9

Abertura Sorteada/2 lances

1. 12-16, 23-19; 2. 11-14, 19-15; 3. 14-18, 21-14; 4. 10-19, 25-21; 5. 5-10, 21-18; 6. 1-5, 28-23; 7. 19-28, 32-23; 8. 7-12, 23-19; 9. 10-13, 27-23; 10. 13-17, 31-27; 11. 5-10, 18-14; 12. 16-20, 23-7; 13. 4-18, 22-13; 14. 9-18, 27-23; 15. 6-11, 15-6; 16. 2-11, 23-20; 17. 18-2, 20-15; 18. 11-20, 24-15; 19. 3-7, 15-12; 20. 7-16, 19-15; 21. 16-20, 26-19; 22. 20-23, 15-11; 23. 23-28, 11-7; 24. 28-31, 7-4; 25. 31-22, 30-26; 26. 22-12, 26-22; 27. 12-26, 29-22 Empate!

GOLPE N.º 88

Por: Mário Dinis Vaz

Lisboa, 1953.III.26

1. 12-15, 23-20; 2. 10-14, 22-18; 3. 8-12, 27-22; 4. 12-16, 21-17; 5. 14-21, 25-18; 6. 16-23, 28-12; 7. 7-16 32-28; 8. 11-15, 28-23; 9. 5-10, 26-21; 10. 6-11, 23-19; 11. 4-8, 19-12; 12. 8-15, 31-27; 13. 10-14, 17-13; 14. 16-20, 13-10; 15. 2-5? Perdentel (Br.: 1-3-5-9-11-14-15-20 Pr.: 10-18-21-22-24-27-29-30) J. Pr. G.

Soluções do LXXXVIII

N.º 88 (DAF): 22-27 e 10-3; 17-10 (Se: 16-27; 3-16 (Dual: 21-26), 17-10 e 21-26 .001); 3:31 e 3:14 +)

Golpe n.º 88 (MDV): 15. ...22-19 e 24-6 e 6-2 e 2:18 +

A. de M. M.